

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 054/2024
Data: 03/07/2024**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PROJETO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ SERÁ DEBATIDO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA	4
INVESTIMENTO DE R\$ 147 MILHÕES PERMITIRÁ A EXPANSÃO DO PORTO DE SUAPE.....	4
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	5
SI&MEX INVESTE R\$ 8 BI NA INDÚSTRIA DE BASE TECNOLÓGICA DO NE	5
CONSUMO DAS FAMÍLIAS SEGUE TENDÊNCIA NACIONAL E RECUA EM ALAGOAS.....	8
VALORIZAÇÃO DE TÍTULOS AMERICANOS ELEVA DÓLAR NO BRASIL, DIZ PROFESSOR	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	10
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS FAZ VISITA INSTITUCIONAL À ANTAQ.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
BASE AÉREA DE CANOAS (RS) COMEÇA A REALIZAR VOOS NOTURNOS	10
INVESTIMENTO DE R\$ 147 MI VÃO PERMITIR CONCLUSÃO DE OBRAS E EXPANSÃO DO PORTO DE SUAPE.....	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	13
RENAN FILHO ASSINA ACORDO PARA APROVEITAR INFRAESTRUTURA SEM USO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA EM VLT DE CAMPINA GRANDE (PB).....	13
AVISO DE PAUTA - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ENTREGA PONTO DE PARADA E DESCANSO (PPD) PARA CAMINHONEIROS NA VIA DUTRA, EM PINDAMONHANGABA (SP), NESTA QUINTA (4)	14
SENATRAN PROMOVE ENCONTRO COM DETRANS DE TODO O BRASIL PARA FORTALECER SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO	14
PORTAL PORTO GENTE	15
GRUPO GPS APRESENTA BONS RESULTADOS E ESTRATÉGIAS PARA 2024.....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	16
EDITORIAL – UM NOVO CAPÍTULO PARA O PORTO E PARA A CIDADE DE SANTOS	16
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	17
<i>Revitalização 1</i>	17
<i>Revitalização 2</i>	17
<i>Revitalização 3</i>	17
<i>Revitalização 4</i>	17
<i>Manaus 1</i>	17
<i>Manaus 2</i>	17
REGIÃO NORDESTE - LULA ANUNCIA R\$ 147 MI PARA OBRAS NO PORTO DE SUAPE	17
NACIONAL - FENOP CELEBRA 30 ANOS COM EVENTOS VOLTADOS PARA O SETOR PORTUÁRIO	19
NACIONAL - BNDES VAI VIABILIZAR ROTAS DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA.....	20
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI INAUGURA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO PORTUÁRIA.....	21
REGIÃO SUDESTE - COMPLEXO TURÍSTICO DO PORTO DE SANTOS SERÁ INAUGURADO NESTA SEXTA-FEIRA	22
PORTO DE SANTOS - BTP RETOMA OPERAÇÕES DE CONTÊINERES APÓS REPAROS NO BERÇO 1.....	23
REGIÃO SUDESTE - AUTORIDADES APREENDEM MAIS DE 800 QUILOS DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS	24
NACIONAL - PRÊMIO PORTOS+BRASIL GANHA NOVA CATEGORIA	25
NACIONAL - MINISTRO ANUNCIA SUSPENSÃO DE LEILÃO PARA IMPORTAÇÃO DE ARROZ.....	25
BAHIA ECONÔMICA - BA	27
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CRESCE 3,9% E 485 CIDADES.....	27
MDIC FECHA PARCERIA COM AMAZON PARA IMPULSIONAR EXPORTAÇÕES DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS	28
COMPLEXO EÓLICO É INAUGURADO NA CHAPADA DIAMANTINA E MANTÉM A BAHIA NA LIDERANÇA DE PRODUÇÃO DE ENERGIA LIMPA DO PAÍS.....	29
BRASIL NÃO TERÁ MAIS LEILÃO PARA IMPORTAR ARROZ, REVELA MINISTRO DA AGRICULTURA	30
PL DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS: HADDAD ALMEJA CONCLUSÃO ANTES DO RECESSO PARLAMENTAR	30
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	31
HIDROGÊNIO: PORTO DE SANTOS QUER AUMENTAR CAPACIDADE DE HIDRELÉTRICA PRÓPRIA	31
BRASIL NÃO TEM ORÇAMENTO PARA INVESTIR EM FERROVIAS, DIZ TEBET	32
SAIBA O QUE É A LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, EM REVISÃO PARA A ÁREA CONTINENTAL	33
GOVERNO DE SP INVESTE R\$ 5 BI EM OBRAS DE RODOVIAS E MELHORIA LOGÍSTICA	33
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS FAZ VISITA INSTITUCIONAL À ANTAQ.....	34



AUDIÊNCIA DISCUTE NOVO MARCO LEGAL DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	35
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	35
MOBILIZAÇÃO DE SERVIDORES DA ANP AFETA OPERAÇÃO DE FPSO E DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES	35
POTIGÁS OLHA BIOMETANO, MAS CUSTO AINDA PRECISA SER EQUALIZADO	36
STJ SUSPENDE LIMINAR QUE DETERMINAVA PAGAMENTO DE ROYALTIES A PAULÍNIA.....	37
RN ENXERGA GRANDE DEMANDA PARA HIDROGÊNIO VERDE PARA DESCARBONIZAR INDÚSTRIA DO CIMENTO, DIZ SECRETÁRIO.....	38
JORNAL O GLOBO – RJ.....	39
LULA LANÇA PLANO SAFRA DE R\$ 400,59 BILHÕES PARA AGRICULTURA EMPRESARIAL	39
SENADO FINALIZA VOTAÇÃO DE PROJETO QUE PREVÊ ISENÇÃO FISCAL PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE E TEXTO VOLTA À CÂMARA.....	40
REFORMA TRIBUTÁRIA: LIRA CONFIRMA VOTAÇÃO NA PRÓXIMA SEMANA E INDICA IMPASSE SOBRE ISENÇÃO PARA CARNE..	41
HADDAD DIZ QUE BC TEM AUTONOMIA PARA ATUAR SOBRE DÓLAR 'QUANDO FOR CONVENIENTE'	42
PROPOSTAS DE COMPENSAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA SÃO SUBMETIDAS A LÍDERES DO GOVERNO E PODEM AVANÇAR NO SENADO	43
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	43
HADDAD DIZ QUE LULA MANDOU PRESERVAR ARCABOUÇO E ANUNCIA CORTE DE R\$ 25,9 BI EM DESPESAS EM 2025	43
DEPUTADOS FECHAM 1ª REGULAMENTAÇÃO DA TRIBUTÁRIA SEM DECIDIR SOBRE CESTA BÁSICA E IMPOSTO DO PECADO	44
PAÍS NÃO DEVE USAR SUBSÍDIO PARA FAZER DO HIDROGÊNIO APENAS UMA COMMODITY, DIZ SECRETÁRIO DA FAZENDA.....	46
CAMPOS NETO SAI DE FÉRIAS NO BC EM MEIO A CRÍTICAS DE LULA; GALÍPOLO IRÁ SUBSTITUÍ-LO.....	48
MINISTRO DA ARÁBIA SAUDITA ANUNCIA A DESCOBERTA DE SETE DEPÓSITOS DE PETRÓLEO E GÁS	49
PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI 0,9% EM MAIO COM IMPACTO DO DESASTRE CLIMÁTICO NO RIO GRANDE DO SUL	50
RENEGOCIAÇÃO COM ESTADOS: PACHECO ESTÁ AJUDANDO PARA QUE APROVAÇÃO SEJA ANTES DO RECESSO, DIZ HADDAD	52
REFINARIAS PRIVADAS AVALIAM IR À JUSTIÇA CONTRA A PETROBRAS POR FALTA DE REAJUSTE	53
VALOR ECONÔMICO (SP).....	54
SANTOS BRASIL PLANEJA ANTECIPAR PARA 2026 AMPLIAÇÃO DE TERMINAL EM SANTOS	54
RECEITA APREENDE 800 KG DE COCAÍNA EM SANTOS; CARGA PODERIA CHEGAR A € 60 MILHÕES	55
DESMATAMENTO DO CERRADO NO 1º SEMESTRE VOLTA A CAIR APÓS 4 ANOS	56
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	58
CÂMARA DISCUTE PROPOSTAS SOBRE COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DOS CAPS	58
DOF GROUP EM ACORDO DE US\$ 1,1 BILHÃO PARA ADQUIRIR (A MAIOR PARTE) DA MAERSK SUPPLY	60
ARTIGO - AUMENTO DA MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DEMANDA GESTÃO DE RISCO MAIS EFICAZ	60
AMÉRICA LATINA AUMENTA CAPACIDADE DOS SERVIÇOS DE CONTÊINERES EM 17,4%	61
MSC ATINGE 20% DE PARTICIPAÇÃO DE MERCADO NA CAPACIDADE GLOBAL DE PORTA-CONTÊINERES.....	62
ARTIGO - MUDANÇAS CLIMÁTICAS ATRAPALHAM A EXPORTAÇÃO DE FRUTAS FRESCAS.....	62
ANP CLASSIFICA ABASTECIMENTO DE GNL COMO OPERAÇÃO DE APOIO.....	64
RECURSOS GARANTEM DRAGAGEM DO CANAL INTERNO E REFORMA DO MOLHE DO PORTO DE SUAPE	65
JAN DE NUL FARÁ DRAGAGEM EMERGENCIAL EM RIO GRANDE	66
INVESTIMENTO DE R\$ 147 MI VÃO PERMITIR CONCLUSÃO DE OBRAS E EXPANSÃO DO PORTO DE SUAPE	67
TCP RECEBE NOVOS NAVIOS MOVIDOS A GNL DA CMA CGM	67
PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL TEM AUMENTO EM MAIO.....	68
ENAUTA CANCELA AQUISIÇÃO DO FPSO 'CIDADE DE SANTOS'	69
PORTO DO ITAQUI RECEBE PETRÓLEO PELA PRIMEIRA VEZ EM 40 ANOS	70
A FM LOGISTIC REFORÇA O TIME COMERCIAL DO BRASIL COM A CHEGADA DE MARCELLO HELLMEISTER COMO GERENTE COMERCIAL	70
HIDROVIAS DO BRASIL RECEBE SINAL VERDE PARA CONTRATO DE USO TEMPORÁRIO EM VILA DO CONDE	70
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	71
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	72



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PROJETO DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ SERÁ DEBATIDO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA CÂMARA

Obra é vista como fundamental para resolver problemas logísticos da Baixada Santista
Por ATribuna.com.br



Túnel terá 870 metros de comprimento e vai ligar as regiões de Outeirinhos e Macuco, do lado de Santos, com Vicente de Carvalho, em Guarujá (Vanessa Rodrigues/AT)

A Câmara de Santos realiza nesta quarta (3), às 15 horas, audiência pública para debater o projeto do túnel submerso entre Santos e Guarujá. O encontro acontece na sede do Legislativo no Auditório Vereadora Zeny de Sá Goulart (Praça Tenente Mauro Batista de Miranda, 1, Vila Nova).

A iniciativa é da Comissão Especial de Vereadores (CEV) composta para acompanhar o projeto. Devem participar do encontro o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, além de diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

A CEV do túnel é presidida pelo vereador e ex-secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos, Bruno Orlandi (PSD). Ainda fazem parte da comissão os parlamentares Zequinha Teixeira (PP), Marcos Libório (Republicanos), Lincoln Reis (Podemos), João Neri (União), Débora Camilo (PSOL), Fábio Duarte (PL), Chico Nogueira (PT), Benedito Furtado (PSB), Audrey Kleys (Novo) e Ademir Pestana (PSDB).

A ligação seca entre Santos e Guarujá é considerada fundamental para solucionar problemas logísticos e de mobilidade na região, já que a travessia de balsas é ineficiente e ultrapassada.

O túnel tem investimento estimado de aproximadamente R\$ 6 bilhões. Como será firmado um contrato de parceria público-privado (PPP), a empresa que vencer a concorrência vai gerir o espaço por 30 anos.

O equipamento terá 870 metros de comprimento. Segundo o projeto já elaborado, o trecho vai ligar as regiões de Outeirinhos e Macuco, do lado de Santos, com o distrito de Vicente de Carvalho. Será o primeiro túnel desta natureza de toda a América Latina.

Atualmente, mais de 21 mil veículos motorizados, além de 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres, atravessam as duas margens todos os dias.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/07/2024

INVESTIMENTO DE R\$ 147 MILHÕES PERMITIRÁ A EXPANSÃO DO PORTO DE SUAPE

O presidente Lula (PT) e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinaram nesta terça (2) um termo de repasse para execução de obras no local

Por ATribuna.com.br

Com o objetivo de expandir a infraestrutura no Porto de Suape, em Pernambuco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinaram nesta terça (2) um termo de repasse para execução de obras no local.

O Governo Federal está destinando cerca de 147 milhões para execução da quarta e última etapa das obras de recuperação do molhe do Suape e para a dragagem do canal interno do porto. O molhe serve como uma barreira de segurança para cais e píeres, onde são realizadas as operações de carga e descarga de mercadorias.



Complexo em Pernambuco tem 83 empresas em 12 polos industriais, gerando 20 mil empregos (Divulgação/Suape)

Retorno

O ministro explicou que investir recursos para melhorias em Suape é levar melhores condições de vida para a população e fomentar a economia local. “Esses aportes vão permitir a expansão das atividades de um dos principais complexos do País, capaz de levar desenvolvimento para todo o estado de Pernambuco”, destacou Costa Filho.

O que será feito

Nas três etapas anteriores, foram investidos mais de R\$ 610 milhões. A última fase da obra teve seu processo licitatório concluído e deverá ter início nas próximas semanas. Os serviços estão previstos para serem concluídos em 2028. Os trabalhos vão ampliar a segurança das embarcações e facilitar o fluxo e a navegação em toda parte costeira do porto.

A dragagem do canal interno aumentará a profundidade para 16,2 metros, possibilitando a atracação de porta-contêineres com até 366 metros de comprimento, além de outras embarcações consideradas de grande porte. As melhorias devem gerar um aumento significativo no volume de cargas movimentada. As obras vão proporcionar maior eficiência e segurança, potencializando a competitividade do porto.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/07/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

SI&MEX INVESTE R\$ 8 BI NA INDÚSTRIA DE BASE TECNOLÓGICA DO NE

Primeiro foi a BYD que anunciou um centro de desenvolvimento com o objetivo de transformar a Grande Salvador no Vale do Silício brasileiro. Agora, é a companhia alemã de energia solar que planeja megaempreendimentos que vão fortalecer a indústria de base tecnológica na região

Por Fernando Ítalo



O Vale do Silício é aqui: Si&Mex planeja investir R\$ 6 bi numa fábrica de semicondutores em Campina Grande/Foto: Kuka Automação

Depois da BYD prometer transformar a Região Metropolitana de Salvador (BA) no Vale do Silício do Nordeste, a região pode dar mais um passo importante no fortalecimento de sua indústria de base tecnológica. Isso, se saírem do papel os planos ousados da alemã Si&Mex, que assinou protocolos de intenções com as prefeituras de

Camaçari e Campina Grande (PB) para investimentos de R\$ 8 bilhões em semicondutores, refino de silício (claro) e painéis solares.

Essas unidades fabris deverão entrar em operação entre 2027 e 2029. A planta paraibana, orçada em R\$ 6 bilhões, será dedicada à produção de semicondutores e terá um quadro estimado em mil empregados diretos.

Com esse empreendimento, a Si&Mex mira sua demanda própria na fabricação de painéis solares na Bahia, além de outras grandes cadeias industriais que dependem do insumo, especialmente a automotiva.

No setor automobilístico, a multinacional busca pegar carona na produção de carros híbridos e elétricos da BYD e Stellantis no Nordeste. A transição da mobilidade vai demandar semicondutores em larga escala, já que esses veículos tem muito mais tecnologia embarcada que os automóveis a combustão.

É um panorama em que a região tende a assumir protagonismo no Brasil, já que os grupos chinês e franco-italo-americano estão aportando R\$ 18,5 bilhões em suas montadoras localizadas em Camaçari e Goiana (PE).

A maior parte desses recursos será destinada à hibridização e eletrificação de seus produtos. Os primeiros modelos a bateria e etanol/gasolina ou 100% elétricos fabricados nessas fábricas têm previsão de chegar ao mercado já no final desse ano.

Mas o player alemão não está visando apenas a indústria automotiva nordestina e tem planos de ser fornecedor também da cadeia automobilística em Minas Gerais, que abriga unidades da CNH New Holland, Stellantis (Fiat), Iveco, XCMG e Mercedes-Benz.



Protocolo assinado em Campina Grande entre a diretoria da Si&Mex e o prefeito Bruno Cunha Lima pode inserir a Paraíba no futuro Vale do Silício nordestino

Paraíba fará parte do Vale do Silício nordestino

O termo Vale do Silício do Nordeste foi usado pelo fundador e CEO da BYD Wang Chuanfu, em outubro passado, para falar do impacto que deverá ser gerado pela instalação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da marca, em Salvador.

No entanto, o futuro empreendimento da Si&Mex promete estender esse novo Silicon Valley para outros estados nordestinos, particularmente a Paraíba. No mercado paraibano, Campina Grande se destaca “como um dos maiores centros formadores de mestres e doutores da área tecnológica no Brasil”.

As palavras, em tom enfático, são do CEO da companhia no mercado brasileiro, Valdiney Domingos de Oliveira. Segundo ele, a tradição da cidade em desenvolvimento e pesquisa no setor é um dos principais motivos que explica o interesse da multinacional.

Outro ponto que pesa a favor de Campina Grande é a localização, entre dois polos tecnológicos nordestinos: Recife e Fortaleza.

A cidade está a 197 km da capital pernambucana, cujo ecossistema de inovação – o Porto Digital – é focado em desenvolvimento de soluções. Em 2023, o faturamento do cluster atingiu R\$ 5,4 bilhões.

Em relação à metrópole cearense – segundo maior hub de conectividade do mundo – a distância é de 621 km.

Dezessete cabos submarinos, com seis mil quilômetros de extensão e responsáveis por 99% do tráfego de dados dos brasileiros conectam a Praia do Futuro – balneário mais badalado da cidade, à

União Europeia. Esse ponto geográfico é o mais próximo entre o Brasil e o Velho Continente. Oito gigantes do setor são donos desses empreendimentos.

Outro área da infraestrutura digital que avança na cidade é a de centros de processamento de dados, que vive um ciclo de expansão exponencial devido à demanda de armazenamento gerada pelas aplicações que utilizam inteligência artificial generativa.

Entre as empresas que têm data centers em construção, ampliação ou operação na capital cearense estão a Scala, Angola Cables, Ascenty e V.tal.



BYD, aqui vamos nós: executivos da Si&Mex foram a Camaçari anunciar projeto no futuro Vale do Silício que a montadora pretende atrair para o Nordeste

Matéria-prima virá do Vale do Silício baiano

O projeto paraibano será integrado ao complexo da Si&Mex em Camaçari. A matéria-prima mais importante para os semicondutores, justamente o silício, virá da Bahia, um dos maiores produtores do mineral no Brasil.

O masterplan do empreendimento – que tem estimativa de investimentos de R\$ 2 bilhões – prevê a construção de três unidades fabris, que vão produzir de silício refinado a painéis fotovoltaicos. No caso das placas, o objetivo é fabricar o primeiro módulo solar 100% nacional e reciclável.

Vale ressaltar que os equipamentos para energia solar são o core business da empresa no mercado europeu.

Com essa aposta em dois segmentos em alta no Brasil – automotivo e de geração fotovoltaica – a Si&Mex aproveita uma oportunidade gigantesca na América Latina.

Essa movimentação coincide com um momento em que alguns países da União Europeia, como a Espanha, estão concluindo um ciclo de expansão impressionante da geração solar – tanto centralizada (grandes usinas) como distribuída – com incentivos do governo. O que leva as indústrias do setor a procurarem novos mercados.



Sem modéstia: fundador da BYD, Wang Chuanfu, promete Vale do Silício na Bahia, mas o novo eldorado tecnológico pode incluir outros estados nordestinos/Foto: BYD (Divulgação)

Vale do Silício é promissor no longo prazo

No Brasil, a fonte solar responde atualmente por 20% de toda a produção de energia, com 43 gigawatts (GW) de potência instalada no mercado nacional, de acordo com a Associação

Brasileira de Energia Fotovoltaica (Absolar).

A geração distribuída é a grande força desse indústria. Responde por 68% dessa capacidade (29,2 GW), enquanto os parques geradores de maior porte detêm o equivalente a 32% (14 GW).

A GD vem sendo turbinada especialmente pelos incentivos governamentais estruturados em 2022 e também pelo valor cada vez mais baixo dos painéis fotovoltaicos chineses.

Esse quadro tem prejudicado a fonte eólica que contabiliza no mercado nacional, em dois anos, 2,5 mil demissões na indústria de aerogeradores, pás, torres e outros componentes. O crescimento, no entanto, faz a festa da área solar. Diante disso, o governo federal, a pedido da cadeia eólica, estuda aumentar a tributação das placas produzidas na China.

O país procura ainda equacionar os desequilíbrios recentes no mercado energético, que apresenta oferta superior à demanda. Esse excesso de eletricidade, na visão da Abeeólica, está relacionado a uma expansão sem freio da GD, justamente uma das grandes apostas da Si&Mex no Brasil.

Com todas essas variáveis positivas e negativas em jogo, o momento é complexo. Mas os desafios não assustam Valdiney Domingos, que olha para o Vale do Silício nordestino com visão de longo prazo e enxerga grandes chances de negócios tanto na energia solar, quanto na substituição da frota a combustão por híbridos e elétricos.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 03/07/2024

CONSUMO DAS FAMÍLIAS SEGUE TENDÊNCIA NACIONAL E RECUA EM ALAGOAS

Alagoas seguiu tendência do restante do país e apresentou queda no consumo entre maio e junho
Por Vanessa Siqueira



Alagoas seguiu tendência do restante do país e apresentou queda no consumo entre maio e junho. Foto: Fecomércio Alagoas

As famílias alagoanas estão consumindo menos e estão mais receosas em realizar compras a prazo. Os dados são de uma pesquisa realizada pelo Instituto Fecomércio de Alagoas que analisou o Índice de Consumo da Família (ICF). Alagoas segue uma tendência nacional de redução de consumo de alguns bens, ficando em 28,5% na comparação mensal de junho.

De acordo com a pesquisa, houve recuo de -0,4% entre maio e junho, seguindo a tendência nacional de queda de -0,7%. O ICF é composto de subíndices variando de zero a 200 pontos, sendo abaixo de 100 pontos um indicativo de insatisfação e, acima de 100 pontos, satisfação em relação às condições de consumo. Na variação mensal, estes subindicadores tiveram os seguintes desempenhos: Emprego Atual, 149 pontos; Perspectiva Profissional, 174 pontos; Renda Atual, 142 pontos; Compra a Prazo (acesso ao crédito), 95,4 pontos; Nível de Consumo Atual, 104 pontos; Perspectiva de Consumo, 102,4 pontos; e Momento para Duráveis, 84,5 pontos.

Os indicadores de acesso a crédito e compra de bens duráveis são os que apresentam menor satisfação por parte dos consumidores, em junho. “Isto faz sentido, haja vista que a compra de bens duráveis, a exemplo de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, demanda crédito e esse movimento é corroborado por ser o subíndice de maior variação negativa no conjunto, com -3,9%”, avalia o economista Francisco Rosário.

Em relação ao acesso ao crédito, embora tenha tido uma redução de 0,9% na variação mensal, na comparação anual houve aumento de 44% em termos de nível de satisfação das famílias (95%), o que pode ter sido motivado pela mudança, em maio, pela interrupção da tendência de queda da taxa de juros do Banco Central e pelo fato de os agentes de crédito terem modificado suas taxas para o mercado.

Quanto à Perspectiva Profissional, apesar de a percepção atual sobre o emprego estar mais favorável (+1,1%), houve um recuo geral de -0,1% entre maio e junho. Mesmo na margem, isto demonstra que os consumidores estão com um pouco de cautela em relação aos próximos resultados do mercado de trabalho. Na comparação anual, houve redução de -3% na perspectiva do emprego atual, indicando um consumidor mais pessimista sobre seu emprego.

Momento para o consumo é desafiador

A pesquisa do Instituto Fecomércio AL demonstra, ainda, que o acesso ao crédito recuou - 0,9%, em junho; indicador de que “o consumidor percebe o momento desafiador no mercado de crédito e o risco de inadimplência, conforme mostrado na última Pesquisa de Endividamento e Inadimplência



(Peic), do Instituto Fecomércio. Contudo, esse valor ainda é pequeno, e está na margem, quando comparado com o crescimento de 44% da variação anual”, observa Rosário.

Na percepção dos alagoanos, o acesso ao crédito está mais fácil para 30,4%, mais difícil para 35% e igual ao ano passado para 8%. Em termos de análise do volume de consumo, existe também uma relativa estabilidade em termos de famílias que estão comprando mais (32,5%), quando comparado mensalmente, e um crescimento entre as que estão mantendo seu poder de compra adquirindo o mesmo volume de produtos no mês anterior (39,1%). Observa-se também uma ligeira redução no percentual de famílias que estão consumindo menos (28,5%), na comparação mensal.

Na variação mensal, enquanto o consumo entre estas famílias teve um leve recuo, saindo de 120,7 para 120,1, nas famílias com renda maior de 10 salários mínimos houve crescimento, saltando de 142,16 para 144,08. “O valor do índice reflete mais a sensibilidade da propensão ao consumo das famílias com renda menor que 10 salários mínimos, exatamente por serem as mais numerosas em Alagoas. Além dessa constatação, é possível observar que são as famílias de menor renda que mais sentem os efeitos de oscilações negativas na conjuntura econômica”, explica Rosário.

*Com informações Fecomércio Alagoas

Fonte: *Merco Shipping Marítima Ltda*

Data: 03/07/2024

VALORIZAÇÃO DE TÍTULOS AMERICANOS ELEVA DÓLAR NO BRASIL, DIZ PROFESSOR

Há também economistas que atribuem alta do dólar a queda de braço em torno do comando do Banco Central
Por Agência Brasil

A manutenção dos juros altos e a valorização dos títulos públicos nos Estados Unidos estão entre as principais razões para a alta do dólar no Brasil. A avaliação é do professor de finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Renan Pieri.

“A alta do dólar tem relação com a valorização dos títulos públicos americanos, muito no cenário de manutenção de juros altos nos Estados Unidos, com a expectativa de um momento mais difícil na eleição [presidencial], também por conta do mercado aquecido lá. Os juros mais altos, essa rentabilidade maior dos títulos americanos, atrai capital para lá e tira dinheiro do Brasil”, disse.

A cotação do dólar comercial fechou nesta terça-feira (2) a R\$ 5,665, com pequena alta de 0,22%. A moeda norte-americana continua no maior nível desde 10 de janeiro de 2022, quando fechou a R\$ 5,67. O dólar acumula alta de 16,8% em 2024.

Questões internas pesam no dólar

Parte da alta do dólar deve-se a questões internas, como a expectativa do mercado financeiro sobre o anúncio de medidas de corte de gastos para o orçamento de 2025 e do contingenciamento de verbas públicas para o orçamento deste ano.

“A questão fiscal do Brasil faz com que o mercado comece a acreditar que o governo vai ter muita dificuldade de cumprir o novo arcabouço fiscal, o método de superávit primário, e portanto passa a cobrar um prêmio maior para manter os investimentos aqui”, ressalta Pieri.

De acordo com ele, se esse “prêmio” não se traduzir em juros mais altos, haverá saída de capital do país. “Saída de capital do país significa que os investidores acreditam menos no futuro do Brasil no longo prazo”.

Jogo político

Segundo a professora de economia política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maria Malta, a elevação do preço do dólar se relaciona, entre outras coisas, com a queda de braço

que os grandes bancos e instituições financeiras estão fazendo para influenciar a decisão sobre o próximo presidente do Banco Central.

“O que está havendo é um jogo político pré-eleitoral em um contexto de avanço da extrema-direita no mundo. Neste jogo, o setor financeiro pretende obter uma parte ainda maior das rendas do país e ampliar seu poder e riqueza”, destacou.

Ela acrescenta que, para a estrutura econômica brasileira, a desvalorização do real melhora a situação do país “em termos de exportações, juros mais baixos diminuem os custos internos da dívida pública e estimulam a tomada do crédito produtivo”.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 03/07/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS FAZ VISITA INSTITUCIONAL À ANTAQ

APS apresentou os principais projetos no Porto de Santos (SP)



Brasília, 02/07/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) se reuniu, nesta terça-feira, com a Autoridade Portuária de Santos (APS) para discutir os principais projetos que estão sendo planejados para o Porto de Santos (SP).

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, destacou a necessidade dessas reuniões com as autoridades portuárias e que essas apresentações são “uma ótima oportunidade para conhecer os projetos substanciais dos portos brasileiros”.

Além disso, o presidente da APS, Anderson Pomini, ressaltou a importância dessas reuniões que ele chamou de “reuniões de integração”. Durante o encontro foi apresentado um histórico do porto, o que está sendo feito e o que está sendo planejado pela autoridade portuária para o futuro.

Entre os assuntos mencionados estão: como aumentar a capacidade de movimentação de cargas no porto, como melhorar a relação porto-cidade e revitalizações e obras de infraestrutura previstas.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 03/07/2024

A primeira operação comercial iniciou após a instalação de torres de iluminação e a revisão da estrutura operacional do aeródromo



Primeiro voo noturno na base aérea - Foto: Fraport

A Base Aérea de Canoas deu início à operação de voos noturnos no último domingo, 30/06, em uma medida para ampliar a oferta de transporte aéreo, enquanto o Aeroporto Internacional Salgado Filho, de Porto Alegre, ainda não retomou o funcionamento. A operação foi possível após a instalação de torres de iluminação e a revisão da estrutura operacional do aeródromo.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que todo o processo de reestabelecimento dos voos no estado está sendo feito de modo a garantir a segurança dos passageiros e tripulantes. "O Governo Federal está empenhado em retomar o mais rapidamente possível o movimento aéreo no Rio Grande do Sul, que será fundamental para a reconstrução do estado, mas tudo deve ser executado com o máximo de segurança", esclareceu.

"Essa é mais uma medida que mostra o compromisso do governo Lula em restabelecer os serviços que garantam o funcionamento logístico do nosso Estado. Seguimos trabalhando sem parar com a retomada estratégica do desenvolvimento do Rio Grande do Sul", destaca o ministro da Reconstrução, Paulo Pimenta.

O primeiro voo à noite foi da companhia Latam, que decolou do Aeroporto de Guarulhos/SP e pousou em Canoas às 19h15, retornando a Guarulhos às 21h. A companhia ampliou de 24 para 34 voos semanais a operação na Base Aérea.

Os novos voos Guarulhos-Canoas decolarão às segundas (às 15h50), sextas (às 15h50), sábados (às 15h50 e 17h50) e domingos (às 17h50). As novas partidas Canoas-Guarulhos serão operadas às segundas (às 19h05), sextas (às 19h05), sábados (às 19h05 e 21h) e domingos (às 21h).

Já a Gol anunciou que a partir de 16 de julho ampliará de nove para 13 voos semanais entre Canoas e São Paulo, para o Aeroporto de Congonhas. A aeronave da cia sairá de Congonhas às 15h50 e chegará às 17h35 em Canoas às terças, quartas, quintas e domingos. Nesses mesmos dias da semana, o retorno a São Paulo será às 19h05. Atualmente, a Gol tem voos para Guarulhos.

A Azul também passou a operar a partir de 1º de julho com aeronaves Airbus A320, que possuem maior capacidade, ampliando a oferta de assentos em 121%, em relação à operação com o Embraer E1. Os novos voos entre o aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), e a base aérea de Canoas com o A320 terão capacidade para 174 Clientes. A terceira frequência decola de Campinas às 17h45 e chega em Canoas às 19h30. Já no sentido inverso, o voo sai às 20h50 do Rio Grande do Sul, pousando em Viracopos às 22h35.

Com Informações da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Reconstrução

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 03/07/2024

INVESTIMENTO DE R\$ 147 MI VÃO PERMITIR CONCLUSÃO DE OBRAS E EXPANSÃO DO PORTO DE SUAPE



Recursos serão aplicados nas obras de conclusão do molhe e na dragagem do canal interno do complexo, que vai permitir operação de embarcações maiores

Ao lado do presidente Lula, ministro de Portos e Aeroportos assina repasse para o governo de Pernambuco - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

Investir na expansão da infraestrutura dos modais



logísticos do país para elevar a produção de insumos, acelerar o crescimento econômico, criar postos de trabalhos e melhorar as condições de vida da população brasileira são ações contínuas desenvolvidas pelo Governo Federal. Com esse objetivo, o presidente Lula e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinaram nesta terça-feira (2) o termo de repasse para execução de obras no Porto de Suape, em Recife.

O documento foi assinado na capital pernambucana durante lançamento de um pacote de melhorias para o povo pernambucano. Na área portuária, o Governo Federal está destinando cerca de 147 milhões para execução da quarta e última etapa das obras de recuperação do molhe do Suape e para a dragagem do canal interno do porto. O molhe serve como uma barreira de segurança para cais e píeres, onde são realizadas as operações de carga e descarga de mercadorias.

O ministro Silvio Costa Filho explicou que investir recursos para melhorias em Suape é levar melhores condições de vida para a população e fomentar a economia local. "Os investimentos anunciados aqui hoje são fundamentais para gente poder gerar emprego e renda, que é o melhor programa social do Brasil. Esses aportes vão permitir a expansão das atividades de um dos principais complexos do país, capaz de levar desenvolvimento para todo o estado de Pernambuco", destacou.

Durante seu discurso, o presidente Lula garantiu que novos investimentos serão realizados em todas as regiões do país. Ele também garantiu que esse ano o Brasil vai colher frutos de tudo que foi plantado durante um ano e meio de governo. "Esse é o ano da colheita. Nós plantamos o ano passado, capinamos a terra, adubamos a terra, colocamos a semente e, neste ano, nos vamos viajar o Brasil inteiro para anunciar as colheitas que o povo precisa para melhorar de vida", afirmou.

Investimentos e melhorias

Nas três etapas anteriores, foram investidos mais de R\$ 610 milhões. A última fase da obra teve seu processo licitatório concluído e deverá ter início nas próximas semanas. Os serviços estão previstos para serem concluídos em 2028. Os trabalhos vão ampliar a segurança das embarcações e facilitar o fluxo e a navegação em toda parte costeira do porto.

A dragagem do canal interno aumentará a profundidade para 16,2 metros, possibilitando a atracação de porta-contêineres com até 366 metros de comprimento, além de outras embarcações consideradas de grande porte. As melhorias vão gerar um aumento significativo no volume de cargas movimentadas e deve consolidar o porto como o maior hub do país no transporte de carga conteneirizada. Mais do que elevar as operações no complexo, as obras vão proporcionar maior eficiência e segurança, potencializando a competitividade do porto. Neste ano, o Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), fará aporte de R\$ 100 milhões para realização dos trabalhos.

Movimentação portuária

Nos primeiros quatro meses do ano, a movimentação no complexo portuário de Suape apresentou crescimento de 0,48% na comparação com o mesmo período do ano passado. O transporte de cargas conteneirizadas foi o indicador que mais apresentou crescimento no período, com 24,41% entre janeiro e abril de 2024. Sexto maior porto público do país, o complexo portuário de Suape está investindo em infraestrutura e tecnologia para continuar expandindo suas atividades. Sua localização estratégica e o aumento da diversificação das operações de cargas tornam o porto um ativo fundamental para a expansão comercial de Pernambuco.

Atualmente, Complexo Industrial Portuário de Suape contém 83 empresas em operação distribuídas em 12 polos industriais, gerando cerca de 20 mil empregos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 03/07/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RENAN FILHO ASSINA ACORDO PARA APROVEITAR INFRAESTRUTURA SEM USO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA EM VLT DE CAMPINA GRANDE (PB)

Modalidade de transporte público vai interligar cinco polos urbanos e impactar de imediato mais de 100 mil pessoas na segunda maior cidade do estado



Assinatura inicia processo de quatro etapas para cessão do trecho, a ser concluída em novembro deste ano - FOTO: Marcio Ferreira/MT

A partir de agora, 14,8 quilômetros da infraestrutura de trilhos vinculada à Ferrovia Transnordestina estão disponíveis para o benefício da mobilidade da população de Campina Grande. É isso que determina o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o município paraibano, que inicia os processos de implantação de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na cidade. O documento do ACT foi assinado na manhã desta

quarta-feira (3) pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, em Brasília.

De acordo com o ministro, a assinatura do acordo possibilita o avanço dos estudos para que o VLT seja viabilizado o mais rápido possível. “O projeto do VLT com certeza vai melhorar o desenvolvimento urbano e a vida das pessoas. A linha percorre todo um trecho vital na localidade e será fundamental para a melhoria do transporte coletivo de Campina Grande”, explicou.

O novo transporte vai alcançar áreas fundamentais da cidade, atendendo aos polos universitário, industrial, hospitalar, jurídico e comercial. O benefício inicial estimado com a linha atinge diretamente um quarto dos mais de 400 mil habitantes, mas tem impacto em Campina Grande inteira. “Esse momento é um grande divisor de águas para nossa cidade. Existe uma grande expectativa sobre esse tema”, ressaltou o prefeito Bruno Cunha Lima, que participou por videoconferência do evento e agradeceu a disposição do Ministério sobre o tema.

A assinatura do ACT contou ainda com a participação da bancada federal da Paraíba, entre senadores e deputados. Também estiveram presentes durante a assinatura do acordo o diretor-geral do DNIT, Fabrício Galvão, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo Filho, natural de Campina Grande destacando que o VLT trará um grande avanço socioeconômico para o município.

Próximos passos

Para dar celeridade ao processo e garantir que ele avance, o Ministério dos Transportes criou um plano de ação com quatro passos, envolvendo todos os órgãos responsáveis pelo assunto. O primeiro deles é iniciar os atos preparatórios, comunicando as diretrizes a todas as partes envolvidas. Depois, ainda no mês de julho, serão feitos procedimentos específicos para levantamento da área pretendida pelo município e cálculo de eventuais indenizações. Em outubro, será formalizado o termo aditivo e a cessão de uso, doação ou delegação. No dia primeiro de novembro está previsto o recebimento final da área para pleno uso do município.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 03/07/2024



AVISO DE PAUTA - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ENTREGA PONTO DE PARADA E DESCANSO (PPD) PARA CAMINHONEIROS NA VIA DUTRA, EM PINDAMONHANGABA (SP), NESTA QUINTA (4)

Vice-presidente Geraldo Alckmin também participa do evento; Concessionária CCR RioSP investiu R\$ 30 milhões no empreendimento

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, entrega, nesta quinta-feira (4), um dos maiores Pontos de Parada e Descanso (PPD) para caminhoneiros do Brasil, em uma das principais rodovias do país: a Via Dutra. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, também participa do evento.

Com investimento de R\$ 30 milhões da concessionária CCR RioSP, que administra a rodovia, o PPD possui 120 vagas gratuitas para veículos pesados, sala de descanso, cozinha e banheiros com chuveiros.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão, assim como representantes da CCR RioSP e autoridades locais também participam da cerimônia.

Cobertura de imprensa

Profissionais de imprensa poderão cobrir o evento sem necessidade de credenciamento prévio.

Serviço

O quê: Inauguração do Ponto de Parada e Descanso (PPD) em Pindamonhangaba (SP)

Quando: Quinta-feira (4), às 15h

Onde: Km 95 da BR-116 (rodovia Presidente Dutra, pista norte, sentido Rio de Janeiro)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 03/07/2024

SENATRAN PROMOVE ENCONTRO COM DETRANS DE TODO O BRASIL PARA FORTALECER SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

"Com a integração, a ideia é incorporar cada vez mais serviços digitalizados para o cidadão", destaca o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão

A união de Detrans de todo o Brasil foi tema do Fórum Permanente dos Detrans, realizado nesta terça-feira (2) em Brasília. A reunião teve como objetivo discutir pautas e ações relacionadas ao trânsito e contou com a participação de 16 departamentos de trânsito. O secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, abriu o fórum com uma fala sobre a importância de alcançar decisões em conjunto. "Com a integração, a ideia é incorporar cada vez mais serviços digitalizados para o cidadão em todos os estados brasileiros, como é o caso da transferência eletrônica de veículos. Hoje já contamos com a participação de 20 departamentos de trânsito", explicou.

Entre outras demandas trazidas pelos departamentos estaduais, estava a implementação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) gratuita para alunos da rede pública, além da reformulação da resolução 789 do Conselho Nacional de Trânsito, o Contran. Esse item indica as normas do processo de formação de condutores de veículos, e não inclui nada sobre carros automáticos durante a retirada de habilitação. Outro tema levantado em um amplo debate sobre campanhas educativas foi o valor de multas em caso de direção sob influência de álcool e drogas.

Como parte de um processo contínuo de aprimorar os serviços, todas as pautas serão colocadas em ata para a próxima reunião colegiada, que vai acontecer em setembro deste ano.

Estiveram presentes representantes dos Detrans de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe e Tocantins. O encontro foi promovido pela Senatran em parceria com a Associação Nacional dos Detrans (AND). O presidente da associação, Givaldo Vieira, também participou do evento.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 03/07/2024



PORTAL PORTO GENTE

GRUPO GPS APRESENTA BONS RESULTADOS E ESTRATÉGIAS PARA 2024

Redação Portogente

Crescimento e inovações marcam os resultados do primeiro semestre do ano.

Nos primeiros seis meses de 2024, a Divisão Logística do Grupo GPS apresentou um crescimento significativo, impulsionado por projetos iniciados em 2023 e diversas inovações implementadas recentemente. Dentre elas está o amadurecimento no setor em seus processos de Request for Information (RFI) na logística, bem como o desenvolvimento de torres de controle e portais de acesso para clientes.



Grupo GPS apresenta bons resultados e estratégias para 2024

Foto: Divulgação

Jazeel dos Santos, diretor da Divisão Logística, ressalta a importância desses avanços: "Investimos consideravelmente em armazéns e sistemas de Warehouse Management Systems (WMS). Além disso, avançamos na implementação de inventários via RFID com o uso de drones e na aplicação de inteligência artificial (IA), para acompanhar nossas atividades logísticas. Essas iniciativas têm proporcionado maior agilidade

aos nossos processos, garantindo que as informações estejam disponíveis em diversas plataformas, atendendo às nossas necessidades".

Desafios superados com adaptabilidade

De acordo com o diretor, durante os primeiros seis meses de 2024 a empresa enfrentou dois grandes desafios. "O primeiro foi a implantação de novos Armazéns Gerais em um ritmo mais acelerado do que o usual. O segundo desafio foi lidar com o alto volume de demandas do varejo, que não foram previstas inicialmente. Mesmo diante deste cenário, recrutamos e alocamos os recursos necessários, o que possibilitou atender a essas demandas", afirma Jazeel.

Mudanças estratégicas e foco em tecnologia

Após os resultados do primeiro semestre, estão sendo implementadas mudanças significativas em toda a estratégia operacional, com a reestruturação das equipes de projetos e inovações, o que irá impactar de forma significativa às exigências de um cenário de crescimento acelerado e de expansão do setor de e-commerce.

O diretor ainda destaca que o foco está em integrar a tecnologia e a capacidade de contratações, aproveitando a base de currículos existente na empresa. "Estamos dedicados a aperfeiçoar a produtividade e a eficiência operacional por meio de sistemas de Warehouse Management Systems (WMS) desenvolvidos, avanços em Request for Information (RFI) e a utilização de inteligência artificial (IA)", explica.

Contribuição e iniciativas significativas



A Divisão Logística contribuiu para os resultados gerais do Grupo GPS, principalmente pelo seu crescimento na área de armazéns e transportes dedicados. Durante os primeiros seis meses do ano, foram adicionados mais de 50 novos recursos ao setor de transporte, ampliando a capacidade operacional. Além disso, foram disponibilizados mais de 200 mil metros quadrados de armazéns dedicados, o que permitiu atender a crescente demanda.

Entre as iniciativas, a criação de torres de controle de processos com RFID trouxe ganhos de produtividade. O sistema de monitoramento e gestão permitiu um controle das operações, eliminando gargalos e otimizando diversos processos logísticos. Outra ação foi o investimento em um WMS flexível, que contribuiu para o controle das operações de armazéns.

Fonte: Portal Porto Gente
Data: 03/07/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM NOVO CAPÍTULO PARA O PORTO E PARA A CIDADE DE SANTOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A inauguração da primeira fase do Parque Valongo, em Santos (SP), agendada para a próxima sexta-feira, dia 5, marcará um momento histórico para a cidade paulista e para o futuro de seu relacionamento com o maior porto do Brasil e da América do Sul. O projeto, que revitaliza antigos armazéns portuários, transformando-os em um espaço público de lazer, cultura e turismo, demonstra a importância da busca por uma maior integração entre os complexos marítimos e as cidades onde estão localizados.

Tradicionalmente, os portos se caracterizavam por serem áreas isoladas do restante das cidades que os abrigam, voltadas exclusivamente para a movimentação de cargas e atividades logísticas. Essa visão, no entanto, vem se modificando nos últimos anos, com o crescente reconhecimento do potencial dos portos como catalisadores do desenvolvimento urbano e social.

O Parque Valongo é um exemplo concreto dessa mudança de paradigma. Ao invés de deixar que os armazéns ociosos se deteriorassem, a Prefeitura de Santos, em parceria com a iniciativa privada, optou por revitalizá-los, criando um novo espaço que beneficia tanto a população local quanto os turistas.

O parque oferece diversas opções de lazer, como playground, quadras esportivas e uma roda gigante com vista para o porto. Além disso, a área contará com restaurantes, quiosques e outros atrativos, que contribuirão para a geração de renda e emprego na região.

A iniciativa também é um importante passo para a valorização do patrimônio histórico da cidade. O Parque Valongo está localizado no bairro de mesmo nome, que foi o berço da cidade de Santos. A revitalização da área contribui para preservar a memória e a identidade do local.

O sucesso do Parque Valongo demonstra que a integração entre portos e cidades é possível e vantajosa para todos. É um modelo que deve ser replicado em outras cidades portuárias do Brasil, contribuindo para o desenvolvimento urbano sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população.

A iniciativa de Santos serve como um exemplo inspirador para outras cidades portuárias brasileiras. É hora de repensar o papel dos portos e transformá-los em verdadeiros espaços públicos, integrados à vida das cidades e contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades.



O Parque Valongo é apenas o começo de uma nova era para o relacionamento entre portos e cidades. É um passo importante na construção de um futuro mais próspero e sustentável para todos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/07/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

REVITALIZAÇÃO 1

Um bom exemplo de revitalização de áreas portuárias foi apresentado nesta semana no Porto do Recife (PE), com a inauguração do Novotel Recife Marina, construído em terreno ocupado por angos armazéns do complexo marítimo, no Cais de Santa Rita. O empreendimento, de R\$ 200 milhões, conta com um hotel quatro estrelas com cinco pavimentos e 300 apartamentos, uma marina com capacidade para 209 embarcações e, ainda, um centro de convenções - o primeiro da capital pernambucana, com um auditório para 1.500 pessoas.

REVITALIZAÇÃO 2

O hotel será aberto ao público no próximo dia 29, sendo operado pela Atrio, administradora da rede francesa Accor. Já o centro de convenções - o Recife Expo Center - deve começar a funcionar no próximo mês.

REVITALIZAÇÃO 3

A inauguração do empreendimento de lazer e turismo ocorreu na noite da última segunda-feira, reunindo o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, a governadora Raquel Lyra e o prefeito João Campos, além de empresários e outras autoridades. O complexo hoteleiro é um investimento do Consórcio Porto Novo, integrado pela Maxxima Empreendimentos, Excelsior Seguros, Hima Participações e GL Empreendimentos.

REVITALIZAÇÃO 4

Na noite da inauguração, o Governo de Pernambuco e o Consórcio Porto Novo Recife assinaram um protocolo de intenções para a concessão do Armazém 18, no Centro do Recife. O imóvel e sua área serão utilizados como uma estrutura complementar ao hotel e ao centro de convenções.

MANAUS 1

A Super Terminais, que administra uma das principais instalações portuárias em Manaus (AM), anunciou a instalação de um terminal e um píer flutuante em Itacoatiara, no Rio Amazonas. A iniciativa visa garantir as operações de embarque e desembarque de cargas em um trecho do rio que não seja tão impactado pela estiagem prevista para os próximos meses.

MANAUS 2

Segundo o diretor da Super Terminais, Marcelo Di Gregório, a nova estrutura deve iniciar seu serviço em setembro e começará a atuar 24 horas em dezembro, transbordando contêineres para as indústrias da Zona Franca de Manaus e o comércio local e garantindo “que nós não teremos a descontinuidade da logística no Amazonas”. “Não estamos poupando recursos para continuar alimentando as fábricas, as linhas de produção da Zona Franca de Manaus”, destacou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/07/2024

REGIÃO NORDESTE - LULA ANUNCIA R\$ 147 MI PARA OBRAS NO PORTO DE SUAPE

Presidente e o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, assinaram termo de repasse nesta terça-feira (2), em Recife (PE)

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



Da esquerda para a direita: Marcio Guiot, presidente do Porto de Suape, Lula, a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, estiveram no Recife (PE), nesta terça-feira (2), para a assinatura do termo de repasse de recursos destinados à execução da quarta e última etapa das obras no molhe e à dragagem do canal interno do Porto de Suape. Esta fase, anunciada em maio pela administração do porto, terá um investimento de R\$ 147 milhões e está prevista para ser concluída até 2028.

O ministro Silvio Costa Filho explicou que investir recursos para melhorias em Suape é levar melhores condições de vida para a população e fomentar a economia local. “Os investimentos anunciados aqui hoje são fundamentais para gente poder gerar emprego e renda, que é o melhor programa social do Brasil. Esses aportes vão permitir a expansão das atividades de um dos principais complexos do país, capaz de levar desenvolvimento para todo o estado de Pernambuco”, destacou.

Durante seu discurso, o presidente Lula garantiu que novos investimentos serão realizados em todas as regiões do país. Ele também garantiu que esse ano o Brasil vai colher frutos de tudo que foi plantado durante um ano e meio de governo. “Esse é o ano da colheita. Nós plantamos o ano passado, capinamos a terra, adubamos a terra, colocamos a semente e, neste ano, nós vamos viajar o Brasil inteiro para anunciar as colheitas que o povo precisa para melhorar de vida”, afirmou.

O objetivo principal é reforçar a segurança das operações portuárias, em um projeto que, nas suas três primeiras fases, custou R\$ 610 milhões. Nos primeiros quatro meses do ano, a movimentação no complexo portuário de Suape apresentou crescimento de 0,48% na comparação com o mesmo período do ano passado. O transporte de cargas containerizadas foi o indicador que mais apresentou crescimento no período, com 24,41% entre janeiro e abril de 2024.

A assinatura do termo de repasse de recursos foi uma das ações da visita do presidente Lula à capital pernambucana. Além dos anúncios para o Porto de Suape, Lula fez a entrega de unidades habitacionais e entrega de cheques de indenização de famílias donas de moradias de uma região apelidada de “prédios-caixão”.

Os investimentos fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em Pernambuco, somente no eixo de transporte, estão previstos 17 projetos distribuídos entre rodovias e ferrovias. A construção de novo trecho da Ferrovia Transnordestina, que vai de Salgueiro até o porto de Suape é um dos destaques. Haverá adequações nas BR 423 e 104 e estudos para viabilizar as concessões dos aeroportos de Petrolina e Recife.

Molhe de pedras

As obras no molhe de pedras do Porto de Suape, essenciais para a proteção dos berços de atracação do complexo, começam já neste mês. Divididas em quatro fases, as três primeiras já foram concluídas. A primeira parte das intervenções incluiu a restauração e o reforço do paredão do molhe de pedras, que se estende por cerca de 2,5 quilômetros.

A última fase da obra visa fortalecer a barreira de proteção do porto contra a força das marés, garantindo que as operações sejam menos afetadas por correntes marítimas e ondas. Na terceira etapa, concluída em maio, o custo foi de R\$ 68,1 milhões. Nesta fase, foi restaurado um trecho de 1,6 quilômetro, utilizando blocos de pedras variando de 300 quilos a 12 toneladas, totalizando um volume de 78.120 metros cúbicos.

De acordo com a administração portuária de Suape, esta é a primeira grande restauração do molhe desde a inauguração do porto, em 7 de novembro de 1978. Devido à complexidade e à abrangência da intervenção, o projeto foi dividido em três fases, abrangendo quatro áreas. Os serviços estão sendo executados conforme o cronograma estabelecido desde 2018 e agora estamos avançando para a etapa final, dotando o porto de um molhe mais robusto e seguro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2024

NACIONAL - FENOP CELEBRA 30 ANOS COM EVENTOS VOLTADOS PARA O SETOR PORTUÁRIO

Federação Nacional das Operações Portuárias realiza nesta semana a edição 2024 do Enaport e do Conogmo

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



Para Sérgio Aquino, é importante que os atores do setor colaborem para garantir avanços e a competitividade do país e estar em sintonia com as melhores práticas portuárias mundiais (Foto: Arquivo)

Brasília será nesta semana o palco do IX Encontro Nacional das Operações Portuárias (Enaport) e do XII Congresso Nacional de Gestão e Modernização Portuária (Conogmo). Os eventos, que reúnem especialistas, autoridades e representantes do setor, abordarão as principais diretrizes e desafios para o desenvolvimento da infraestrutura nos portos nacionais.

A iniciativa faz parte da celebração dos 30 anos da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop). O presidente da federação, Sérgio Aquino, reafirmou a importância da colaboração de todos os atores do setor para garantir avanços e a competitividade do país, além de tentar corrigir as discrepâncias em comparação com as melhores práticas portuárias mundiais.

“Precisamos avançar nesse novo momento avaliando os problemas e os equívocos do passado, dando atenção especial aos exemplos internacionais e nacionais que apontam para os caminhos que devem ser evitados e para as soluções que precisam ser aplicadas”, declarou Aquino.

Nesta quarta-feira, dia 3, o Enaport debaterá temas como responsabilidade securitária nas operações portuárias, alinhamento com as diretrizes do Governo, fortalecimento do setor empresarial, automação nas instalações do modal de transporte, além dos impactos da reforma tributária nos serviços dos portos brasileiros.

Entre os palestrantes e debatedores, ressaltam-se figuras importantes como o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery; os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Breno Medeiros e Guilherme Caputo; o presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mário Povia; e o presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP).

Já no dia 4, o XII Conogmo vai discutir o protagonismo do Supremo Tribunal Federal (STF) no sistema de justiça, os desafios para o trabalho portuário e o futuro dos Órgãos Gestores de Mão de Obra (Ogmo), as atuações do poder público e entidades privadas voltadas ao trabalho no setor, e iniciativas de responsabilidade social nos portos.

Destaca-se a participação no evento do diretor executivo do Ogmo Santos, Evandro Pause; o membro da Coordenadoria Nacional de Trabalho Portuário e Aquaviário (Conatpa), Gustavo Teixeira; o presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), Sérgio Giannetto; e os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Morgana de Almeida Richa e Hugo Scheuermann.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2024

NACIONAL - BNDES VAI VIABILIZAR ROTAS DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Ministra do Planejamento, Simone Tebet, acredita que, por meio do PAC, as vias entrem em funcionamento até 2018

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebnews.com.br



Simone Tebet na audiência pública, ao lado de Confúcio Moura (presidente da Comissão de Infraestrutura) e Marcelo Castro (presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional) (Foto: Geraldo Magela/Agência Senado)

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, anunciou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai disponibilizar US\$ 10 bilhões (quase R\$ 57 bilhões) em linhas de financiamento para viabilizar as Rotas da Integração Sul-Americana. “Começamos com essa partida. Não adianta falar de projeto sem dinheiro, sem orçamento”, disse Tebet na terça-feira (2), durante uma audiência de comissões no Senado Federal.

Dos recursos financeiros, US\$ 3 bilhões (R\$ 17 bilhões) são destinados a estados e municípios brasileiros, enquanto US\$ 7 bilhões (R\$ 39,7 bilhões) vão financiar obras nos demais países do continente. A expectativa de Tebet é que, por meio do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as vias entrem em funcionamento até 2028, podendo já conectar parte do Pacífico até o final de 2026. O projeto das Rotas de Integração tem o objetivo de ampliar o comércio do Brasil com países vizinhos através de percursos mais curtos e menos onerosos.

No catálogo de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), 190 projetos visam a implementação de integração sul-americana, sendo: 65 rodoviárias, 40 hidroviárias, 35 aeroportuárias, 21 portuárias, 15 infoviárias, nove ferroviárias e cinco linhas de transmissão. “A gente não precisa de tudo isso para funcionar, mas direta ou indiretamente faz parte”, detalhou Tebet.

Em relação aos países sul-americanos, Paraguai, Bolívia e Guiana já estão em conversações avançadas para participar do projeto, além de ter sido criada uma comissão interministerial dedicada a viabilizar as colaborações.

As cinco Rotas da Integração Sul-Americana vão conectar diretamente 11 estados que fazem fronteira com outros países da região e são estratégicas para o comércio exterior brasileiro. A ministra do Planejamento e Orçamento mencionou que esteve em diálogo com os chefes de estado dos países, os secretários responsáveis de todos os entes federativos, o setor produtivo e a sociedade.

Tebet explicou que as rotas não são concorrenciais e que há uma interdependência dos caminhos, sendo todas necessárias para tornar o escoamento de produtos brasileiros mais competitivo no mercado internacional. “Ninguém vai conseguir competir com o Brasil no mundo, no que se refere à nossa fronteira agrícola, ao agronegócio, agricultura familiar, agroindústria”, afirmou.

A audiência pública foi realizada pelas Comissões de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional (CDR). O debate foi proposto pelos senadores Confúcio Moura (MDB-RO) e Marcelo Castro (MDB-PI).

Confira as cinco rotas de integração:

Rota 1: Ilha das Guianas – exportação de alimentos e bens de consumo final para a Venezuela e a Guiana, além da Ásia e do Mercado Comum e Comunidade do Caribe.

Rota 2: Amazônica – exportação de produtos da bioeconomia, máquinas, equipamentos e bens de consumo de Manaus para Peru, Equador e Colômbia, além da Ásia e América Central.

Rota 3: Quadrante Rondon – exportação de alimentos, máquinas, equipamentos e bens de consumo final para Peru, Bolívia e Chile, além do mercado asiático.

Rota 4: Bioceânica de Capricórnio – exportação de alimentos, máquinas, equipamentos e bens de consumo final para Paraguai, Argentina e Chile, além do mercado asiático.

Rota 5: Porto Alegre–Coquimbo – exportação e importação de insumos, alimentos, máquinas, equipamentos e bens de consumo final para Argentina, Uruguai e Chile, além do mercado asiático.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2024

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI INAUGURA UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO PORTUÁRIA

Serviço do Fisco municipal pretende dar celeridade às questões tributárias e fiscais do cais maranhense

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



As atividades do GTPorto — grupo de trabalho vinculado à Superintendência da Área de Fiscalização da Semfaz — a partir de agora funcionarão no espaço recém-inaugurado (Foto: Divulgação)

O Porto do Itaqui, no Maranhão, passa a contar com uma Unidade Portuária da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz) da cidade. A ideia é que o Fisco no porto ajude em questões tributárias e dê celeridade a todos os processos fiscais do complexo portuário.

“Gostaríamos de agradecer à direção da Emap (Empresa Maranhense de Administração Portuária) por ter atendido ao pedido da Prefeitura para instalar uma unidade neste local. Além do motivo institucional, a presença do fisco no porto auxiliará no esclarecimento e orientação de toda a comunidade portuária”, afirmou o secretário municipal da Fazenda, José de Jesus do Rosário Azzolini.

As atividades do GTPorto — grupo de trabalho vinculado à Superintendência da Área de Fiscalização da Semfaz — a partir de agora funcionarão no novo espaço. Para o supervisor do Grupo de Trabalho e auditor fiscal, Victor Goulart, o complexo portuário de São Luís é um pilar fundamental para a economia municipal.

“A Unidade Portuária da Semfaz representa mais do que um novo espaço físico, ela simboliza a nossa profunda convicção de que a proximidade com a comunidade portuária é essencial para a construção de um sistema fiscal justo e eficiente”, afirmou.

O secretário municipal de Governo e interino de Comunicação, Emílio Murad, que participou da solenidade, enfatizou a satisfação da gestão municipal e do prefeito de São Luís, Eduardo Braide (PSD), com uma unidade da Semfaz no porto.

“A atuação da Semfaz chega em um momento muito importante, haja vista a grande expansão que temos observado e acompanhado em todos os segmentos do Porto”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/07/2024

REGIÃO SUDESTE - COMPLEXO TURÍSTICO DO PORTO DE SANTOS SERÁ INAUGURADO NESTA SEXTA-FEIRA

Ministro de Portos e Aeroportos é uma das autoridades que participarão da solenidade no Parque Valongo

Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebnews.com.br



A primeira fase do projeto consiste na revitalização completa do armazém 4, que futuramente poderá receber restaurantes, além de área para playground e roda gigante (Foto: Divulgação/Prefeitura de Santos)

Um dos principais projetos de infraestrutura turística dentro de região portuária no Brasil, o Parque Valongo terá sua primeira fase de revitalização inaugurada de forma oficial nesta sexta-feira, 5 de julho. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, está presente na

solenidade junto às demais autoridades.

A primeira fase do projeto consiste na revitalização completa do armazém 4, que futuramente poderá receber restaurantes. Também estão incluídas área para playground, roda gigante e uma vista privilegiada a partir da linha d'água do canal do Porto de Santos (SP).

Nesta semana, o BE News esteve no local das obras, que está recebendo os últimos serviços de construção e modernização, acompanhado do prefeito Rogério Santos (Republicanos). Ele contou mais detalhes e expectativas para a inauguração e a presença tanto de moradores quanto de turistas no futuro parque.

A Reportagem já pode ver as áreas de playground, as quadras de areia para práticas esportivas, a finalização da instalação da roda gigante, bem como o mirante que está sendo instalado em formato V, em homenagem ao bairro Valongo, onde, segundo historiadores, a então vila de Santos começou a se consolidar.

O Parque Valongo é mais um dos empreendimentos no mundo chamados de waterfront. Segundo o prefeito, o projeto tem características de aproximação com o porto, bem como o processo de revitalização do centro histórico do município.

“Estamos na área portuária, de linha d'água, mas que é usada dentro do conceito urbano da cidade. É um resgate principalmente daqui, onde começa a cidade de Santos. Sabemos que o porto é responsável pela economia da cidade e temos no turismo uma segunda grandeza econômica. Quando a gente traz um atrativo desses, tudo faz parte de um projeto organizado, uma operação urbana que estamos fazendo”, disse.

Após a inauguração oficial na próxima sexta-feira, a Prefeitura já confirmou que o empreendimento receberá o evento Festa Inverno a partir de 12 de julho.

“Uma festa tradicional na cidade, que ajuda diversas entidades sociais. Dentro do armazém serão colocados os restaurantes, os quiosques, onde as entidades e instituições poderão fazer a venda de seus produtos. Espaços climatizados, com sanitários, instalações de vidros para fazer a relação interna-externa do parque”, comentou o chefe do Executivo.

Uma das principais atrações, segundo o prefeito, e que já tem chamado atenção das pessoas que passam pelo Centro Histórico é a roda gigante. Com 35 metros, ela disponibiliza de 20 cabines e servirá para um espaço para fotos com vista aérea do Porto de Santos e outros pontos da cidade.

“Decidimos pela roda gigante móvel, pois estamos falando de um espaço multiuso. Futuramente vamos pôr outros atrativos, outras opções”, explicou Rogério.

A área dos antigos armazéns do Porto de Santos pertencia à União e foram cedidos para a Prefeitura, que elaborou o projeto do parque. Para essa primeira fase, foram investidos pouco mais de R\$ 20 milhões a partir de recursos garantidos por dois Termos de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras ou Compensatórias (Trimms), firmados em 2023, com as empresas Cofco e Ecoporto.

Futuro

Ao todo, o calçadão do Parque Valongo terá um quilômetro, contemplando os seis antigos armazéns. Os espaços 1, 2 e 3, que também já foram cedidos ao município, representam a segunda fase do projeto.

De acordo com o prefeito, além da revitalização dos espaços, está prevista a construção de um novo boulevard, que vai conectar o Centro com o parque, a ser construído pela Fips (Ferrovia Interna do Porto de Santos).

Outra atração para os próximos anos será o restauro do Professor W. Besnard, o primeiro navio oceanográfico do Brasil a fazer viagem para a Antártida. Atualmente, ele se encontra atracado no Parque Valongo e futuramente será aberto para visitação do público após passar por etapa de restauração.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/07/2024

PORTO DE SANTOS - BTP RETOMA OPERAÇÕES DE CONTÊINERES APÓS REPAROS NO BERÇO 1

Segundo a empresa, trabalhos foram concluídos de forma antecipada e atividades retomadas em 1º de julho

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



As atividades voltaram ao normal no berço 1 na segunda-feira, 1º de julho (Foto: Divulgação/BTP)

A Brasil Terminal Portuário (BTP), um dos principais terminais de contêineres localizados no Porto de Santos (SP), anunciou que foram retomadas as operações de embarque e desembarque de cargas no berço 1 de atracação. O local estava interditado desde o início do ano e estava sem receber atracções de navios. As atividades voltaram ao normal na segunda-

feira, 1º de julho.

De acordo com a BTP, o berço 1 foi interditado, de forma preventiva, em 19 de janeiro após uma forte ventania romper o cabo de uma embarcação que estava atracada no terminal, na margem direita do Porto de Santos.

Conforme anunciado pela companhia, a finalização do projeto de engenharia de recuperação do berço foi entregue de forma antecipada.

O CEO da BTP, Ricardo Arten, classificou a conclusão antecipada dos reparos no berço como um compromisso da empresa em contribuir para a garantia da capacidade de movimentação de contêineres no Porto de Santos.

“Nossa prioridade é preparar a BTP para os próximos 20 anos de operação. Com a finalização desta obra no berço de atracação, podemos avançar de forma integral nos preparativos para a ampliação da capacidade de cais do terminal”, afirmou.

Durante as obras de reparo do berço 1, o terminal de contêineres adotou uma série de soluções que garantiram o atendimento dos clientes com produtividade e eficiência.

“Destinamos todos os nossos equipamentos de operação portuária para os nossos dois berços que seguiram, durante todo o período, em plena capacidade de operação. Também utilizamos o berço em reparo para antecipação de troca de navios, uma medida que permitiu o menor tempo de espera de embarcações no cais da BTP”, detalhou Ricardo Trotti, Diretor de Operações da BTP.

As obras de reparo do berço de atracação da BTP foram divididas em três fases que contemplaram as seguintes atividades: diagnóstico, planejamento, contratação de empresas especializadas, mobilização técnica de recursos de engenharia, cravação de novas estacas submersas, recomposição de laje de concreto, reinstalação de trilhos utilizados na movimentação de portêineres e inspeção de defensas.

Segundo o gerente de Engenharia e Manutenção da BTP, Fernando Faccioli, mais de 115 pessoas trabalharam diretamente na obra, entre profissionais da empresa e contratados.

“Concluímos com segurança, e em menos de cinco meses, uma obra de engenharia complexa e com uma série de especificações técnicas que tem um tempo médio de duração muito maior. Este é um marco para todo o terminal e demonstra o nível de comprometimento do time BTP, consultorias técnicas e empresas executoras com o projeto”, comentou.

Futuro

O terminal de contêineres investirá R\$ 1,9 bilhão nos próximos anos para aumentar a sua capacidade operacional em 40%. No pacote de investimentos estão a aquisição de quatro novos e modernos STS (Ship To Shore/Portêiner) e novas defensas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/07/2024

REGIÃO SUDESTE - AUTORIDADES APREENDEM MAIS DE 800 QUILOS DE COCAÍNA NO PORTO DE SANTOS

Carga seria exportada para a Guiné, na África, com baldeação no Porto de Antuérpia, na Bélgica

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A cocaína foi oculta em 20 sacas de ráfia dentro de um dos contêineres, na tentativa de dificultar o trabalho da fiscalização. Ao todo, foram apreendidos 882 quilos do entorpecente

Equipes da Receita Federal de Santos, no litoral paulista, interceptaram mais de 800 quilos de cocaína que seriam exportados a partir do Porto de Santos (SP) na terça-feira, 2 de julho.

A droga, escondida em um carregamento de 677 toneladas de açúcar, foi interceptada durante a execução de trabalhos de rona de vigilância e repressão aduaneiras realizados por equipes da Alfândega de Santos.

Segundo a Receita Federal, toda a carga estava acondicionada em 25 contêineres e nha como destino a Guiné, país localizado na África Ocidental, mas faria baldeação no porto de Antuérpia, na Bélgica.

A cocaína foi oculta em 20 sacas de ráfia dentro de um dos contêineres, na tentativa de dificultar o trabalho da fiscalização aduaneira. Ao todo, foram apreendidos 882 quilos do entorpecente.

Para a seleção de cargas, são utilizados critérios objetivos de gerenciamento e análise de risco, bem como a inspeção não invasiva por imagens de escâner. Durante a operação, o cão de faro da Alfândega de Santos sinalizou positivamente para a presença de drogas.

Após a confirmação para a presença de entorpecentes, a Polícia Federal (PF) foi acionada para trabalhos de perícia no local. A PF dará continuidade às investigações a partir das informações fornecidas pela Receita Federal.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/07/2024

NACIONAL - PRÊMIO PORTOS+BRASIL GANHA NOVA CATEGORIA

Evento promovido pelo MPor ganhou categoria Igualdade de Gênero

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa.pimentel@redenenews.com.br



No ano passado, um levantamento sobre equidade de gênero feito pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), mostrou que apenas 17,5% do total de vagas no setor aquaviário brasileiro é ocupado por mulheres. Foto: Divulgação

O Prêmio “Portos + Brasil”, promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos,

por meio da Secretaria Nacional de Portos, ganhou neste ano uma nova categoria: Igualdade de Gênero (ODS 5).

Em sua 5ª edição, a premiação é um reconhecimento dos avanços conquistados pelos portos organizados e pelos Terminais de Uso Privado (TUPs) do país, especialmente em relação às medidas adotadas pelo setor que promovam o desenvolvimento sustentável, bons investimentos, eficiência operacional e competitividade dos portos brasileiros.

Na nova categoria, serão premiadas as três empresas que mais se destacarem pela presença de mulheres nos quadros de funcionários e em cargos de gestão – em consonância com o ODS 5 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que diz respeito à igualdade de gênero) e seguindo os Princípios de Empoderamento das Mulheres estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

No ano passado, um levantamento sobre equidade de gênero feito pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), mostrou que apenas 17,5% do total de vagas no setor aquaviário brasileiro é ocupado por mulheres.

Ao todo, 302 empresas responderam os questionários e, na maioria delas, menos de 30% dos funcionários são mulheres e menos de 30% delas ocupam cargos de liderança. Neste cenário, a nova categoria é também uma forma de estimular mudanças do setor, ainda predominantemente masculino.

IGAP

Por meio do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP), o Ministério de Portos analisa um ranking das autoridades portuárias de todo o país, avaliando 15 métricas, como desempenho de gestão e governança, transparência na publicação de informações, capacidade de concretizar investimentos, qualidade da gestão ambiental, entre outros.

O evento de 2024 está marcado para o dia 7 de agosto, no Clube Naval de Brasília.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/07/2024

NACIONAL - MINISTRO ANUNCIA SUSPENSÃO DE LEILÃO PARA IMPORTAÇÃO DE ARROZ

Decisão surge após uma série de tentativas frustradas pelo governo federal para importar o grão devido às enchentes no Rio Grande do Sul em maio

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redenenews.com.br



O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou que o Brasil não realizará novos leilões porque os preços do arroz no mercado interno já se estabilizaram. Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou que o Brasil não realizará novos leilões para importar arroz. À Globonews, Fávaro garantiu que os preços do arroz no mercado interno já se estabilizaram. “Os preços do arroz já cederam e

voltamos aos preços normais”, declarou.

A decisão de não realizar novos leilões surge após uma série de tentativas frustradas pelo governo federal para importar arroz devido às enchentes no Rio Grande do Sul em maio. O estado é responsável por 70% da produção nacional e, na ocasião, o governo anunciou a necessidade de importação para evitar alta nos preços. No entanto, associações do setor já afirmavam que a importação não era necessária, pois 80% da safra já havia sido colhida.

Os esforços do governo incluíram um leilão marcado para 21 de maio, que foi suspenso, e outro em 6 de junho, anulado devido a indícios de incapacidade técnica e financeira de algumas empresas vencedoras e conflito de interesses.

“Tivemos problemas, é fato, nós cancelamos esses leilões. Mas o fato real é que, com a sinalização de disponibilidade do governo de comprar arroz importado e abastecer o mercado brasileiro, além da volta da normalidade em estradas, os preços do arroz já cederam e voltamos aos preços normais”, disse Fávaro.

Atualmente, o preço do pacote de 5 kg de arroz varia entre R\$ 19 e R\$ 25 em algumas regiões do país. Dados do Procon-SP mostram que em São Paulo, o preço médio do pacote de 5 kg é de R\$ 29,42. O arroz importado, caso tivesse sido vendido, teria o preço tabelado de R\$ 20 por pacote de 5 kg e rótulo do governo.

Encontro

O ministro da Agricultura vai se reunir com a Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) e representantes da indústria para discutir compromissos de estabilidade de preço, logística e frete. “Vamos buscar alguns compromissos com eles, de estabilidade de preço, de logística e frete. Eles mesmos podem nos dizer um momento, se for necessária, alguma intervenção do governo. Por ora é mais prudente, já que os preços cederam, que a gente tome outras atitudes de estímulo à produção. Não se faz necessário novos leilões de importação”, acrescentou Fávaro.

O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto, e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário também participarão das reuniões. A expectativa é de que seja assinado um termo de compromisso e responsabilidade sobre os preços do arroz.

Pressão

Nos últimos dois meses, o governo federal enfrentou pressão de produtores rurais contra a necessidade de importação de arroz. Relatório da Conab de junho indicou que as enchentes causaram perdas de 100 mil toneladas na colheita de arroz no Rio Grande do Sul, representando apenas 1,4% da safra total do estado, estimada em 7 milhões de toneladas.

Após a anulação do leilão de 6 de junho, que previa a importação de 263 mil toneladas de arroz, Fávaro foi convocado para uma audiência na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados em 19 de junho, para prestar esclarecimentos sobre a importação.

Com a estabilização dos preços e a retomada da normalidade no mercado, o governo agora foca em medidas de estímulo à produção local.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 03/07/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO CRESCE 3,9% E 485 CIDADES

Por Matheus Souza



Em maio deste ano, houve aumento na produção de petróleo e na de gás natural, e também na produção de pré-sal. A produção total (petróleo + gás natural) foi de 4,234 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d).

Com relação ao petróleo, foram extraídos 3,318 milhões de barris por dia (bbl/d), um crescimento de 3,9% na comparação com o mês anterior e de 3,6% em relação ao mesmo mês de 2023.

Os dados constam do Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural de maio de 2024 que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), divulgou nesta terça-feira (2), no Rio de Janeiro.

A produção de gás natural em maio foi de 145,63 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d). Houve alta de 6,6% frente a abril de 2024 e de 0,8% na comparação com maio de 2023.

A produção total (petróleo + gás natural) no pré-sal, em maio, foi de 3,314 milhões de boe/d e correspondeu a 78,3% da produção brasileira.

Esse número representa alta de 5% em relação ao mês anterior e de 3,7% na comparação com o mesmo mês de 2023. Foram produzidos 2,599 milhões de bbl/d de petróleo e 113,73 milhões de m³/d de gás natural por meio de 145 poços. Em maio, o aproveitamento de gás natural foi de 97,6%. Foram disponibilizados ao mercado 46,75 milhões de m³/d e a queima foi de 3,55 milhões de m³/d. Houve queda de 9,5% na queima em relação a abril e de 14,2% na comparação com maio de 2023.

Os campos marítimos produziram, em maio, 97,5% do petróleo e 86,2% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 88,88% do total produzido. A produção teve origem em 6.549 poços, sendo 504 marítimos e 6.045 terrestres.

O boletim mensal também informa que, em maio, o campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás, registrando 755,46 mil bbl/d de petróleo e 37,01 milhões de m³/d de gás natural. A instalação com maior produção de petróleo e gás natural foi a FPSO Guanabara, na jazida compartilhada de Mero, com 179.546 bbl/d de petróleo e 11,68 milhões de m³/d de gás.

Foram concluídas nesta terça-feira (2) todas as etapas da operacionalização da distribuição de royalties pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), relativos à produção de abril de 2024, para os contratos de partilha de produção.

O valor de partilha repassado diretamente aos estados foi de R\$ 428.296.349,56, enquanto os municípios receberam R\$ 567.960.884,17. Em termos de número de beneficiários, os repasses foram feitos a 485 municípios e dois estados.

Com isso, nesta data, encerram-se os repasses totais diretamente aos entes beneficiários referentes aos contratos tanto de partilha de produção, quanto de concessão e cessão onerosa (ocorrido no dia 1/7), relativos à produção de abril de 2024.

O montante total de royalties da produção de abril de 2024 dos regimes de concessão, cessão onerosa e partilha destinados aos municípios, estados e União foi de R\$ 4,7 bilhões.

Os valores detalhados de royalties por beneficiário, incluindo os dados históricos, estão disponíveis na página Royalties. Os dados relativos ao mês corrente estão sendo consolidados e serão publicados em breve na mesma página.

A ANP é responsável por calcular, apurar e distribuir os royalties aos entes beneficiários (União, Estados e Municípios). Os royalties são distribuídos aos beneficiários segundo diversos critérios estabelecidos na Lei nº 7.990/1989, Decreto nº 1/1991 (distribuição da parcela de 5% dos Royalties), Lei nº 9.478/1997 e Decreto nº 2.705/1998 (distribuição da parcela acima de 5% dos Royalties).

Fonte: Bahia Economica

Data: 03/07/2024

MDIC FECHA PARCERIA COM AMAZON PARA IMPULSIONAR EXPORTAÇÕES DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Por Bruna Carvalho - 03/07/2024 14:59



A Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/ MDIC) e a Amazon Brasil firmaram, nesta terça-feira (2), um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o objetivo de fortalecer a cultura exportadora entre os empreendedores brasileiros e facilitar o acesso ao mercado internacional, especialmente para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

A parceria se deu a partir de um chamamento público aberto pela Secex (nº 02/2023), em dezembro de 2023, por meio do qual a empresa propôs uma série de ações para contribuir com o estímulo à exportação por empresas brasileiras. A comissão de seleção, conforme estabelecido no edital, avaliou o cumprimento das exigências de regularidade e da proposta enviada e a selecionou para a celebração do acordo.

O acordo prevê diversas ações conjuntas para alcançar o fortalecimento da cultura exportadora entre os empreendedores brasileiros, entre eles estão:

- Treinamentos online sobre exportação via comércio eletrônico: vendedores brasileiros terão acesso a aulas ao vivo e materiais educativos sobre o tema;
- Suporte aos vendedores: a empresa oferecerá serviços de suporte para auxiliar os vendedores na exportação de seus produtos;
- Conteúdo online para MPMEs: a empresa disponibilizará conteúdos informativos sobre exportação para serem compartilhados pela Secex com empresas interessadas;
- Mesa redonda com mulheres exportadoras: será realizada uma mesa redonda virtual para discutir os desafios e oportunidades das mulheres que exportam seus produtos por meio da empresa.

A secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, celebrou a realização do acordo, que integra os esforços da Política Nacional de Cultura Exportadora para ampliar e diversificar o perfil dos exportadores do país. "A promoção das exportações brasileiras é fundamental para o crescimento do

país, e a parceria com o setor privado é crucial para alcançarmos esse objetivo. Espero que outras empresas também se juntem a este grande esforço de mobilização que estamos promovendo por meio da PNCE.”

Daniel Mazini, presidente da Amazon no Brasil, também ressaltou a importância do acordo: “Estamos muito entusiasmados em trabalhar com a Secex para incentivar as exportações das empresas brasileiras. Acreditamos que a internacionalização é fundamental para o crescimento das MPMEs e para o fortalecimento da economia do país.”

Com seus mais de 78 mil vendedores parceiros no Brasil, sendo 99% MPMEs, a Amazon já oferece um programa de Vendas Internacionais, que visa facilitar o acesso das empresas brasileiras ao mercado internacional. “Mais de 4% desses vendedores exportam seus produtos por meio do nosso programa”, ressaltou Mazini. Com o novo acordo, a empresa espera ampliar ainda mais seu apoio aos empreendedores brasileiros que desejam exportar seus produtos.

Estudos realizados pela SECEX em 2023 demonstram que as empresas exportadoras brasileiras geram mais empregos, pagam melhores salários e são mais inovadoras, produtivas e competitivas. Além disso, a exportação contribui para a geração de externalidades positivas para outros setores da economia.

Secex e Amazon se reunirão a cada seis meses para avaliar o andamento das ações e identificar novas oportunidades de colaboração.

Fonte: *Bahia Econômica*
Data: 03/07/2024

COMPLEXO EÓLICO É INAUGURADO NA CHAPADA DIAMANTINA E MANTÉM A BAHIA NA LIDERANÇA DE PRODUÇÃO DE ENERGIA LIMPA DO PAÍS

Por Matheus Souza - 03/07/2024 16:59



Pelo segundo ano consecutivo, a Bahia se mantém na liderança da produção de energia eólica do país e segue avançando com a instalação de mais empresas do setor. Nesta quarta-feira (3), o governador Jerônimo Rodrigues, ao lado do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou da inauguração do Complexo Eólico Novo Horizonte, em Boninal, na Chapada Diamantina. O empreendimento, já em operação, ocupa uma área de 2,7 mil hectares, o suficiente para abastecer até um milhão de residências no país.

Com um investimento de R\$ 3 bilhões e incentivos do Governo do Estado, a empresa argentina Pan American Energy inaugura o primeiro complexo da empresa no Brasil, que reúne 10 parques eólicos e abrange seis municípios (Novo Horizonte, Boninal, Ibitiara, Piatã, Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas), com um total de 94 aerogeradores distribuídos em 10 parques e capacidade total instalada de 423 MW (Megawatts). O empreendimento atingirá dois milhões de megawatts/hora de energia entregue por ano, o equivalente a uma redução anual de mais de 500 mil toneladas de CO₂.

“É uma alegria entregar um projeto que contém dez campos de produção de energia eólica. Estamos falando, aqui, de transição energética e de geração de emprego”, comemorou o governador. O sistema de transmissão do complexo incluiu a construção de uma nova subestação própria de energia elétrica ao longo de 80 quilômetros de linhas de alta tensão, além da ampliação de uma subestação existente, que liga o complexo ao Sistema Interligado Nacional.

Para o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a Bahia tem sido o celeiro da energia limpa do país: “o Brasil é solo fértil para o desenvolvimento e tem investido muito em transição energética. Já são 180 mil quilômetros de linhas de transmissão e, em breve, teremos um país totalmente interligado. A Bahia tem gerado energia renovável acima da média nacional e, mais uma vez, é líder no Brasil na produção desse tipo de energia. É a força do Velho Chico movendo as nossas



hidrelétricas, o sol gerando a energia da mudança e o vento soprando investimentos para fazer esse estado crescer”.

Geração de emprego e renda

Durante os 20 meses de trabalho, o complexo eólico gerou mais de 3.200 empregos, priorizando mão de obra local. Da mesma forma, foram implementados 30 programas socioambientais que visam melhorar a qualidade de vida das 52 comunidades nas proximidades, beneficiando diretamente mais de 4,7 mil pessoas.

O diretor geral da Pan American Energy no Brasil, Alejandro Catalano, destacou o sucesso do trabalho realizado em conjunto com o Governo do Estado. “Esse projeto representa um marco significativo para todos nós e mostra o nosso compromisso com a energia limpa e sustentável. Um sucesso de integração público-privada. Priorizamos a contratação de mão de obra local e atendemos as necessidades prioritárias das comunidades, através de ações de educação, capacitação e meio ambiente”.

Bahia se mantém na liderança

Em 2024, a Bahia segue como líder na produção de energia renovável no Brasil. As 331 usinas em operação no estado produziram cerca de 9,67 mil GWh (Gigawatt-hora), energia suficiente para abastecer 18,4 milhões de residências. Somente em abril deste ano, o estado gerou 2,4 GWh de energia eólica.

Os parques eólicos estão espalhados por 35 municípios baianos, como Boninal, Brumado, Sento Sé, Tucano, Morro do Chapéu, Caetitê, Campo Formoso, Pindaí, Gentio do Ouro, Igaporã, Xique-Xique, Guanambi e Mulungu do Morro.

Fonte: Bahia Economica

Data: 03/07/2024

BRASIL NÃO TERÁ MAIS LEILÃO PARA IMPORTAR ARROZ, REVELA MINISTRO DA AGRICULTURA

Por Matheus Souza - 03/07/2024 16:13

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, anunciou nesta quarta-feira (3) que o Brasil não deve realizar novos leilões para importar arroz, pelo menos por enquanto. A declaração foi feita em entrevista ao Em Ponto, na Globonews, nesta manhã.

A possibilidade de um possível leilão de arroz chegou durante o mês de maio, quando o Rio Grande do Sul foi devastado por enchentes e o governo federal afirmou que faria leilões para adquirir arroz de outros países, já que o estado responde por 70% da produção.

Na ocasião, o RS já tinha colhido 80% da safra. Segundo publicação do G1, as associações do setor apontaram a necessidade de trazer o produto de fora. Porém, o governo seguiu com a decisão de importar, mas teve suas tentativas frustradas.

O primeiro leilão, marcado para o dia 21 de maio, foi suspenso. Já o último, que aconteceu no dia 6 junho, foi anulado pelo governo federal após indícios de incapacidade técnica e financeira de algumas empresas vencedoras.

Fonte: Bahia Economica

Data: 03/07/2024

PL DAS DÍVIDAS DOS ESTADOS: HADDAD ALMEJA CONCLUSÃO ANTES DO RECESSO PARLAMENTAR

Por Hugo Leite - 03/07/2024 15:47 - Atualizado 03/07/2024

Um projeto de lei complementar que possibilita a repactuação das dívidas de estados e municípios com a União, impulsionado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deverá ter suas

negociações finalizadas nas próximas duas semanas. É esperado que o projeto seja encaminhado ao Congresso Nacional antes do início do recesso parlamentar, no próximo dia 18.



Durante a 3ª Reunião Plenária do Conselho da Federação, colegiado formado por representantes dos governos federal, estadual e municipal que acontece nesta quarta-feira (3) no Palácio do Planalto, em Brasília, Haddad revelou o andamento do projeto: “Estamos negociando os detalhes de como isso deve acontecer”.

“Já tivemos alguns avanços, mas não quero anunciar nada aqui porque ainda há pendências que as negociações vão [nos ajudar a] superar. E o presidente do Senado, o senador Rodrigo Pacheco [PSD-MG] está nos ajudando a equacionar estas pendências para que o projeto de lei complementar de repactuação possa ser apresentado e aprovado ainda antes do recesso de julho”, afirmou, destacando que “a resolução da questão interessa” ao governo federal.

“Já são nove anos sem repactuação. E a judicialização cresce. E a inviabilidade de estados e municípios vai ficando evidente à luz dos acontecimentos”, comentou o ministro, destacando que, desde o ano passado, o Tesouro Nacional vem negociando com vários governadores.

“Isso acaba desorganizando muito a federação, pois os acordos eram assinados para serem descumpridos dois ou três anos depois”, continuou Haddad, lembrando que a última vez que o governo federal renegociou contratos de refinanciamento de dívidas de estados e municípios com a União foi em 2015.

“Isso nos conduziu a alguns princípios em torno da questão dos juros [...] A ideia é criar um mecanismo de redução da taxa de juros mediante algumas condições e o esboço do projeto de resolução busca estabelecer as premissas para a renegociação.”

Haddad elencou as quatro premissas: busca pela equidade com a concessão de benefícios para todas as unidades federativas; concessão de descontos sobre os juros das dívidas; a criação de um fundo de equalização temporária, composto com parte dos recursos economizados com o pagamento dos serviços das dívidas; além da definição de uma contrapartida dos estados para manutenção de descontos sobre juros das dívidas e acessos aos fundos de equalização temporária.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 03/07/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

HIDROGÊNIO: PORTO DE SANTOS QUER AUMENTAR CAPACIDADE DE HIDRELÉTRICA PRÓPRIA

Fonte: Brasilagro (03 de julho de 2024)

Projeto de melhoria na hidrelétrica, por meio de parceria público-privada, prevê também a reforma de cerca de 70 casas em estilo colonial inglês no entorno da unidade geradora.

O diretor presidente do Porto de Santos, Anderson Pomini, disse nesta segunda-feira, 1º, que a administração portuária planeja aumentar a capacidade de geração da hidrelétrica do porto para 29 GW, para gerar energia limpa visando a produção de hidrogênio verde. Segundo Pomini, a hidrelétrica do Porto de Santos, construída ainda sob a administração da família Guinle, produz 15 GW, mas somente 7 GW são consumidos pela estrutura atualmente, sendo o restante enviado para o sistema.



“Além da eletrificação do cais, queremos gerar hidrogênio verde para o Porto de Santos. Produzir hidrogênio requer energia limpa. E o porto tem hoje energia sendo distribuída para a rede”, disse Pomini. O executivo falou no seminário “Ocean Dialogues”, organizado pelo Pacto Global da ONU e Porto do Açú na Casa G-20, na zona sul do Rio de Janeiro.

O projeto de melhoria na hidrelétrica do Porto de Santos, que deve ocorrer por meio de parceria público-privada (PPP), prevê, também, a reforma de cerca de 70 casas em estilo colonial inglês no entorno da unidade geradora. Ele não mencionou prazos.

Outras iniciativas na agenda ESG do Porto de Santos, segundo Pomini, são ampliar a vigilância ambiental na área e diminuir tarifas para navios com selos verdes a fim de reduzir as emissões de carbono das atividades do Porto. Hoje, essa atividade gera 180 mil toneladas de carbono ao ano, incluindo as de navios e de caminhões que acessam a área, cerca de 20 mil veículos por dia.

“Temos a meta de emissões líquidas zero em 2050, mas acho que, articulados, conseguimos atingir essa meta com uma data mais promissora, talvez 2040”, afirmou. (Estadão, 2/7/24)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 03/07/2024

BRASIL NÃO TEM ORÇAMENTO PARA INVESTIR EM FERROVIAS, DIZ TEBET

Informações: Poder 360 (03 de julho de 2024)

Apesar da limitação, ministra afirma que grupos estrangeiros já manifestaram interesse em aportar recursos no modal ferroviário

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), afirmou nesta 3ª feira (2.jul.2024), em audiência na CI (Comissão de Infraestrutura) do Senado, que o Brasil não tem orçamento para investir em ferrovias.

Apesar da declaração pessimista, Tebet disse que o país pode continuar a expansão de sua malha ferroviária a partir de parcerias com o setor privado. Para isso, a ministra afirmou ser necessário estruturar um marco para definir o melhor modelo de parceria entre empresas nacionais e internacionais nesses projetos.

Aos senadores presentes, Tebet declarou que empresas estrangeiras já manifestaram interesse em investir na construção de estradas de ferro no Brasil, mas que a regulamentação ainda trava a concretização dos projetos.

“Eu não vou adiantar, mas sei que tem muita gente de fora interessado. Se eles vão poder entrar com 51% ou só 49% isso é uma discussão que nós já estamos tratando e eu acredito que a Comissão de Infraestrutura também poderá dar sua parcela de contribuição”, disse Tebet.

FERROGRÃO

Tebet foi ao Senado apresentar o plano de 5 rotas para integração sul-americana. Durante a apresentação, a ministra foi questionada por senadores sobre as dificuldades em concretizar investimentos de transporte, especialmente em ferrovias.

O projeto da Ferrogrão, estrada de ferro que pretende ligar Sinop (MT) a Miritituba (PA) para escoamento de grãos em portos na região Norte, foi usado como exemplo de empreendimento que teve sua implantação dificultada e judicializada. A ferrovia ainda está em fase de estudos.

Em resposta, Tebet afirmou que a Ferrogrão será uma parte integral do projeto de integração do continente e foi a única ferrovia destacada em toda a apresentação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 03/07/2024



SAIBA O QUE É A LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, EM REVISÃO PARA A ÁREA CONTINENTAL

Informações: Câmara Municipal de Santos (03 de julho de 2024)

A Câmara Municipal de Santos inicia no próximo mês a realização das audiências públicas que vão discutir a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) da Área Continental.

A LUOS é complementar ao Plano Diretor e tem o objetivo de orientar e ordenar o crescimento da cidade, estabelecendo critérios de uso e de ocupação do solo urbano. A Lei regulamenta a forma como a cidade será ocupada: o quanto se pode construir e onde, bem como os parâmetros para essa ocupação.

Dentre os parâmetros, estão as categorias de uso do solo, as atividades específicas permitidas em áreas de preservação, a tipologia das edificações, o padrão habitacional (no caso de uso residencial), a finalidade e o tipo de atividade a que pode se destinar o imóvel, os diferentes requisitos de localização, de acesso e disponibilidade de serviços públicos.

Também são levados em conta os níveis de controle ambiental, como a emissão de ruídos, vapores, gases e odores, o potencial de interferência no trânsito e periculosidade, ou riscos de acidentes.

O município de Santos conta com duas leis de uso e ocupação do solo, uma para a área insular e outra para a área continental. A LUOS da área insular foi tema de audiência na Câmara na última segunda-feira, 3 de junho, com a presença do secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Glaucus Farinello (assista aqui).

A Lei da área continental está em processo de revisão e será o tema de audiências públicas em julho e agosto. O processo de revisão é acompanhado por duas comissões permanentes da Câmara: a de Desenvolvimento Urbano e Habitação Social (CDUHS) e a de Assuntos Portuários, Marítimos, Indústria e Comércio (CAPMIC).

Os munícipes podem acompanhar e participar das discussões: presencialmente no Auditório Vereadora Zeny de Sá Goulart, da Câmara Municipal, ou pelos canais do legislativo santista nas redes sociais (Facebook e YouTube) e na TV Câmara (TV aberta canal 36.1; NET canal 504; Vivo canal 11).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/07/2024

GOVERNO DE SP INVESTE R\$ 5 BI EM OBRAS DE RODOVIAS E MELHORIA LOGÍSTICA

Informações: Governo do Estado de SP (03 de julho de 2024)

DER-SP completa 90 anos nesta terça-feira; em 17 meses da gestão paulista, obras em estradas geraram 50 mil empregos

O Governo de São Paulo concluiu 322 obras em estradas e rodovias entre janeiro de 2023 e maio de 2024, com investimentos de R\$ 5,25 bilhões de reais. Criado em julho de 1934, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SP) administra a malha viária de mais de 13 mil quilômetros do Estado, investindo na manutenção, recuperação e modernização de rodovias em todo território paulista.

Nos últimos 17 meses, as intervenções da gestão paulista, por meio do DER-SP, geraram mais de 50 mil empregos diretos e indiretos e vão beneficiar mais de 31 milhões de habitantes dos municípios contemplados.

Do total investido, R\$ 1,65 bilhão foi destinado para a realização de 96 obras de melhoria em rodovias estaduais, revitalizando quase 1,2 mil km de vias sob gestão do Estado. Outros R\$ 3,6 bilhões foram investidos em 226 obras em cerca de 3 mil quilômetros de estradas vicinais.



“O DER investe constantemente na manutenção, modernização e recuperação da malha viária estadual, com o objetivo de oferecer mais segurança à população e uma logística mais eficiente para todos os setores da economia paulista”, diz Sergio Codelo, superintendente do DER.

Uma das obras entregues recentemente pelo Governo de São Paulo foi a pavimentação e modernização da Estrada Vicinal SGT 999, na região de Piracicaba. O local abriga o Polo Industrial Cerâmico de Santa Gertrudes, que concentra 92% da produção paulista no setor. O trecho entre a rodovia Constantine Peruchi (SP 316) e a Fazenda Goiapá recebeu do DER serviços de terraplanagem, sistema de drenagem e asfalto.

Outra entrega importante foi a obra na Estrada Vicinal da Aroeira, no noroeste paulista. Os mais de 11 quilômetros modernizados geram benefícios aos moradores que utilizam o trecho que liga a rodovia Geraldina Bezerra Freitas à Vila dos Pescadores e a sete condomínios recreativos às margens do Rio Grande, facilitando o escoamento da produção agropecuária e o desenvolvimento econômico local.

O governo também entregou, em março, a pavimentação da estrada vicinal ASS -050, no bairro rural Águas da Fortuna, em Assis. As obras visam atender à demanda de escoamento agrícola da região, que concentra plantações de cana-de-açúcar e grãos. Foram investidos R\$ 12,5 milhões em benefício de uma população de 101 mil habitantes.

Obras em andamento

Além das obras já entregues nos últimos 17 meses, a gestão estadual conta ainda com mais de 100 intervenções em andamento em estradas municipais e rodovias estaduais, totalizando quase 2 mil quilômetros de vias recebendo melhorias. O investimento total é de R\$ 3,2 bilhões.

Uma das obras em andamento é a pavimentação do trecho entre as cidades de Batatais, Franca e Restinga da rodovia Rio Negro e Solimões (SP-336). A pista dá acesso ao Aeroporto de Franca e a condomínios de chácaras e casas, além de empreendimentos comerciais e empresas de diversos segmentos. Demanda antiga da população local, o investimento de R\$ 42 milhões vai beneficiar cerca de 350 mil pessoas e gerar quase 300 empregos diretos e indiretos.

Outro destaque é a construção do novo trevo de acesso ao município de Olímpia, no norte do estado. Com investimento de R\$ 36,3 milhões, a obra do DER inclui viaduto e alças viárias. Ponto de destino de visitantes de diversas regiões, a cidade abriga o parque aquático Thermas dos Laranjais e resorts associados ao local. As melhorias também atendem a demandas de moradores de Barretos e Ribeirão Preto.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/07/2024

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS FAZ VISITA INSTITUCIONAL À ANTAQ

Informações: ANTAQ (03 de julho de 2024)

APS apresentou os principais projetos no Porto de Santos (SP)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) se reuniu, nesta terça-feira, com a Autoridade Portuária de Santos (APS) para discutir os principais projetos que estão sendo planejados para o Porto de Santos (SP).

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, destacou a necessidade dessas reuniões com as autoridades portuárias e que essas apresentações são “uma ótima oportunidade para conhecer os projetos substanciais dos portos brasileiros”.

Além disso, o presidente da APS, Anderson Pomini, ressaltou a importância dessas reuniões que ele chamou de “reuniões de integração”. Durante o encontro foi apresentado um histórico do porto, o que está sendo feito e o que está sendo planejado pela autoridade portuária para o futuro.

Entre os assuntos mencionados estão: como aumentar a capacidade de movimentação de cargas no porto, como melhorar a relação porto-cidade e revitalizações e obras de infraestrutura previstas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/07/2024

AUDIÊNCIA DISCUTE NOVO MARCO LEGAL DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Informações: Agência Câmara de Notícias (03 de julho de 2024)

Proposta está em análise na Câmara dos Deputados

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados promove nesta quarta-feira (3) audiência pública sobre o novo marco legal das parcerias público-privadas.

O debate atende a pedido do deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) e será realizado a partir das 16 horas. O local ainda não foi definido.

Veja a lista de convidados

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/73476>

A proposta

O novo marco legal (Projeto de Lei 7063/17) já foi aprovado por uma comissão especial e agora aguarda análise do Plenário da Câmara. Barbosa acredita que a aprovação do texto “terá um impacto substancial, alterando paradigmas e reestruturando concessões em âmbito federal, estadual e municipal”.

“O Marco Legal das PPPs promove uma reforma abrangente ao unificar e consolidar legislações existentes, buscando eficiência e segurança jurídica nos contratos de infraestrutura”, afirma o deputado.

Entre as principais mudanças propostas, Barbosa cita a ampliação do escopo das licitações para incluir serviços e obras conexas, a flexibilização dos prazos contratuais e a definição de regras para a descontinuidade do serviço em situações de emergência.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/07/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

MOBILIZAÇÃO DE SERVIDORES DA ANP AFETA OPERAÇÃO DE FPSO E DISTRIBUIÇÃO DE ROYALTIES

Categorias da regulação federal farão paralisação e atos em sete cidades nesta quinta (4/6)

Por Fernando Caixeta 3 de julho de 2024 Em Petróleo e gás



Estande da ANP na Rio Oil and Gas (Foto: Saulo Cruz/MME)

BRASÍLIA – Os servidores da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) intensificaram a pressão sobre o governo, cumprindo os prazos processuais no limite. As análises incluem projetos com impacto econômico e sobre a produção de óleo e gás, afetados desde a entrada em operação padrão, em março.



Dentre as ações implementadas mais recentes estão a emissão de parecer sobre análise de condicionantes para primeiro óleo de algumas FPSOs na data limite, assim como a análise de desinterdição de unidades de produção no fim do prazo.

A Superintendência de Segurança Operacional (SSO), área responsável por esses projetos, é uma das áreas com a maior adesão à paralisação dentro da ANP.

A redução do ritmo das atividades da agência também prolongou a divulgação dos preços de referência de petróleo para pagamento de royalties e a distribuição para estados e municípios.

A entidade que representa a categoria da ANP tem orientado que os agentes regulados que solicitarem reuniões formalizem o “esclarecimento de dúvidas”. Os prazos também tem se estendido para o atendimento de pedidos formais de informação e solicitações à Procuradoria Geral da ANP.

Mobilização nesta quinta

Servidores das 11 agências federais farão uma paralisação de 24 horas nesta quinta (4/6), com atos marcados em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza e Salvador.

As categorias aguardam uma nova mesa de negociação com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), marcada para a próxima quinta (11/6).

Apoio das diretorias colegiadas

O diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, suspendeu a reunião de diretoria do dia 13 de junho em apoio aos pleitos apresentados pelos servidores ao MGI.

Saboia repetiu ato simbólico das diretorias da Aneel e da ANS que, em apoio aos reajustes para as carreiras de regulação, retiraram todos os processos da pauta durante reuniões realizadas nesta semana.

“Dentre as atividades potencialmente impactadas pelas mobilizações dos servidores, estão as de distribuição de participações governamentais, que somam cerca de 8 bilhões de reais repassados por mês à União, estados e municípios”, enfatizou Saboia durante a reunião.

Cortes no orçamento

Pelos cálculos do diretor-geral, a ANP conta com um orçamento, para 2024, que representa apenas um terço do valor nominal referente a 2013, ou 18% do valor real corrigido pela inflação.

Por falta de orçamento, a ANP reduziu a abrangência da pesquisa de preços. Atualmente, o Levantamento de Preços de Combustíveis (LPC) coleta preços em 10.920 postos revendedores de combustíveis automotivos ou de GLP, distribuídos por 459 cidades.

A partir de julho de 2024, as coletas semanais serão reduzidas para 6.255 (-43%), e a abrangência geográfica será de 358 cidades para combustíveis automotivos, das quais 92 também terão pesquisa para o GLP.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 03/07/2024

POTIGÁS OLHA BIOMETANO, MAS CUSTO AINDA PRECISA SER EQUALIZADO

Marina Melo, presidente da distribuidora, concedeu entrevista exclusiva ao estúdio epbr no Evex Brasil 2024, em Natal

Por estúdio epbr 3 de julho de 2024 Em Biocombustíveis, Mercado de gás, Vídeos

NATAL – A Potigás avalia a realização de chamadas para contratação de biometano a partir de 2025, mas entende que ainda é preciso equalizar a questão do preço da molécula para torná-la competitiva.

A avaliação é da presidente da distribuidora de gás natural do Rio Grande do Norte, Marina Melo, que concedeu entrevista exclusiva ao estúdio epbr, durante o Evex Brasil 2024, que acontece até a próxima quinta-feira (4/7), em Natal. Assista na íntegra acima.

“Precisamos entender melhor a que preço esse valor vai chegar. Essa é a discussão que eu quero fazer. É sobre a questão de competitividade mesmo. A gente tem, por exemplo, uma molécula onshore hoje, que a Potigás compra, a R\$ 1,10. E o biometano tá chegando a R\$ 4. Se a gente não conseguir equacionar como isso não onere toda a cadeia, como a gente trabalha essa competitividade, isso pode dificultar a entrada de novos projetos de biometano”, afirmou.

Marina Melo deixou claro, contudo, que todas as distribuidoras do país estão olhando para projetos de biometano.

A presidente da Potigás afirmou ainda que a empresa fechou novos contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras na última semana, o que vai gerar novos custos de aquisição da molécula.

A Petrobras deu uma resposta aos concorrentes, ao anunciar, em maio, uma nova política de preços que promete baratear o gás natural para distribuidoras e oferecer produtos mais customizados – e competitivos – no mercado livre.

No mercado cativo, a petroleira prometeu reduzir em até 10% o preço da molécula nos contratos vigentes.

Às distribuidoras, a estatal sinalizou que o desconto, válido até o fim de 2025, seria dado apenas para uma parcela do volume contratado: 60% da quantidade diária contratada seguirá atrelada às condições vigentes e os outros 40% à nova precificação.

O impacto no preço vai variar de concessão para concessão, a depender das condições contratuais de cada distribuidora.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 03/07/2024

STJ SUSPENDE LIMINAR QUE DETERMINAVA PAGAMENTO DE ROYALTIES A PAULÍNIA

Tribunal acolheu argumento da AGU quanto à impossibilidade do pagamento pelo critério de movimentação da Refinaria de Paulínia

Pop Fernando Caixeta 3 de julho de 2024 Em Judiciário, Petróleo e gás



Refinaria de Paulínia (Replan) da Petrobras (Foto: Marcos Peron/Agência Petrobras)

BRASÍLIA – O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu, nesta terça (2/6), a liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que havia determinado o pagamento retroativo a novembro de 2023 de royalties de petróleo ao município de Paulínia (SP), em razão da presença da refinaria da Petrobras.

A Advocacia Geral da União (AGU) ingressou com o pedido de suspensão assinalando que a determinação do pagamento de royalties em caráter de medida liminar, com base em critérios inexistentes na legislação, gerava grave risco de lesão tanto à ordem quanto à economia públicas, criando instabilidade e insegurança jurídica na distribuição dos recursos.

Na decisão, a ministra Maria Thereza de Assis Moura alegou impossibilidade técnica e operacional de cálculo da parcela e pagamento em duplicidade dos royalties pelo critério da movimentação.



Segundo a magistrada, o pagamento poderia indicar “potencial desorganização, instabilidade e insegurança no mercado regulado e na distribuição dos royalties”.

O procurador federal Alexandre Cesar Paredes de Carvalho, que atuou no caso, explica que a decisão “mantém o entendimento já consolidado na Corte Especial do STJ em outras suspensões de liminar ajuizadas pela ANP quanto à impossibilidade de redefinição dos critérios de recebimento de royalties por decisão liminar”.

Critérios de pagamento

A liminar suspensa no STJ criava uma nova hipótese de recebimento de royalties pelo critério da movimentação, em razão de uma suposta necessidade de equiparação da Refinaria de Paulínia às instalações de embarque e desembarque.

A ANP explicou, no pedido de suspensão da liminar, que a legislação sobre a distribuição dos royalties estabelece que as instalações de embarque e desembarque são taxativamente previstas na legislação.

Portanto, as refinarias não estão previstas na lista de instalações e equipamentos que são enquadrados pela legislação como instalações que dão direito ao recebimento de royalties pelo critério da movimentação.

Além de não estarem no rol previsto na legislação, as refinarias também não podem ser equiparadas às instalações ou aos equipamentos classificados como de embarque e desembarque, por não coletarem petróleo ou gás diretamente dos campos produtores.

Os hidrocarbonetos que chegam às refinarias já foram, em geral, contabilizados pelo critério da movimentação em instalações de embarque e desembarque que são responsáveis pelo transporte do petróleo ou do gás natural até as refinarias – o que geraria duplicidade no pagamento de royalties por esse critério, conforme sustentou a AGU no processo.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 03/07/2024*

RN ENXERGA GRANDE DEMANDA PARA HIDROGÊNIO VERDE PARA DESCARBONIZAR INDÚSTRIA DO CIMENTO, DIZ SECRETÁRIO

Silvio Torquato concedeu entrevista exclusiva ao estúdio epbr na Evex Brasil 2024, que acontece em Natal

Por estúdio epbr 3 de julho de 2024 Em Biocombustíveis, Bioeconomia, Clima, Empresas, Hidrogênio, Transição energética, Vídeos

NATAL – O governo do Rio Grande do Norte enxerga potencial grande para o uso do hidrogênio verde na produção de cimento. A informação é do secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, Silvio Torquato, que concedeu entrevista exclusiva ao estúdio epbr na Evex Brasil 2024, que acontece em Natal. Assista na íntegra acima.

“O mundo todo está necessitado de cimento e nós temos condições de produzir cimento verde, saindo aqui do Rio Grande do Norte. E também temos reservas minerais de ferro, e com isso temos condições de ter siderúrgicas movidas a energias renováveis e produzir aço verde”, disse.

Torquato afirmou ainda que o estado segue trabalhando no desenvolvimento do projeto para a construção de um porto industrial para atender a nova indústria da eólica offshore no estado. “Os projetos já estão bem adiantados. O Rio Grande do Norte está fazendo desapropriações”, comentou.

O entendimento do secretário é que o porto prepara o estado para a produção de hidrogênio verde. Ainda de acordo com Torquato, os entendimentos com o BNDES para financiamento das obras do porto estão bem avançados.

Segundo Torquato, o estado produz 10 GW de energia eólica onshore e só consome 2 GW e o potencial de geração offshore pode ser aproveitado para desenvolver uma indústria verde.

SAF a partir de hidrogênio verde

Em setembro do ano passado, a Agência de Cooperação Alemã (GIZ) e o Instituto SENAI de Inovação em Energias Renováveis (ISI-ER) inauguraram, uma planta piloto no Rio Grande do Norte para produção de combustível sustentável de aviação (SAF, sigla em inglês), utilizando hidrogênio verde da glicerina – subproduto do biodiesel.

A ideia é que o projeto piloto possa ganhar escala para atender a demanda das companhias aéreas, que precisam reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

A demanda global por combustível sustentável de aviação deve saltar de 100 milhões de litros por ano, em 2021, para 5 bilhões em 2025, segundo estimativa da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 03/07/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

LULA LANÇA PLANO SAFRA DE R\$ 400,59 BILHÕES PARA AGRICULTURA EMPRESARIAL

Plano prevê linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas com um aumento de 10% no valor em relação ao plano anterior

Por Alice Cravo — Brasília



Lula discursa diante de autoridades no lançamento do Plano Safra — Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou nesta quarta-feira o Plano Safra de R\$ 400,59 bilhões para médios e grandes produtores. O plano prevê linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas com um aumento de 10% no valor em relação ao plano anterior.

Pela manhã, Lula anunciou o Plano Safra para agricultura familiar de R\$ 85,7 bilhões, sendo R\$ 76 bilhões no crédito rural.

Durante a cerimônia, o presidente afirmou que os governos petistas tiveram os melhores Planos Safra, "melhor do que aqueles que parecem que gosta de vocês", em referência indireta ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Lula ainda afirmou que "não quer casamento" com os empresários, e sim construir o país.

— Nós precisamos incentivar muito o crescimento da nossa agricultura. É por isso que fazemos um Plano Safra melhor do que aqueles que parecem que gosta de vocês, mas não gostam. Eu nasci e vou morrer sem nunca perguntar para um empresário brasileiro se ele gosta de mim ou se ele votou. Não é essa a relação. Eu não quero casamento, e quero construir esse país.

Os produtores rurais terão R\$ 108 bilhões em recursos de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que serão complementarem ao novo Plano Safra. Com isso, no total, serão R\$ 508,59 bilhões para o desenvolvimento do agro nacional.

As LCAs são títulos de dívida que são emitidos por instituições financeiras para empréstimos e financiamentos para atividade agropecuária.

Recursos para o Crédito Rural Empresarial

- Custeio e Comercialização: R\$ 293,29 bilhões
- Investimento: R\$ 107,30 bilhões

Recursos para o Crédito Rural Empresarial

- Pronamp - Controlados: R\$ 65,23 bilhões
- Demais produtores e cooperativas: R\$ 335,36 bilhões

Taxas de Juros

- Pronamp: 8%
- RenovaAgro e PCA: 8,5%
- PCA até 6.000 toneladas: 7%
- Custeio Empresarial: 12%
- Moderfrota: 11,5%
- RenovAgro Ambiental e Recuperação / Conversão de Pastagens: 7%
- Moderagro, Proirriga e Invest. Empresarial: 10,5%
- Prodecoop e Procap-Agro: 11,5%
- Moderfrota Pronamp: 10,5%

Crédito Agricultura Empresarial

Dos R\$ 400,59 bilhões em crédito para agricultura empresarial, R\$ 293,29 bilhões será para custeio e comercialização. Outros R\$ 107,3 bilhões serão para investimentos.

Para os beneficiários, R\$ 189,09 bilhões serão com taxas controladas, direcionados para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) de outros produtores e cooperativas. Os outros R\$ 211,5 bilhões serão de taxas livres.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/07/2024

SENADO FINALIZA VOTAÇÃO DE PROJETO QUE PREVÊ ISENÇÃO FISCAL PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE E TEXTO VOLTA À CÂMARA

Senado ampliou os beneficiados com a medida, o que mudou o texto aprovado pelos deputados

Por O GLOBO



O plenário do Senado Federal — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira o projeto de lei que cria isenções fiscais de PIS/Cofins para empresas produtoras do chamado hidrogênio verde. Fonte de energia que vem da eletrólise da água, ou seja, da divisão de moléculas, ela é considerada não poluente.

O texto-base já havia sido aprovado em junho, mas a análise de destaques, que modificariam o projeto, ficou para hoje. As sugestões de mudanças foram rejeitadas.

A proposta prevê que a produção do hidrogênio beneficiada poderá ocorrer por meio do etanol, geração eólica, solar e outras fontes consideradas renováveis, como a hidrelétrica.

O Senado promoveu mudanças em relação ao que a Câmara decidiu e o projeto vai voltar para análise dos deputados. Em texto anterior votado na outra Casa, apenas produtores de biogás ou biometano tinham direito ao benefício.

O direito à isenção de PIS/Cofins vai gerar um crédito fiscal que poderá ser recuperado pelas companhias. Esse montante terá que seguir um limite máximo de R\$18,3 bilhões.

A devolução dos benefícios começará em 2028 e vai até 2032.

- 2028 - R\$ 1,7 bilhão;
- 2029 - R\$ 2,9 bilhões;
- 2030 - R\$ 4,2 bilhões;
- 2031 - R\$ 4,5 bilhões;
- 2032 - R\$ 5 bilhões;

No entanto, o projeto estabelece que os valores de créditos anuais sejam definidos pelo poder Executivo e previstos no Projeto de Lei de Orçamentária Anual (PLOA). “O Poder Executivo definirá o montante de créditos fiscais que poderão ser concedidos, observadas as metas fiscais e os objetivos do programa”, diz o texto.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/07/2024

REFORMA TRIBUTÁRIA: LIRA CONFIRMA VOTAÇÃO NA PRÓXIMA SEMANA E INDICA IMPASSE SOBRE ISENÇÃO PARA CARNE

Presidente da Câmara falou sobre tramitação do texto na Casa

Por Victoria Abel e Gabriel Sabóia — Brasília



Plenário da Câmara dos Deputados presidida por Arthur Lira — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quarta-feira que a votação do texto de regulamentação da reforma tributária deve ocorrer na próxima semana. Lira indicou dificuldades para a inclusão da carne in natura na cesta básica de alimentos, com alíquota zero, como defendido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

— Nunca houve proteína na cesta básica. Mas, temos que ver quanto essa inclusão vai impactar na alíquota que todo mundo vai pagar. Proteína, só da carne, significaria 0,57% de aumento da alíquota. Esse é um preço pesado para todos os brasileiros. Precisamos entender as prioridades. Pra mim, a prioridade é aumentar o acesso a serviços essenciais — afirmou.

Os deputados do grupo de trabalho que analisa a regulamentação da reforma adiaram a entrega oficial do texto para esta quinta-feira. Eles afirmaram que irão se reunir com os líderes partidários de cada bancada da Casa, antes de entregar o relatório. Os parlamentares passaram toda a quarta-feira reunidos com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para definir parte da proposta.

Os parlamentares apostam que com mais produtos no chamado imposto seletivo, ou imposto do pecado, será possível baixar a alíquota padrão para uma média de 25%, a partir de 2033, mesmo com a inclusão de mais itens na cesta básica. Antes, o Ministério da Fazenda apostava que a inclusão de proteínas na cesta básica poderia elevar a taxa de referência para até 27%. O imposto seletivo incide sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O primeiro texto da regulamentação da Reforma Tributária detalha a implementação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que juntos formaram o IVA

(Imposto sobre Valor Agregado). O tributo vai substituir cinco impostos que recaem sobre consumo hoje: PIS, Cofins, IPI, ICMS, ISS. O segundo texto, que deve ser apresentado também nesta quarta-feira, trará os detalhes do funcionamento do Comitê Gestor, órgão que irá recolher e redistribuir o IBS a estados e municípios.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/07/2024

HADDAD DIZ QUE BC TEM AUTONOMIA PARA ATUAR SOBRE DÓLAR 'QUANDO FOR CONVENIENTE'

Na terça, Lula afirmou que a subida do dólar o preocupa e que a alta constante da moeda faz parte de um jogo "especulativo"

Por Jeniffer Gularte e Alice Cravo — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fala à imprensa — Foto: Diogo Zacarias/MF

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a diretoria do Banco Central tem autonomia para atuar na decisão de intervir no câmbio ou não. Na terça-feira, o dólar fechou a R\$ 5,66, após bater R\$ 5,70 em dia de altos e baixos. Nesta quarta, opera em baixa e está cotado a R\$ 5,56.

— A diretoria tem autonomia para atuar quando entender que for conveniente, não existe outra orientação. A minha análise é que o câmbio vai acomodar, diante de tudo que estamos fazendo e entregando — afirmou Haddad, após o evento de lançamento do Plano Safra para a agricultura familiar.

No mesmo evento, o presidente Lula afirmou que "responsabilidade fiscal é um compromisso" do governo e que o Executivo "não joga dinheiro fora". Na terça-feira, Lula ressaltou que a subida do dólar o preocupa e que a alta constante da moeda faz parte de um jogo "especulativo" e de "interesses" contra o real.

— Obviamente que me preocupa essa subida do dólar, é uma especulação, é um jogo de interesses especulativo contra o real nesse país. E eu tenho conversado com as pessoas sobre o que a gente vai fazer. Estou voltando (para Brasília) e quarta-feira terei uma reunião, porque não é normal o que está acontecendo, não é normal — disse o presidente em entrevista à rádio Sociedade, de Salvador (BA).

Questionado se o governo vai adotar alguma medida para conter a depreciação do real, Lula afirmou que é necessário tomar alguma atitude, mas não revelou o que seria:

— Temos que fazer alguma coisa, mas não posso falar porque estaria alertando meus adversários.

Entenda: Mercado já vê possibilidade de alta nos juros por causa do dólar
À tarde, Lula se reúne nesta quarta-feira com a equipe econômica para discutir novas ações para reduzir despesas e equilibrar as contas públicas. A equipe econômica busca medidas para equilibrar as contas públicas, em uma tentativa de sinalizar ao mercado que está comprometida a realizar um ajuste de gastos.

Além de Haddad, a reunião deve ter também a participação da ministra do Planejamento, Simone Tebet; da ministra da Gestão, Esther Dweck; e do ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Questionado sobre as medidas de cortes, o ministro da Fazenda afirmou que irá apresentá-las a Lula:

— Depois que eu apresentar para ele, eu apresento para vocês.



Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/07/2024

PROPOSTAS DE COMPENSAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA SÃO SUBMETIDAS A LÍDERES DO GOVERNO E PODEM AVANÇAR NO SENADO

Randolfe Rodrigues já teria dado sinal verde e a intenção é que Jaques Wagner aprecie as medidas ainda nesta quarta-feira
Por Luciana Casemiro

Um conjunto de propostas para a compensação da desoneração da folha de pagamento deu mais um passo no Senado. As medidas foram submetidas ao líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues, que teria dado sinal positivo para o andamento, segundo fontes. A intenção é que o pacote seja encaminhado, ainda nesta quarta-feira, para a apreciação do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Caso tenha também o aval do senador, será determinado um relator e a proposta vai para a votação.

O Senado se focou em quatro medidas que, segundo estimativas, somariam ao caixa do governo entre R\$ 27 bilhões e R\$ 30 bilhões.

Veja quais são as propostas :

- Abertura de um novo prazo de repatriação de recursos no exterior com taxas menores;
- Possibilidade de regularização na declaração de IR, com desconto na cobrança;
- Programa de descontos para empresas que tenham multas vencidas em agências reguladoras;
- Taxação das compras abaixo dos US\$ 50.

A desoneração da folha de pagamento, em vigor desde 2012, substituiu a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários por um percentual sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%. A medida se aplicava exclusivamente 17 setores intensivos de mão de obra, no entanto, na renovação do benefício este ano foi incluído um jabuti, de última hora, no projeto de lei que garantiu a mesma condição à folha de pagamento de municípios com até 156 mil habitantes.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/07/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

HADDAD DIZ QUE LULA MANDOU PRESERVAR ARCABOUÇO E ANUNCIA CORTE DE R\$ 25,9 BI EM DESPESAS EM 2025

Detalhamento da redução só será feito após ministérios serem comunicados; anúncio foi feito em meio à estratégia do governo de conter a escalada do dólar e estancar o mau humor do mercado
Por Fernanda Trisotto (Broadcast) e Sofia Aguiar (Broadcast)

BRASÍLIA – O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez um pronunciamento na noite desta quarta-feira, 3, para reiterar o compromisso do governo Lula com o arcabouço fiscal e com a saúde das contas públicas. Ele anunciou que já foram identificados R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias que deverão ser cortadas do Orçamento de 2025.

O anúncio foi feito em meio à estratégia do governo de mudar a comunicação para conter a escalada do dólar e estancar o mau humor do mercado, que desconfia da potência das medidas de ajuste fiscal.

O detalhamento dessa redução só será feito após os ministérios envolvidos serem comunicados e há expectativa de que esse movimento seja refletido na execução orçamentária deste ano, a depender da necessidade de ajuste apontada pelo próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas – que será divulgado em 22 de julho.



Haddad diz que Lula mandou preservar arcabouço fiscal. Foto: Wilton Junior/Estadão

“Nós já identificamos, e o presidente autorizou levar à frente, R\$ 25,9 bilhões de despesas obrigatórias que vão ser cortadas depois de que os ministérios afetados sejam comunicados do limite que vai ser dado para a elaboração do Orçamento de 2025”, afirmou Haddad após deixar uma reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) no Palácio do Planalto. “Isso não é um número arbitrário. É um número que foi levantado linha a

linha do Orçamento daquilo que não se coaduna com o espírito dos programas sociais que foram criados.”

O ministro reiterou que esse montante é fruto do pente-fino em programas sociais e outras despesas que vem sendo feito nos últimos meses, com ênfase nos últimos 90 dias, capitaneado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, como já havia antecipado o Estadão/Broadcast.

“Nós vamos agora reunir os ministros envolvidos, que estão conscientes que o trabalho técnico foi feito pelas próprias equipes, para que não haja também nenhuma falha de comunicação”, disse o ministro.

Haddad afirmou que o presidente tem compromisso com o arcabouço fiscal. “O presidente determinou que cumpra-se o arcabouço fiscal. Não há discussão a esse respeito”, disse o ministro, lembrando que a lei teve apoio do governo e de todos os ministros. “A lei complementar foi aprovada, inclusive ela se conjuga com a lei de responsabilidade fiscal. São leis que regulam as finanças públicas do Brasil e elas serão cumpridas em 2024, 2025, 2026. O compromisso nosso é de cumprimento”, reiterou.

Essa foi a terceira reunião de Haddad com Lula na quarta-feira – os dois tiveram um primeiro encontro de manhã, no Palácio da Alvorada, e a JEO já havia feito um encontro prévio no Planalto, entre os anúncios do Plano Safra. Segundo Haddad, as medidas discutidas pela junta combinam elementos para cumprir tanto o arcabouço de 2024 como para garantir o Orçamento equilibrado de 2025.

Nesta quarta-feira, após dias seguidos de declarações colocando em xeque a necessidade de corte de gastos públicos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quarta-feira, 3, que o governo tem compromisso com a responsabilidade fiscal.

A declaração ocorre após o petista ter sido alertado por economistas de dentro e de fora do governo sobre o impacto de suas falas no dólar e o reflexo na inflação. A mudança de tom no discurso foi acompanhada por uma queda na cotação do dólar à vista, de 1,7% (quase 10 centavos), aos R\$ 5,56 – a maior baixa porcentual desde agosto de 2023. A fala do petista foi feita após primeira reunião com Haddad, pela manhã.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/07/2024

DEPUTADOS FECHAM 1ª REGULAMENTAÇÃO DA TRIBUTÁRIA SEM DECIDIR SOBRE CESTA BÁSICA E IMPOSTO DO PECADO

Texto preliminar foi concluído após reunião de oito horas com presidente da Câmara; questões que podem impactar alíquota média do IVA serão decididas por líderes e bancadas partidárias

Por Bianca Lima, Mariana Carneiro e Iander Porcella (Broadcast)

BRASÍLIA – Os sete deputados que compõem o grupo de trabalho de regulamentação da reforma tributária fecharam o primeiro parecer preliminar após reunião de oito horas com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O conteúdo será divulgado nesta quinta-feira, 4, já sob a expectativa de que haverá mais modificações e ajustes.

Isso porque o relatório não entrará nas questões mais controversas da reforma, como a composição da cesta básica com imposto zero, com a eventual inclusão das carnes, nem mudanças no Imposto Seletivo, o chamado “imposto do pecado” – que vai incidir sobre itens nocivos à saúde e ao meio ambiente. Diversos segmentos, como a indústria de refrigerantes, tentam escapar da taxa extra e pressionam os parlamentares por mudanças.

“Hoje, nós conseguimos fechar o texto. Logicamente, estamos colocando tudo o que é consenso entre os deputados, mas tem muita coisa que não depende só de nós, nem do presidente (da Câmara, Arthur Lira); depende das bancadas, dos líderes e presidentes dos partidos”, afirmou o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), que compõe o grupo de trabalho responsável pela regulamentação da espinha dorsal da reforma.



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) Foto: WILTON JUNIOR/Estadão

Segundo ele, todas as questões que podem influenciar a alíquota padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (o IVA, que vai unificar cinco tributos) ficarão a cargo das bancadas partidárias. Nem mesmo foi concluída a discussão sobre a eventual tributação de fundos de investimentos do agronegócio (Fiagro) e imobiliários (FII).

“Os partidos vão conversar com o Lira para podermos construir esse texto para a semana que vem”, afirmou Passarinho, durante reunião de bancada do PL à qual o Estadão teve acesso nos minutos iniciais.

A mensagem foi reforçada pelo deputado Cláudio Cajado (PP-BA), outro integrante do grupo: “Tivemos uma longa reunião com o presidente da Câmara, para ajustarmos o texto. Agora, vamos ter um encontro com as bancadas, vamos procurar cada um dos seus respectivos partidos e conversar com os líderes”.

Parlamentares ouvidos pela reportagem afirmam que a estratégia é dividir o bônus e o ônus das alterações mais polêmicas, sobretudo daquelas que podem elevar a cobrança geral do IVA.

A alíquota média do novo tributo, nos cálculos da Fazenda, está em 26,5%, mas poderia chegar a 27,1% apenas com a inclusão das carnes na cesta básica zero – pleito defendido pelo setor supermercadista e pela bancada ruralista do Congresso. Atualmente, esses itens estão na alíquota reduzida, com desconto de 60% na cobrança.

Na tarde desta quarta-feira, após reunião com os membros do grupo de trabalho, Lira disse que a inclusão das carnes não é uma questão trivial, se contrapondo às falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que defendeu a inserção das proteínas consumidas pelos mais pobres, como o frango, por exemplo.

“Não tem polêmica com relação à carne. Nunca houve proteína na cesta básica. Se couber, a gente vai ter que ver quanto essa inclusão representa na alíquota que todo mundo vai pagar”, disse o presidente da Câmara. Ele afirmou que a alteração teria um “preço pesado para todos os brasileiros”. Lira vem defendendo que haja a manutenção da alíquota média do IVA e que qualquer novo benefício seja compensado.

Mais cedo, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que também integra o grupo de trabalho, afirmou que o GT avalia a inclusão das armas na taxaço do “imposto do pecado”. A cobrança chegou a ser prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma, mas saiu do texto por meio de um destaque apresentado pelo PL durante a votaço no plenário da Câmara, em dezembro do ano passado.

A “bancada da bala” e os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro são defensores da pauta armamentista no Congresso e resistem a essa medida. Nesta quarta-feira, o deputado Passarinho – que é o representante do PL no grupo de trabalho da reforma – se reuniu com Bolsonaro para tratar do tema.

Ao fim da reunião, Bolsonaro mandou recado a aliados recomendando que o partido não vote em nada que represente aumento da carga tributária. O slogan foi repetido por membros do PL na Câmara mas, nos bastidores, alguns consideram o pedido genérico, uma vez que o agronegócio, um setor identificado com o bolsonarismo, é o que mais trabalha para incluir as carnes na cesta básica zero.

Os deputados também vinham debatendo a possibilidade de incluir as apostas esportivas online, as chamadas bets, no Imposto Seletivo – inclusive como forma de compensar a ampliação da cesta básica. Os integrantes do GT solicitaram ao Ministério da Fazenda um estudo sobre o potencial arrecadatório da medida e o impacto na alíquota do IVA, mas alegam que os números não foram entregues.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/07/2024

PAÍS NÃO DEVE USAR SUBSÍDIO PARA FAZER DO HIDROGÊNIO APENAS UMA COMMODITY, DIZ SECRETÁRIO DA FAZENDA

Rafael Dubeux, que lidera discussão sobre agenda verde na equipe econômica, defende que governo aproveite demanda pelo combustível para desenvolver indústria local e fontes de energia limpa

Por Mariana Carneiro e Bianca Lima

BRASÍLIA – O governo brasileiro não deve abrir mão de receitas nem gastar em subsídios para produzir hidrogênio voltado exclusivamente à exportação. Para o secretário Rafael Dubeux, que lidera a discussão sobre o assunto no Ministério da Fazenda, o País deve aproveitar a demanda crescente por este novo combustível para desenvolver uma indústria de fornecedores locais e turbinar a produção de fontes de energia limpa, como os biocombustíveis.

A visão dele não é consenso e é o pano de fundo do projeto de lei que cria as regras para a produção de hidrogênio no País. O Senado concluiu a votaço da regulamentação nesta quarta-feira, 3. O texto retornará para nova análise na Câmara.

Durante a tramitação no Senado, houve uma corrida de potenciais geradores de energia, interessados em se credenciar como fornecedores na fabricação do hidrogênio. O relator, Otto Alencar (PSD-BA), permitiu que produtores de biocombustíveis e etanol, além das hidrelétricas, se habilitassem. Inicialmente, isso não era permitido, uma vez que potenciais compradores europeus veem problemas ambientais nessas fontes de geração.



Rafael Dubeux, secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda e coordenador da agenda verde dentro da equipe econômica. Foto: WILTON JUNIOR

Por essa perspectiva, que entende que o hidrogênio deve ser voltado prioritariamente para a exportação, apenas os produtores de energia solar e eólica poderiam se credenciar como



fornecedores para a fabricação do combustível - versão que prevaleceu durante a tramitação na Câmara dos Deputados.

O objetivo de atender ao mercado externo é um dos argumentos usados pelos defensores de vantagens extras aos produtores de hidrogênio com vistas à exportação. Esse foi o ponto central do debate no Senado nesta quarta-feira.

Por iniciativa do senador Cid Gomes (PSB-CE), empresas dedicadas exclusivamente à venda ao exterior situadas em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), poderiam comprar energia de qualquer lugar do País sem pagar impostos. Essas geradoras também poderiam comprar equipamentos importados sem pagar tributos. Dubeux afirma que o governo é contra essa iniciativa - que foi derrubada na votação do Senado.

“Não faz sentido a gente pegar dinheiro do contribuinte brasileiro para subsidiar a exportação de hidrogênio para descarbonizar os países ricos. Se eles querem acelerar o processo, eles que têm que subsidiar. Salvo se a gente conseguir associar o desenvolvimento tecnológico da nossa indústria”, afirmou ao Estadão o secretário-executivo adjunto da Fazenda.

O governo abrirá mão de R\$ 18,3 bilhões em impostos, entre 2028 e 2032, para conceder créditos tributários a produtores de hidrogênio no País. Os interessados vão participar de uma seleção para ter acesso o benefício, o que também está previsto na regulamentação. A partir do ano que vem, contudo, o governo já poderá abrir mão de tributos com vistas à implantação da indústria no Brasil. Serão mais R\$ 5,5 bilhões, pelas contas da Fazenda.

“A ideia de que o hidrogênio de baixo carbono é só aquele vindo de eólica e solar, no fundo, é resultado de uma pressão desses grupos, às vezes de alguns países que têm potencial maior nessas áreas, e que querem restringir o hidrogênio de baixo carbono a essas duas fontes”, disse Dubeux. “O hidrogênio verde é um subconjunto do baixo carbono. Do ponto de vista do Brasil, o relevante é o hidrogênio de baixo carbono”, afirma.

“Não é relevante se ele é verde, rosa ou cinza, tem um arco-íris de cores. Essas rotas tecnológicas estão em disputa no fundo. Daqui a cinco ou dez anos, vamos ter claro qual foi a mais competitiva, qual tem melhor preço e é mais viável de oferta e demanda de longa distância”, diz.

O importante afirma ele, é que o Brasil garanta a produção desse combustível sem emitir gases que provocam o efeito estufa – o objetivo maior de todos os países inseridos na corrida contra o aquecimento global.

“Tem muita gente contratada aí e que quer colocar uma restrição para esse setor, então é preciso ter cautela. O que é relevante para a gente é garantir uma produção de baixo carbono. Se vamos usar hidrelétrica ou eólica, isso não é relevante”, disse Dubeux.

O secretário de Fernando Haddad afirma que, no caso do hidrogênio, o governo pretende evitar que se coloque em marcha uma corrida para se montar unidades produtoras rapidamente, com subsídio público, a fim de exclusivamente atender a consumidores europeus com equipamentos importados.

“A gente não apoia essa ideia. Seria a reprodução de ciclos de desenvolvimento do Brasil sem agregação de valor no País. No fundo, a gente seria exportador de uma nova commodity, que vai ser vento e sol convertidos em hidrogênio. Mas o País em si fica com muito pouco”, afirma.

Dubeux diz que não é claro que o hidrogênio vai ser fundamentalmente exportado. “Há um potencial de exportação, mas ainda há desafios comerciais e tecnológicos para fazer a exportação de larga escala de hidrogênio”, disse. “Muita gente aposta que o caminho natural seja a gente produzir hidrogênio para utilizar aqui mesmo no Brasil para fabricar fertilizante, aço verde ou qualquer outro produto.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/07/2024

CAMPOS NETO SAI DE FÉRIAS NO BC EM MEIO A CRÍTICAS DE LULA; GALÍPOLO IRÁ SUBSTITUÍ-LO

Férias ocorrem em meio ao acirramento das críticas do presidente que contribuíram para a disparada do dólar; chefe do BC defendeu, na terça, distanciamento da arena política

Por Redação

BRASÍLIA - O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sairá de férias nesta quinta-feira, 4, e será substituído pelo diretor de Política Monetária da autarquia, Gabriel Galípolo. Nomeado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e cotado para comandar o BC a partir do próximo ano, Galípolo já havia assumido a presidência em 28 de junho, enquanto Campos Neto participava de compromissos na Europa.

As férias ocorrem em meio ao acirramento das críticas feitas por Lula contra o Banco Central, que manteve na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 10,50% ao ano. As declarações do presidente contribuíram para a disparada do dólar nos últimos dias, e só foram moderadas nesta quarta-feira, 3, após o petista ter sido alertado por economistas sobre o impacto de suas falas.

Na terça-feira, 2, ao participar de um fórum do Banco Central Europeu (BCE) em Portugal, Campos Neto disse que, como banqueiro central, tem que se distanciar da arena política. Segundo ele, a interrupção dos cortes de juros se deve mais a “ruídos” do que a fundamentos econômicos. Entre esses ruídos, ele citou as incertezas sobre a autonomia do BC com a sucessão no comando da autoridade monetária (seu mandato termina em dezembro) e o risco fiscal.

O chefe do BC voltou a afirmar que faz um trabalho técnico no cargo. Ele lembrou que a autoridade monetária, sob o seu comando, fez o maior aumento de juros em um ano eleitoral da história do mundo emergente. O Banco Central aumentou a Selic de 2%, no início de 2021, para 13,75% em agosto de 2022, ano em que Lula foi eleito. Nesse intervalo, a inflação acumulada em 12 meses saiu de 4,56%, em janeiro de 2021, para um pico de 12,13% em abril de 2022.



Campos Neto sofreu muitos ataques de Lula recentemente Foto: GABRIELA BILÓ / ESTADÃO

Ao fim daquele ano, a Selic estava em 13,75%, e a inflação, em 5,79%. Hoje, com a Selic em 10,50% ao ano, a leitura mais recente de inflação, referente a maio, apontou taxa de 3,93% em 12 meses. Segundo Campos Neto, o aumento da taxa entre 2021 e 2022 confirma que o trabalho do BC foi técnico. “Acho que o que fizemos é prova viva de que tudo foi muito técnico”, afirmou. “Se

isso não é uma prova de que você é independente, e agiu com autonomia, é difícil encontrar outro exemplo como esse.”

O presidente do BC lembrou ainda que a decisão de junho do Copom foi unânime, mesmo com quatro membros indicados pelo governo do presidente Lula, mostrando coesão. “Acho que a história e o tempo vão mostrar que o trabalho foi feito da melhor forma que podíamos com os dados que tínhamos, e que foi feito da forma mais técnica”, afirmou Campos Neto.

Fim de mandato

O presidente do Banco Central afirmou que nunca teve o objetivo de ser reconduzido ao cargo, independentemente de quem ganhasse a eleição. Ele afirmou que as incertezas sobre a sucessão no BC elevaram o prêmio de risco na curva de juros. No entanto, para ele, com o tempo esse prêmio de risco tende a diminuir.

Campos Neto descreveu a decisão da mais recente reunião do Copom como uma pausa. E lembrou que o Brasil foi um dos primeiros países a subir as taxas de juros após o choque da pandemia, dada a visão de uma inflação mais persistente no mundo.

Em paralelo à convergência da inflação corrente, o BC engatou um ciclo de relaxamento monetário. Porém, ponderou Campos Neto, as expectativas, em função de “muitos ruídos”, começaram a desancorar (ou seja, a se distanciar das metas oficiais)./Com Cícero Cotrim e Eduardo Laguna

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/07/2024

MINISTRO DA ARÁBIA SAUDITA ANUNCIA A DESCOBERTA DE SETE DEPÓSITOS DE PETRÓLEO E GÁS

Saudi Aramco descobriu dois campos de petróleo não convencionais, um reservatório de petróleo leve, dois campos de gás natural e dois reservatórios de gás natural

Por Katharina Cruz

O ministro da Energia da Arábia Saudita, Abdulaziz bin Salman, anunciou na segunda-feira, 1º, que a companhia petrolífera do país, a Saudi Aramco, descobriu sete depósitos de petróleo e gás. As informações são do jornal Arab News.

Segundo o jornal, o príncipe Abdulaziz bin Salman disse à Agência de Imprensa Saudita (SPA) que a Saudi Aramco descobriu dois campos de petróleo não convencionais, um reservatório de petróleo leve, dois campos de gás natural e dois reservatórios de gás natural.



Planta da Saudi Aramco; ministro da Energia da Arábia Saudita, Abdulaziz bin Salman, anunciou descoberta de sete depósitos de petróleo e gás. Foto: Saudi Aramco/Divulgação

Na Província Oriental, foi descoberto o campo de petróleo não convencional “Ladam”, após o fluxo de petróleo árabe muito leve no poço Ladam-2, a uma taxa de 5.100 barris por dia, acompanhado por cerca de 4,9 milhões de pés cúbicos padrão de gás por dia.

Já o campo de petróleo não convencional “Al-Farouk”, foi descoberto na mesma região depois que o petróleo ultraleve fluiu do poço Al-Farouk-4 a uma taxa de 4.557 barris por dia, acompanhado por cerca de 3,79 milhões de pés cúbicos padrão de gás por dia.

O reservatório “Unayzah B/C” foi descoberto no campo “Mazalij”, depois que o petróleo árabe leve fluiu do poço Mazalij-62 a uma taxa de 1.780 barris por dia, acompanhado por cerca de 0,7 milhão de pés cúbicos padrão de gás por dia.

O campo “Al-Jahaq” foi descoberto no deserto Quarto Vazio depois que o gás natural fluiu do reservatório “Al-Arab-C” no poço Al-Jahaq-1 a uma taxa de 5,3 milhões de pés cúbicos padrão por dia, e do reservatório “Al-Arab-D” no mesmo poço a uma taxa de 1,1 milhão de pés cúbicos padrão por dia.

Já o campo “Al-Katuf” foi descoberto depois que um gás natural fluiu para o poço Al-Katuf-1 a uma taxa de 7,6 milhões de pés cúbicos padrão por dia, acompanhado por cerca de 40 barris de condensado por dia.

O reservatório “Hanifa” também foi descoberto no campo “Asikra” no Quarto Vazio, depois que o gás natural fluiu no poço Asikra-6 a uma taxa de 4,9 milhões de pés cúbicos padrão por dia. Já o gás natural fluiu para o mesmo poço do reservatório “Al-Fadhili” a uma taxa de 0,6 milhões de pés cúbicos padrão por dia, acompanhado por cerca de 100 barris de condensado por dia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/07/2024

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI 0,9% EM MAIO COM IMPACTO DO DESASTRE CLIMÁTICO NO RIO GRANDE DO SUL

Resultado foi mais ameno do que previam analistas, que esperavam queda de 1,6%; especialistas preveem 'recuperação gradual' nos próximos meses para a maioria das atividades afetadas

Por Daniela Amorim (Broadcast)

RIO - O desastre climático que se abateu sobre o Rio Grande do Sul afetou o desempenho tanto da indústria gaúcha quanto da indústria nacional em maio. A produção industrial brasileira recuou 0,9% em relação a abril, com perdas em 16 das 25 atividades investigadas, mostraram os dados da Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física, divulgada nesta quarta-feira, 3, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar de negativo, o resultado foi mais ameno do que previam analistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, que esperavam uma queda mediana de 1,6% na indústria.

“A queda foi fortemente influenciada pelas enchentes no Rio Grande do Sul, cuja indústria de transformação é relevante a nível nacional (cerca de 8,5% do total)”, apontou o economista Rodolfo Margato, da gestora de recursos XP Investimentos, em comentário.

Margato prevê uma “recuperação gradual” nos próximos meses para a maioria das atividades afetadas, o que levaria a produção industrial brasileira a crescer 2,8% no ano de 2024. Cálculos preliminares da XP feitos com base no acompanhamento de indicadores antecedentes da economia indicam uma alta de 0,6% no Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior. “Reforçamos nossa projeção de que o PIB crescerá 2,2% em 2024”, previu Margato.



Algumas cidades do Rio Grande do Sul ficaram completamente inundadas Foto: WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Na passagem de abril para maio, as duas maiores contribuições negativas para o resultado negativo da indústria nacional partiram da menor fabricação de veículos (-11,7%) e de produtos alimentícios (-4,0%), ambos os setores impactados pelas enchentes em território gaúcho.

“Você tem por conta desse evento impacto direto para plantas industriais do Rio Grande do Sul e em plantas industriais em outras Unidades da Federação”, afirmou André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

Em veículos automotores, houve paralisação no estado em uma montadora de veículos e em fábricas de autopeças por conta das chuvas, o que afetou o abastecimento em outras regiões do País. Macedo lembra que uma planta industrial de São Paulo optou pela concessão de férias coletivas aos funcionários, como forma de mitigar os efeitos das paralisações em unidades produtoras de peças no Rio Grande do Sul. Além disso, o segmento também foi afetado por uma greve em outra montadora e pela base de comparação elevada, ponderou Macedo. Em abril ante março, a produção de veículos no País tinha avançado 13,8%.

Quanto aos produtos alimentícios, as chuvas no Rio Grande do Sul podem ter impactado a fabricação de carnes (aves, bovinos e suínos) e de derivados da soja, por exemplo. Por outro lado, houve redução no processamento de cana-de-açúcar por conta de condições climáticas desfavoráveis, levando a uma queda “pontual” na produção de açúcar, sem relação com as enchentes.



“Esses são dois exemplos que influenciaram mais, mas fato é que poucos segmentos industriais estão contribuindo positivamente para o total da indústria (em maio)”, disse Macedo.

O pesquisador lembra que a indústria já vinha de uma queda na produção no mês anterior.

“Então tem uma menor intensidade na produção industrial, e ainda tem esse fator de Rio Grande do Sul, que contribui para esse resultado: dando esse resultado negativo de maior magnitude do que no mês anterior e um maior espalhamento de quedas (entre as atividades)”, pontuou.

Em maio, diversos segmentos industriais mostraram comportamento negativo sob influência das chuvas, confirmou Macedo. Além de veículos e alimentícios, as enchentes afetaram também uma parcela do setor calçados, fumo, produtos químicos e máquinas e equipamentos para o setor agrícola.

O gerente do IBGE conta que há relatos de indústrias paralisadas pelas chuvas que já retomaram a produção, embora algumas talvez não tenham conseguido retornar completamente à ativa. O pesquisador lembra que a pesquisa de maio trouxe apenas os primeiros impactos das enchentes, sendo necessário aguardar as próximas divulgações para saber como a retomada pós-chuvas vai ocorrer daqui em diante.

“A montadora que paralisou por um tempo sua produção voltou a produzir. Algumas plantas industriais que produziam autopeças também voltaram a produzir, mas algumas outras plantas industriais de outros segmentos seguem paralisadas”, relatou Macedo.

Embora os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul tenham ficado nítidos no desempenho da produção industrial de maio, alguns indicadores antecedentes já apontam para uma recuperação, ainda que parcial, do setor em junho, afirmou o economista-chefe da gestora de patrimônio G5 Partners, Luis Otavio de Souza Leal.

“O impacto (das enchentes) até agora parece próximo do esperado. Alguns dados de confiança indicam que vai haver certa recuperação, pelo menos na indústria, em junho. O problema maior talvez fique para a recuperação de serviços e do varejo”, estimou Leal.

Indústria de transformação

A queda na indústria brasileira em maio ante abril foi marcada por uma interrupção na trajetória de recuperação da indústria de transformação, que teve uma retração de 2,2% na produção em maio, pior resultado desde março de 2021, enquanto que as indústrias extrativas cresceram 2,6%.

“A transformação tinha uma predominância de resultados positivos desde agosto do ano passado. Desde agosto, somente dois meses tinham sido de quedas (setembro de 2023, -0,6%, e janeiro de 2024, -0,2%). A entrada dessa informação de maio, muito carregada do impacto das chuvas no Rio Grande do Sul, elimina parte importante desse crescimento”, apontou André Macedo, do IBGE.

A indústria de transformação tinha acumulado um saldo positivo de 3,1% entre agosto de 2023 e abril de 2024.

“Os sinais promissores, na entrada do ano, de um desempenho mais robusto vai dando lugar a um cenário mais nebuloso, não apenas pelo bloqueio de atividades produtivas devido às chuvas no sul do país, mas também pela interrupção da fase de redução da taxa básica de juros (Selic) e, mais recentemente, pela maior aversão a risco dos mercados financeiros, que tem provocado movimentos bruscos de desvalorização da taxa de câmbio, renovando incertezas em relação à trajetória da inflação e elevando custos de produção de muitos setores”, alertou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

A entidade menciona ainda as incertezas acerca do processo de regulamentação da reforma tributária.

“Episódios de distensão política, sobretudo, entre Executivo e Legislativo também prejudicam o horizonte para uma adequada regulamentação da reforma tributária, de modo a assegurar a menor alíquota padrão possível com incidência ampla sobre as atividades econômicas. Corre-se o risco de a indústria continuar arcando com uma parcela desproporcional da carga tributária”, apontou o ledi./Colaborou Daniel Tozzi Mendes

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/07/2024

RENEGOCIAÇÃO COM ESTADOS: PACHECO ESTÁ AJUDANDO PARA QUE APROVAÇÃO SEJA ANTES DO RECESSO, DIZ HADDAD

Em reunião no Planalto com o presidente e governadores, ministro da Fazenda diz que a proposta tem de seguir ‘uma série de princípios’ para não haver ‘impacto nas contas primárias da União’

Por Amanda Pupo (Broadcast) e Sofia Aguiar (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, citou nesta manhã de quarta-feira, 3, a expectativa de que o projeto para renegociação das dívidas dos Estados possa ser aprovado antes do recesso parlamentar. O ministro não especificou se espera o aval à proposta tanto na Câmara quanto no Senado, mas lembrou que as negociações estão sendo feitas com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é quem deve apresentar o texto na Casa.

Haddad falou sobre o assunto em reunião do Conselho da Federação, que ocorre no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e governadores.



Fernando Haddad destacou que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, participa das negociações e deve apresentar o texto na Casa Foto: Pedro França/Agência Senado

O chefe da equipe econômica ressaltou que detalhes sobre o projeto ainda precisam ser equacionados, e que por isso não faria nenhum anúncio no encontro. Em sua fala, Haddad destacou que as conversas sobre a renegociação das dívidas foram baseadas numa resolução com quatro premissas:

- A primeira e a segunda seriam a busca pela equidade com a concessão de benefícios para todas as unidades da Federação, com concessão de descontos sobre os juros da dívida — hoje corrigida pelo IPCA + 4% de juros.
- Já a terceira seria a criação de um fundo de equalização temporário composto por parte dos recursos economizados a partir desses descontos, e distribuídos a partir de parâmetros para redução de desigualdades.
- Por fim, estaria a premissa da concessão dos descontos e de acesso aos recursos a partir de contrapartidas assumidas pelos Estados.

“Avançamos para além disso, já estamos negociando os detalhes como isso deveria acontecer. Mas não queremos anunciar aqui porque ainda há pendências que as negociações vão superar”, disse Haddad, citando o papel de Pacheco na ajuda para “equacionar” essas pendências. “Para que o projeto de lei complementar de repactuação possa ser apresentado e aprovado ainda antes do recesso de julho. Nosso interesse é que essa questão seja resolvida”, afirmou Haddad.

“Elaboramos uma série de princípios que deveríamos atentar para que o cobertor que cobrisse um não descobrisse o outro, para que não tivesse impacto nas contas primárias da União, e isso nos conduziu a princípios em torno da questão dos juros, uma vez que a receita cresce de acordo com a inflação mas não suficiente para arcar com os 4% de juros”, lembrou o ministro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/07/2024



REFINARIAS PRIVADAS AVALIAM IR À JUSTIÇA CONTRA A PETROBRAS POR FALTA DE REAJUSTE

Presidente da Refina Brasil diz que a estatal, ao segurar preços, impede a sobrevivência dos concorrentes; defasagem por litro é de R\$ 0,67 na gasolina e de R\$ 0,73 no diesel, calcula Abicom
Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - O presidente da Refina Brasil, associação que reúne as refinarias privadas do País, Evaristo Pinheiro, afirmou ao Estadão/Broadcast que estuda ir à Justiça contra a Petrobras por falta de reajuste nos preços da gasolina e do diesel. Segundo Pinheiro, como empresa com 80% do mercado, a estatal está impedindo a sobrevivência dos concorrentes.

“Desde o dia 10 de junho, a nossa querida Petrobras decidiu se descolar dos preços internacionais”, ironizou. De lá para cá, o petróleo tipo Brent aumentou de preço e o dólar disparou em relação ao real, o que aumenta o custo das importações. “Daqui a pouco não terá mais sentido produzir combustível no Brasil”, acrescentou.

Pinheiro destacou que é incoerente o governo querer resolver o déficit fiscal e ao mesmo tempo renunciar aos ganhos que teria como reajuste de preços nas refinarias da Petrobras.

No caso da gasolina, já são 257 dias sem mexer no preço, o que deixa a defasagem em 19% (dado do fechamento de segunda-feira) em relação ao Golfo do México, região usada como referência dos importadores. No diesel, o preço está há 190 dias inalterado e a diferença é de 17%. Para equiparar os preços, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) calcula que a Petrobras poderia elevar a gasolina em R\$ 0,67 e o diesel em R\$ 0,73.

“Para os acionistas, para o governo e para nós isso é péssimo. Lula ataca o Banco Central, o câmbio sobe e aumenta o custo de importação e o custo da Petrobras, que deixa de ganhar em um momento em que o governo precisa de arrecadação. É um disparate completo”, avaliou Pinheiro.

O executivo alertou que a Petrobras não vende petróleo para as refinarias privadas, com exceção da Acelen, controladora da Refinaria de Mataripe, na Bahia, que tem contrato com a estatal. Desta maneira, as pequenas refinarias privadas precisam importar, o que está ficando impraticável com a disparada do dólar. “Ou essas refinarias seguem o preço de paridade de importação (PPI) ou quebram”, afirmou.

De acordo com Pinheiro, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu que a Petrobras tem de vender petróleo para as refinarias privadas a preço competitivo, mas que isso ainda não foi regulamentado. Segundo ele, se for bem implementado, a Petrobras terá que oferecer petróleo a preços competitivos, e com isso as refinadoras privadas poderão exportar os produtos, em vez de vender com prejuízo no mercado interno.

“Estamos estudando medidas jurídicas porque não dá mais para ficar assim. Se continuar dessa maneira, não vai ter sentido produzir derivados no Brasil”, concluiu o executivo.

O efeito do dólar

Com a cotação do dólar se aproximando dos R\$ 5,7 e um furacão ameaçando a região do Caribe, o preço da gasolina e do diesel no Brasil se afasta cada vez mais do praticado no mercado internacional. O movimento abre espaço para que a Petrobras reajuste os combustíveis, apesar da nova política da empresa não seguir mais a paridade de importação (PPI) e a presidente da estatal, Magda Chambriard, ter acenado com a manutenção dos preços “abrasileirados”.

O aumento de 3,2% concedido na segunda-feira, 1º, para o Querosene de Aviação (QAV), reajustado por contrato mensalmente, animou os importadores, que reclamam do congelamento dos preços dos combustíveis ao longo de 2024 e temem a disparada do preço do petróleo com o furacão Beryl, que assola o Caribe.



O petróleo do tipo Brent, usado como referência pela Petrobras e pelos importadores em geral, operava em grande volatilidade nesta terça-feira, 2, entre pequenas altas e estabilidade. Por volta das 12h, a commodity registrava alta de 0,24%, por volta das 12h, cotado a US\$ 86,82.

“Já passou da hora da Petrobras reajustar os seus preços. Vimos que a Petrobras anunciou aumento de 3,2%, e, pra gente, a expectativa é de que vai anunciar sim o aumento do preço da gasolina e do diesel”, disse ao Estadão/Broadcast o presidente da Abicom, Sergio Araújo, destacando a pressão nas contas da estatal com a proximidade do dólar de R\$ 5,70 nesta terça-feira, 2.

A Petrobras abandonou o PPI em maio do ano passado, e passou a praticar uma estratégia que leva em conta o preço mínimo que a estatal está disposta a vender com o preço máximo que o cliente quer pagar. Por este motivo, o mercado financeiro vem tendo dificuldade de adivinhar os próximos passos da estatal, que também trocou de direção recentemente. Em suas primeiras declarações, Magda declarou que não pretende alterar a política implantada pelo seu antecessor, Jean Paul Prates.

A Acelen, braço do fundo de investimento árabe Mubadala no Brasil, que controla a Refinaria de Mataripe, na Bahia, privatizada há dois anos e que pratica a PPI, aumentou o preço da gasolina em 10% em junho, e o diesel S10 em 11%.

Para o analista de energia da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, nada sinaliza que a Petrobras mexerá em seus preços para o diesel e a gasolina, que não sofrem revisão desde dezembro e outubro de 2023, respectivamente.

“Existe uma defasagem, sobretudo na gasolina, mas dentro da nova política da empresa, não há indicativo algum sobre alteração nos preços”, avaliou Arbetman.

No Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), a diferença apurada entre os preços internos e externos é bem maior. No caso da gasolina a defasagem já estaria em 25,17%, enquanto o diesel registra preço 10,62% mais barato no Brasil do que no mercado externo.

“Na abertura das negociações, o barril recebeu suporte da deterioração das condições de segurança no Oriente Médio, alimentado sobretudo pela crescente tensão entre as forças de Israel e Hezbollah, na fronteira com o Líbano. Ao longo do dia, entretanto, a divulgação de resultados econômicos, aquém do esperado, nos Estados Unidos (EUA) e na Alemanha impactou os preços da commodity”, explicou o Cbie.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/07/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

SANTOS BRASIL PLANEJA ANTECIPAR PARA 2026 AMPLIAÇÃO DE TERMINAL EM SANTOS

Grupo deve ampliar capacidade para 3 milhões de TEUs, meta antes prevista para 2031; neste ano estão programados R\$ 420 milhões de obras

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

A Santos Brasil planeja acelerar os investimentos previstos na renovação antecipada de sua concessão no Porto de Santos e, com isso, concluir a ampliação do terminal de 2031 para 2026. A capacidade deverá chegar a 3 milhões de TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao fim das obras — hoje o limite é de 2,4 milhões de TEUs.



Antonio Carlos Sepúlveda, presidente da Santos Brasil — Foto: Claudio Belli/Valor

“Existe uma demanda de aumento da carga de transbordo em Santos, que deve concentrar a carga [vinda de rotas de longo curso, para que siga para as rotas menores via cabotagem]. À medida que aumenta o tamanho dos navios, deve aumentar essa concentração em Santos e ter mais demanda. Com o aumento de calado do canal de acesso do porto, isso deve se acentuar. A informação da autoridade portuária é que as obras começam neste ano. Estamos nos antecipando para estar com a capacidade de 3 milhões de TEUs quando o aprofundamento ficar pronto”, afirma o presidente da companhia, Antonio Carlos Sepúlveda.

Os investimentos totais previstos na renovação antecipada da concessão, firmada em 2016, somam R\$ 2,6 bilhões, em valores atualizados, segundo Sepúlveda.

Desse montante, metade já foi investido. Até 2026, o volume chegará a R\$ 2 bilhões. Ficarão faltando cerca de R\$ 600 milhões de investimentos, mas que deverão ser destinados a outros projetos que não implicam em aumento de capacidade, como iniciativas de descarbonização — por exemplo, de “shore power”, ou seja, a instalação de tomadas elétricas para que os navios não precisem consumir diesel enquanto estão atracados no porto.

Neste ano, a previsão de investimentos é de R\$ 420 milhões. Boa parte da antecipação dos investimentos se refere à aquisição de equipamentos, em especial dois portêineres (que faz o transporte do contêiner entre o navio e o cais) e oito guindastes RTGs (usados no pátio para transportar os contêineres). Também estão previstas obras no pátio, para ampliar a área de armazenagem.

Com os investimentos, até o fim deste ano a capacidade já deverá subir para 2,6 milhões de TEUs.

Com a conclusão dessa ampliação, não estão mais previstos novos investimentos de aumento de capacidade na concessão da Santos Brasil. Uma outra possibilidade de expansão, mas ainda incerta, seria a incorporação de uma área adicional vizinha ao terminal da empresa, hoje ocupada por moradias irregulares. A Autoridade Portuária de Santos já manifestou a intenção de deslocar as famílias a outro local, para fazer o adensamento da área ao terminal da Santos Brasil.

Segundo Sepúlveda, ainda não há conversas oficiais a respeito, mas o plano interessa à companhia. Neste caso, a empresa poderia transferir o atual terminal de veículos para a nova área e, assim, abrir espaço para mais um berço e mais armazenagem de contêineres — o que possibilitaria a adição de mais 1 milhão de TEUs de capacidade.

Porém, como se trata de uma ideia muito preliminar, ainda não há estimativa de investimentos adicionais, nem clareza sobre como seria feito o reequilíbrio do contrato neste caso. “Por regulamentação poderia [ter uma nova extensão do contrato como forma de reequilíbrio], mas tem outras formas de fazer a recomposição”, afirma Bruno Stupello, diretor de Operações Portuárias da empresa.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 03/07/2024

RECEITA APREENDE 800 KG DE COCAÍNA EM SANTOS; CARGA PODERIA CHEGAR A € 60 MILHÕES

Essa é a maior apreensão feita pela Receita Federal no porto desde maio do ano passado, quando funcionários da Receita Federal em Santos encontraram 1.110 kg de cocaína

Por Marcos de Moura e Souza, Valor — São Paulo



Porto de Santos — Foto: Anna Carolina Negri/Valor

Um carregamento de mais de 800 kg de cocaína foi interceptado hoje no Porto de Santos prestes a ser transportado em um cargueiro que tinha como destino a Guiné, na costa Atlântica da África, mas que antes faria uma parada no porto belga de Antuérpia.

Essa é a maior apreensão feita pela Receita Federal no porto desde maio do ano passado, quando funcionários da Receita Federal em Santos encontraram 1.110 kg de cocaína em um navio com destino à Alemanha e que também faria baldeação em Antuérpia.

Santos, o maior porto do país, tem sido a opção preferencial dos narcotraficantes para escoar para o mercado europeu a cocaína produzida na Colômbia, Peru e Bolívia, segundo promotores de Justiça e policiais federais. No entanto, o volume das apreensões está em queda.

Nesta terça, de acordo com a Receita, os 882 kg de cocaína estavam escondidos em uma carga de 667 toneladas de açúcar.

A droga foi acondicionada em 25 contêineres. “A droga foi cuidadosamente ocultada em 20 sacas de rafia dentro de um dos contêineres, na tentativa de dificultar ao máximo o trabalho da fiscalização”, afirmou a assessoria da Receita em Santos. A descoberta foi feita, segundo a assessoria, durante vigilância de rotina.

Um cão farejador deu o alerta para a presença da droga nos contêineres.

No ano passado, números usados como referência por autoridades europeias, consideravam 1 kg da cocaína ao preço que variava de 40 mil a 70 mil euros.

Por esses números, criminosos europeus teriam obtido uma receita de 35,3 milhões de euros a 61,7 milhões de euros com os 882 kg de cocaína.

Em 2021, fiscais da Receita em Santos barraram 16.917 kg de cocaína que estavam para ser transportados para o exterior. Em 2022, foram 16.075 kg. Mas em 2023, as apreensões caíram pela metade: 7.143 kg. E em 2024, até o início de julho, 1.243 kg – já incluída a carga desta terça-feira.

A queda é atribuída por autoridades à busca de novas rotas por parte dos traficantes com intuito de fugir de um reforço da fiscalização.

Em 2023, a cidade de Santos foi um dos alvos de uma operação especial da Polícia Militar de São Paulo que teve como alvo, segundo o governo do Estado, enfraquecer a influência do crime organizado na região. A operação foi criticada pela alta letalidade policial. Este ano, a PM retomou a operação.

Além da ação da polícia estadual, o Porto de Santos foi um dos locais incluídos no escopo de um decreto de garantia da Lei e da Ordem, assinado em novembro pelo presidente Lula.

O trânsito de cocaína pelo Porto de Santos tem sido explorado em grande parte, segundo autoridades, por criminosos que integram o PCC, facção criminosa apontada como a principal organização por trás do narcotráfico internacional a partir do Brasil.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/07/2024

DESMATAMENTO DO CERRADO NO 1º SEMESTRE VOLTA A CAIR APÓS 4 ANOS

Os dados do sistema Deter, do Inpe, apontam também que, no período, foram destruídos 1.639 km² na Amazônia, a menor área desde os 1.332 km² de 2017 e uma queda de 38% com relação a 2023
Por João Gabriel e Jéssica Maes, Folhapress — Brasília e São Paulo



Desmatamento no cerrado — Foto: Acervo ISPN/Thomas Bauer

Os alertas de desmatamento no primeiro semestre deste ano chegaram ao menor patamar desde 2017 para a Amazônia. E, no cerrado, bioma no qual a destruição é crescente durante o governo Lula (PT), este índice caiu pela primeira vez desde 2020.

Os dados são sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e foram divulgados na noite desta quarta-feira (3), em evento na sede do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em Brasília.

Nos primeiros seis meses deste ano, o Inpe aponta que foram destruídos 1.639 km² na Amazônia, a menor área desde os 1.332 km² de 2017 e uma queda de 38% com relação a 2023. Já no cerrado, desde 2020 a destruição vinha crescendo no primeiro semestre, chegando a um recorde de 4.396 km² em 2023. Pela primeira vez em quatro anos esse índice caiu, para 3.724 km², uma redução de 15%.

Somada, a área perdida nos dois biomas neste ano equivale a mais de três vezes a da cidade de São Paulo.

No acumulado dos últimos 11 meses, ou seja, entre agosto de 2023 e junho de 2024, a medição dos alertas aponta uma redução de 51,1% na Amazônia.

Para o cerrado, no entanto, o cenário é diferente. No mesmo período, houve aumento de 14,6%, mas, agora, com indícios de que a curva de desmatamento começa a se inverter, uma vez que houve redução nos últimos três meses.

Em junho, por exemplo, os alertas de desmatamento apontam a destruição de uma área 24,3% menor que a do mesmo mês no ano passado.

O secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, afirmou que essa é a primeira queda consistente nos alertas para o bioma.

"É uma tendência que está se configurando, ainda não está consolidada", afirmou. "Uma notícia extremamente importante, porque a gente tinha o cerrado em crescimento acelerado", completou.

O Deter mapeia e emite alertas de desmate com o objetivo de orientar ações do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e outros órgãos de fiscalização. Os resultados representam um aviso precoce, mas não são o dado fechado do desmatamento.

Prodes

Os números oficiais são de outro sistema do Inpe, o Prodes, mais preciso e divulgado anualmente.

O arrefecimento no ritmo do desmatamento no cerrado é uma boa notícia, frente a meses de índices cada vez maiores no bioma. Já a redução consistente na derrubada da Amazônia pode ser considerada a maior vitória na área ambiental do governo Lula (PT) até agora.

Replicar os bons resultados de um bioma no outro, porém, não é algo tão simples.

Efeito do Código Florestal



Na Amazônia, 54,3% da floresta está protegida por unidades de conservação e terras indígenas. Já no cerrado, dados da plataforma Mapbiomas apontam que apenas cerca de 12% está em alguma área protegida, e as propriedades privadas ocupam 67%.

Nas propriedades particulares também há uma diferença de legislação: segundo o Código Florestal, no cerrado é possível desmatar até 80% do terreno (ou até 65% em alguns locais, em locais de transição para a floresta amazônica). Na Amazônia, o limite é de 20%.

Assim, como as autorizações para desmate são concedidas pelos governos estaduais, é preciso que estes entes atuem de forma coordenada para controlar a perda do cerrado. O governo federal vem tentando promover uma articulação com os Estados do cerrado para combater o desmatamento.

Greve de servidores ambientais

O governo também vem lidando com a insatisfação dos servidores ambientais, que pedem melhores condições de trabalho e aumento de remuneração. Atualmente, a categoria está em greve, e a AGU (Advocacia Geral da União) entrou com uma ação no STJ (Superior Tribunal de Justiça) contra a mobilização.

A AGU vê a greve como ilegal e abusiva, por não cumprir os requisitos ou extrapolar os limites previstos na legislação.

O órgão pede ao STF "a suspensão da greve, com imediato retorno dos servidores às suas funções", ou ao menos a determinação para que a categoria mantenha 100% do atendimento dos serviços considerados essenciais, sob multa diária de R\$ 50 mil em ambos os casos.

A greve começou após as negociações pela reestruturação de carreira se arrastarem por meses e não chegarem a uma conclusão.

A última proposta de reestruturação da carreira feita pelo Ministério da Gestão e Inovação aconteceu em abril, mas não agradou os trabalhadores. O maior problema foi uma redução de até 6% no salário de novos ingressantes na categoria, nos cálculos da Ascema.

No geral, o governo fala em um reajuste geral de 20% a 30% da remuneração para o setor. A associação contesta esses números e alega que ele varia, na verdade, de 19% a 26%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/07/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

CÂMARA DISCUTE PROPOSTAS SOBRE COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS DOS CAPS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 03/07/2024 - 22:09

Comissão abriu prazo, esta semana, para apresentação de emendas ao substitutivo do PL 3.564/2019, que trata de resgate do caráter deliberativos dos conselhos de autoridades portuárias

A Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) da Câmara dos Deputados abriu, na última terça-feira (2), o prazo de cinco sessões para a apresentação de emendas ao substitutivo à proposta que resgata o caráter deliberativo dos conselhos de autoridades portuárias (CAPs). O PL 3.564/2019, de autoria da deputada Rosana Valle (PL/SP) altera a Lei 12.815/2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.



Na última semana, o deputado Luiz Gastão (PSD/CE), relator do PL na CASP, apresentou parecer favorável à aprovação da proposta e de outros dois PLs (1.064/2021 e 1.455/2023), em forma de substitutivo. O PL 1.064/2021, de autoria do deputado Carlos Chiodini (MDB/SC), dispõe sobre a composição do CAP, enquanto o segundo, do deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP), altera a Lei 12.815/2013, com finalidade semelhante.

Na justificativa do PL 3.564/2019, a deputada ressaltou que a proposição busca restabelecer a competência deliberativa ao CAP, de modo a 'impulsionar a prática de regras claras, ágeis e bem definidas, resolver conflitos e buscar soluções por meio de debates amplos, transparentes e democráticos'.

Em seu voto, o relator do PL na CASP lembrou que no marco regulatório anterior (8.630/1993), revogado pela Lei 12.815/2013, o CAP detinha competências expressas, além da forma de composição de seus membros na própria lei. Gastão argumentou que, com a sanção da nova Lei dos Portos, em 2013, o CAP deixou de ser um órgão deliberativo e passou a ser apenas consultivo, o que causou o esvaziamento de poderes dessas entidades, que desde a sanção da norma somente podem oferecer sugestões em diversos assuntos que antes faziam parte de seu poder decisório.

Segundo o relator, as atribuições, funcionamento e composição do CAP passaram a ser definidos pelo decreto regulamentador da 12.815 (8.033/2013), sendo assegurada na legislação em vigor a participação de representantes da classe empresarial, dos trabalhadores portuários e do poder público nas proporções elencadas.

Gastão comparou que, antes da Lei 12.815, o sistema portuário funcionava mais descentralizado, pois o CAP de cada porto tinha mais legitimidade na tomada de decisões, conforme suas necessidades e demandas da região, ao passo que, a partir da atual legislação, houve a retirada do poder decisório dos conselhos, fazendo com que as decisões ficassem centralizadas em Brasília. "Essa mudança pode não ter impactado todos os portos, mas alguns não conseguiram continuar com seus desempenhos, pois o formato mais centralizado na tomada de decisões faz com que tudo fique mais burocrático de ser resolvido", pontuou o relator.

A proposta apresentada prevê que o CAP seja um órgão consultivo e deliberativo presente em cada porto organizado, com competências para sugerir e deliberar sobre diversas questões, tais como alterações no regulamento de exploração do porto, no plano de desenvolvimento e zoneamento (PDZ), além de ações para promover a racionalização e otimização do uso das instalações portuárias, estratégias logísticas, mecanismos para atração de cargas.

A lista recomenda ainda que o CAP possa deliberar sobre medidas para estimular a competitividade e concorrência, aprovação do regimento interno, estrutura física e funcional para operacionalização do colegiado, parâmetros das delimitações da área do porto organizado, propostas de valores, reajustes e metodologias de aplicação da tarifa portuária, homologação do horário de funcionamento do porto, alterações relativas ao canal de navegação, bacias de evolução, pontos de fundeio e pontos de atracação de embarcações no porto.

Outro aspecto previsto na proposta é a possibilidade de homologação das indicações de nomes para os cargos da diretoria executiva da administração do porto, pedidos de habilitação de operador portuário indeferidos pela administração do porto organizado, além de outras medidas e ações de interesse do porto organizado. O substitutivo estabelece a composição dos CAPs, assegurando a participação de representantes da classe empresarial, trabalhadores portuários, usuários dos serviços portuários, poder público federal, estadual e municipal.

A ideia é que cada representante tenha direito a um voto nas deliberações do conselho, e a participação seja considerada prestação de serviço público relevante, sem remuneração. "Esse formato é importante para garantir a representatividade e a tomada de decisões que impactam o setor portuário, considerando os interesses das diferentes partes envolvidas", defendeu o relator em seu parecer.

Gastão considerou que, apesar do direcionamento para o setor a partir da criação do novo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), é importante garantir segurança jurídica em prol do desenvolvimento do Brasil. O parlamentar mencionou que, a cada mandato de quatro anos o chefe do poder executivo federal, podem haver mudanças que modifiquem a configuração dos ministérios, o que ele entende ser prejudicial a um setor complexo e estratégico, como o portuário.

O relator salientou que, embora existam críticas e acertos para ambos os formatos CAPs, seja para o poder deliberativo que existia anteriormente, seja para o caráter apenas consultivo, as proposições em análise são importantes para valorizar mais a participação dos conselhos, devolvendo seu poder decisório e contribuindo para uma participação maior dos municípios.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/07/2024

DOF GROUP EM ACORDO DE US\$ 1,1 BILHÃO PARA ADQUIRIR (A MAIOR PARTE) DA MAERSK SUPPLY

Da Redação NAVEGAÇÃO 03/07/2024 - 19:39



A Maersk Supply Service, subsidiária da AP Moller Holding, anunciou a formação de uma nova empresa chamada Maersk Offshore Wind para fornecer serviços de instalação para o mercado eólico offshore. A novidade tem como base seu novo conceito de embarcação de instalação eólica offshore (Maersk WIV).

Palalelamente, a AP Moller Holding anunciou um acordo entre a Maersk Supply Service A/S e a DOF Group ASA (DOF Group) da Noruega. A DOF adquirirá todas as ações da Maersk Supply Service A/S, em parte com pagamento em dinheiro e em parte emitindo novas ações da DOF. Após o fechamento da transação, a AP Moller Holding deterá indiretamente 25% do capital social da empresa combinada, que operará sob o nome e a marca DOF Group e terá sede na Noruega. Espera-se que a transação seja concluída até o final de 2024.

O conceito de instalação eólica offshore da Maersk Supply Service continuará sendo de propriedade da AP Moller Holding, pela recém-formada Maersk Offshore Wind.

“Juntamente com o DOF Group, criaremos um provedor líder de serviços offshore para a indústria de petróleo e gás, oferecendo escala única e uma ampla gama de serviços em mercados-chave. A empresa combinada está comprometida em manter uma presença sólida na Dinamarca. Como o maior acionista da empresa combinada, a AP Moller Holding permanecerá como proprietária engajada, garantindo o desenvolvimento contínuo da empresa combinada”, disse Martin Larsen, CFO da AP Moller Holding e presidente da Maersk Supply Service e Maersk Offshore Wind.

Com o acordo, a frota controlada pelo DOF será acrescida de 22 embarcações, consistindo em oito CSV, 13 AHTS e uma embarcação de lançamento de cabos. Isso levará sua frota total para 78 embarcações offshore/submarinas modernas, 65 das quais próprias.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/07/2024

ARTIGO - AUMENTO DA MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DEMANDA GESTÃO DE RISCO MAIS EFICAZ

Por Fernando Fuertes OPINIÃO 03/07/2024 - 19:40

Os portos brasileiros têm apresentado um crescimento substancial na movimentação de cargas. Somente nos primeiros quatro meses deste ano foi registrado um aumento de 5,92% em relação ao mesmo período do ano passado. Isso representa 413,5 milhões de toneladas movimentadas. Os dados são da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e reforçam a projeção do Ministério de Portos e Aeroportos de fechar 2024 com uma expansão de pelo menos 6%.

Este crescimento é extremamente positivo, pois representa uma movimentação também na economia do país. Por outro lado, do ponto de vista da operação portuária, é um aumento que vem com desafios para a manutenção da segurança, que precisa ser mantida em patamares adequados, mesmo diante do crescente volume operacional.

Na prática, isso significa que os esforços de gestão de riscos devem acompanhar esse crescimento com planos e ações preventivas e atenção na qualidade em todos os detalhes das movimentações de cargas. A começar pelos equipamentos e acessórios utilizados nesta tarefa.

A elevação de cargas é uma característica elementar de qualquer porto. É um trabalho marcado por uma grande variedade de materiais, desde produtos a granel até grandes contêineres. Para cada um deles, um tipo diferente de técnica e de equipamento deve ser acionado. Assim, a segurança dessa operação passa por garantir o perfeito estado dos materiais utilizados, sempre a partir de normas técnicas específicas.

Profissionais qualificados

Com isso, a segurança da operação requer a qualificação dos profissionais, a inspeção regular dos equipamentos, as manutenções preditivas e preventivas, além de treinamentos contínuos. Tudo isso deve convergir para uma série de processos pensados para garantir a eficiência e a segurança. São procedimentos que devem seguir um plano de gestão de riscos de acordo com cada situação.

Por outro lado, é importante que este gerenciamento de riscos não permaneça estagnado. Operações de movimentação de cargas em portos são extremamente dinâmicas, especialmente por causa da citada grande variedade de materiais transportados e movimentados entre embarque e desembarque. Assim, a permanente atualização de procedimentos, ao lado de um cronograma de treinamento e capacitação contínuos, se torna essencial para garantir agilidade e adaptação sem que isso represente riscos à segurança.

Manter essa atualização permanente representa um esforço que pode muitas vezes demandar a visita técnica de consultorias externas, capazes de avaliar a qualidade dos processos em todas as etapas da operação, propor melhorias, atualizar sobre normas regulatórias, indicar procedimentos mais eficientes e oferecer treinamento específico.

A gestão de segurança na movimentação de cargas em portos é um fator crucial para proteger vidas e garantir eficiência. É uma questão crítica que se torna ainda mais relevante frente ao cenário de aumento das movimentações.

Se em condições normais isso requer atenção, observância rígida de normas, procedimentos claros e planejamento para mitigar riscos, em uma realidade de aumento das movimentações os esforços de segurança devem ser redobrados e planejados a partir de projeções que considerem eventual ampliação dos riscos. É esse cuidado que garantirá a continuidade desse crescimento tão positivo.

Fuertes Fernando Fuertes é engenheiro e desenvolvedor de novos negócios da Acro Cabos

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/07/2024

AMÉRICA LATINA AUMENTA CAPACIDADE DOS SERVIÇOS DE CONTÊINERES EM 17,4%

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/07/2024 - 19:38



Disponibilidade aumentou em 3,5 milhões de TEUs, ao contrário de outras regiões que tiveram crescimento abaixo de 10,6%

A frota global de navios porta-contêineres cresceu 10,6% entre 1º de junho de 2023 e 1º de junho de 2024. São 2,85 MTEUs, com as companhias marítimas implantando mais navios em

serviços inter-asiáticos ou no subcontinente indiano e na Europa — onde mais unidades são agora necessárias para desvios através do Cabo da Boa Esperança, devido à crise do Mar Vermelho.

Como consequência, os aumentos de capacidade em todas as outras regiões ficaram bem abaixo de 10,6%. Menos a América Latina, relata a Alphaliner. De acordo com a consultoria, a capacidade total das embarcações implantadas na América Latina aumentou de 3,5 MTEUs em 1º de junho de 2023 para 4,1 MTEUs (+17,4%).

Linhas de navegação como CMA CGM, Hapag-Lloyd ou Cosco Shipping Line receberam recentemente navios Neopanamax de 13.250 a 14.100 TEUs que foram construídos especificamente para serviços direcionados à América Latina, com altas capacidades para contêineres refrigerados e nomes de regiões ou cidades de América do Sul.

Isto elevou a frota de serviços relacionados à América Latina para 4,1 MTEUs, 1 milhão de TEUs a mais do que dois anos atrás.

O comércio entre a Ásia e a costa oeste da América do Sul soma atualmente 1,53 MTEUs. São 50 navios na faixa de 12.500 a 17.999 TEUs, representando 47% de toda a capacidade nesta rota.

Outras 16 embarcações com mais de 12.500 TEUs são utilizadas em serviços entre a Ásia e a costa leste da América do Sul, onde a frota total tem capacidade para 860 mil TEUs.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/07/2024

MSC ATINGE 20% DE PARTICIPAÇÃO DE MERCADO NA CAPACIDADE GLOBAL DE PORTA-CONTÊINERES

Da Redação NAVEGAÇÃO 03/07/2024 - 19:36



A MSC agora detém uma participação de 20% no mercado global de transporte de contêineres, em termos de capacidade oferecida, um recorde na indústria de transporte regular. A transportadora está a apenas uma entrega de navio para atingir o marco de 6 milhões de TEUs, de acordo com novos dados da Alphaliner.

A frota da companhia marítima suíça cresceu mais rápido do que qualquer outra transportadora, "impulsionada por um enorme programa de novas construções, inúmeras aquisições de segunda mão e, em menor grau, fretamento", informou a Alphaliner nesta quarta-feira (3).

A capacidade da frota da MSC ultrapassou a marca de cinco milhões de TEUs em maio do ano passado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/07/2024

ARTIGO - MUDANÇAS CLIMÁTICAS ATRAPALHAM A EXPORTAÇÃO DE FRUTAS FRESCAS

Por Henrik Simon OPINIÃO 03/07/2024 - 19:36

Depois do desastre natural no estado do Rio Grande do Sul no mês passado, a expressão "mudança climática" ganhou uma nova dimensão. Uma tragédia que afetou muitas pessoas no estado e trouxe também muitos impactos na agroindústria, colocando em risco o abastecimento do mercado interno com frutas, verduras, proteínas e, sobretudo, o arroz. Uma verdadeira tragédia!

Ainda que em proporções totalmente diferentes e de maneira muito mais silenciosa, neste ano, as mudanças climáticas também vêm causando muita dor de cabeça para os produtores brasileiros de frutas frescas. Excesso de chuva ou falta de frio são os inimigos nº1 dos produtores!

O ano mal havia começado e a chuva chegou oito semanas mais cedo no estado do Rio Grande do Norte, causando muitos transtornos para os produtores de melão, exportado em grandes volumes para Europa.

Os melões, crescendo deitados no chão, ficam em contato com a terra molhada, causando manchas na casca e com isso, não passam nos controles de qualidade dos supermercados europeus. A exportação parou seis semanas mais cedo em 2024, seis navios frigoríficos que carregariam a fruta no Porto de Natal foram cancelados e, ainda, centenas de contêineres 40'rh deixaram de embarcar.

Naquele momento, os produtores de maçã de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul também já sabiam que a próxima safra (de março até junho) teria uma redução drástica. Faltou frio no inverno de 2023, necessário para congelar a flor que depois vira o fruto e, adicionalmente, choveu muito no verão de 2024, comprometendo ainda mais a qualidade da fruta.

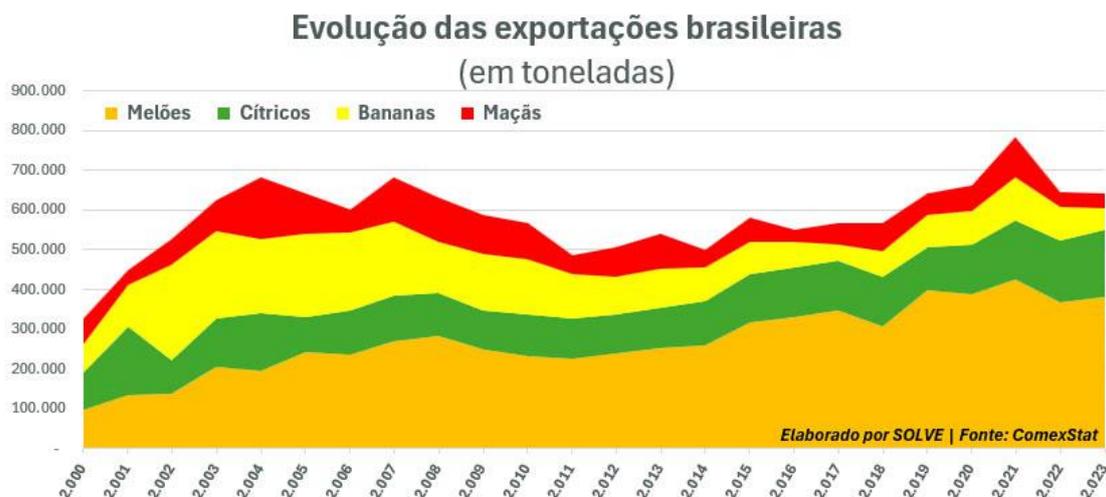
Já faz 15 anos que a maçã brasileira perdeu importância no mercado internacional por causa desses fenômenos climáticos. Há 20 anos eram embarcados até 6.000 x 40'rh durante a safra, enquanto no ano passado foram 1.500 x 40'rh e em 2024 nem deve chegar aos 500 x 40'rh.

É verdade que parte dessa queda se deve ao embargo da Rússia às maçãs brasileiras em vigor desde 2018, contudo o principal motivo é a qualidade da maçã brasileira, que não atende aos padrões para vendas no mercado europeu, levando o produtor a procurar outros mercados no exterior ou vender mais no mercado doméstico. Depois da queda drástica na produção desse ano, o Brasil pode até passar a importar mais maçã para abastecer o mercado interno.

E não termina por aí!

A seca no interior de São Paulo também deve causar uma redução de 25% na safra de laranja em 2024 e prejudicar a produção de suco de laranja, exportado em grandes volumes em navios tanque para Europa, EUA e Japão. Os embarques em contêiner de suco de laranja concentrado e não-concentrado também deve cair.

Diante disso, o preço do suco já subiu mais de 50% no Japão, por exemplo, e o mercado anda muito nervoso.



Mundo afora as mudanças climáticas viraram o novo "normal" para os produtores de frutas e vegetais, tanto no hemisfério sul como norte, ou por causa do El Niño ou La Niña.

No Marrocos, a combinação de excesso de calor e falta de chuva no verão prejudicou muito os produtores de cítricos, provavelmente não conseguindo embarcar os volumes contratados pela UE, EUA e outros países.

Na Espanha as safras de manga e abacate diminuíram entre 60% e 80% por causa das secas. Chile e Peru também sofreram com excesso de chuva ou falta de frio no inverno e as safras de kiwi, manga e uvas foram prejudicadas.

E o armador que transporta todas essas frutas? Ele sofreu do mesmo jeito, também tendo um prejuízo grande!

Um exemplo: para atender um contrato de 500x40´rh durante um período de três meses, o armador planeja o fluxo de contêineres vazios com três meses de antecedência de vários continentes e com um alto custo operacional de reposicionamento desses equipamentos.

De repente o volume previsto evapora, porém os contêineres vazios já estavam viajando para atender a respectiva safra. O que vai fazer agora com esse equipamento? Não há outra opção a não ser novamente redirecionar para outros países onde haverá exportação de frutas ou outros produtos frigoríficos.

Um contêiner frigorífico faz, estatisticamente, menos de cinco viagens cheias por ano. Quando uma viagem é cancelada, o resultado financeiro do armador é impactado. O único conforto que resta é que normalmente quando a exportação de uma fruta específica não é realizada, outra ocupa o espaço (exemplo maçã brasileira).

Como esses eventos climáticos fogem ao controle humano, não há uma solução fácil ou imediata e, pior, deverão continuar afetando o resultado financeiro de produtores e transportadores (rodoviários e marítimos).

SimonHenrik Simon é sócio da Solve Shipping Intelligence

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/07/2024

ANP CLASSIFICA ABASTECIMENTO DE GNL COMO OPERAÇÃO DE APOIO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 03/07/2024 - 19:35



Arquivo/Divulgação

Agência publicou resolução que regulamenta atividades de acondicionamento e movimentação do gás natural liquefeito por modais alternativos aos dutos

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou, na última terça-feira (2), uma resolução que regulamenta a autorização das atividades de acondicionamento

e de movimentação de gás natural liquefeito a granel, por modais alternativos ao dutoviário. A resolução 971/2024 estabelece que o transvasamento do GNL visando ao abastecimento de embarcações que utilizam este insumo como combustível (bunkering), em território nacional, é considerado operação de apoio marítimo ou de apoio portuário. As deliberações foram tomadas durante reunião ordinária da diretoria, realizada no último dia 27 de junho.

De acordo com a resolução da ANP, a distribuição de GNL a granel por modal aquaviário deverá observar a legislação e demais regulamentos em vigor que regem as atividades de transporte aquaviário. A norma determina que esse tipo de operação seja executado por agente autorizado a realizar transbordos nos termos da resolução ANP 811/2020, em terminais, portos, áreas autorizadas para operações ship-to-ship (STS), pontos e instalações que tenham autorização da agência reguladora e de outros órgãos competentes.

A atividade de acondicionamento de GNL está sujeita à autorização de operação de instalações com essa finalidade, sendo outorgadas pela ANP. A movimentação de GNL a granel por modais alternativos ao dutoviário está sujeita à autorização de distribuição de GNL a granel, ou de projeto para uso próprio ou de projeto estruturante com GNL, também a ser outorgada pela agência.

As atividades poderão ser realizadas pelos modais rodoviário, ferroviário ou aquaviário, de forma isolada ou integrada, observadas a legislação aplicável ao transporte de cargas perigosas e a regulamentação editada pelos respectivos órgãos competentes, desde que nos termos da Lei 14.134/2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural. Um dos artigos dessa lei prevê que a ANP se articule com outras agências reguladoras para adequar a regulação dos transportes alternativos ao dutoviário, especificamente a movimentação de gás natural por meio rodoviário, ferroviário e aquaviário.

O transporte de produtos perigosos relacionado com a atividade de distribuição de GNL a granel deverá seguir as regras de licenciamento ou ter autorização ambiental pertinente, editadas pelos respectivos órgãos competentes. Ficaram de fora do escopo da resolução as unidades de regaseificação de GNL, inclusive aquelas de responsabilidade do consumidor final, no ponto de consumo do gás natural ou de competência do ente estadual.

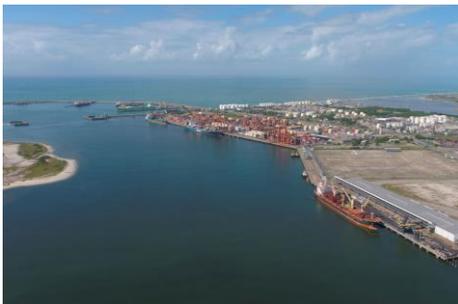
A resolução classifica como transvasamento qualquer operação de carga ou descarga de GNL entre recipientes e veículos transportadores, ou entre veículos transportadores, podendo ser realizada em instalação de acondicionamento de GNL, unidade de liquefação, a partir de embarcação de transporte de GNL atracada em píer ou fundeada em zona portuária, em distribuidora ou em unidade consumidora final.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/07/2024

RECURSOS GARANTEM DRAGAGEM DO CANAL INTERNO E REFORMA DO MOLHE DO PORTO DE SUAPE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/07/2024 - 19:33



As Intervenções totalizam cerca de R\$ 327,4 milhões, sendo R\$ 147 milhões do PAC3 e R\$ 180,4 milhões do governo de Pernambuco. Obras terão início nas próximas semanas

Intervenções essenciais para permitir com segurança a atracação de porta-contêineres de 366 metros de comprimento e de outras embarcações de grande porte com capacidade máxima de carga, as obras de dragagem do canal interno e da quarta e última etapa de restauração do molhe do Porto de

Suape serão iniciadas nas próximas semanas. O investimento total dos serviços é de R\$ 327,4 milhões, sendo R\$ 204 milhões destinados à dragagem e R\$ 123 milhões à recuperação do molhe. Ambos os projetos estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 3, do governo federal, e parte dos investimentos será custeada com recursos da União.

A assinatura do termo de repasse de R\$ 147 milhões por parte do MPOR para o Governo do Estado foi assinada, terça-feira à tarde (2), durante solenidade de entrega de um habitacional do programa Minha Casa Minha Vida, e contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra; do ministro de Portos e Aeroportos (MPOR), Sílvio Costa Filho; do diretor-presidente do Complexo de Suape, Marcio Guiot; entre outras autoridades das esferas federal e estadual. Do total de repasse, R\$ 100 milhões serão destinados à dragagem do canal interno e R\$ 47 milhões para as intervenções no molhe. A contrapartida do governo de Pernambuco é de R\$ 180,4 milhões (R\$ 104 milhões para a dragagem e R\$ 76 milhões para o molhe).

O prazo para conclusão da dragagem do canal interno, que será aprofundado para 16,2 metros, é de seis meses, prevendo a remoção de 3,8 milhões de metros cúbicos de sedimentos. O mesmo

contrato contempla a dragagem e a manutenção da bacia de evolução e dos píeres de granéis líquidos (PGLs) 3A e 3B, para aprofundamento até 18,5 metros. Após a conclusão dos serviços, Suape terá o maior calado operacional para navios de contêineres entre os portos públicos brasileiros e o segundo maior calado operacional do país para granéis líquidos. Os sedimentos removidos serão encaminhados para área de bota-fora, operação já licenciada pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

“Essa importante intervenção se soma à conclusão da dragagem do canal externo, cujas obras foram finalizadas em maio de 2024. Com isso, Suape dá um grande passo para potencializar a operação de todos os píeres e cais, além dos dois terminais de contêineres do atracadouro, o Tecon Suape e o APM Terminals (que começará a operar em 2026)”, pontua o gestor da estatal pernambucana, Marcio Guiot.

Molhe

A quarta e última fase do trabalho de restauração do molhe do Porto de Suape, que tem custo de R\$ 123 milhões, já teve o processo licitatório concluído e os serviços começarão ainda este mês, com prazo de conclusão previsto para 2028. A empresa vencedora do certame foi a Construtora Venâncio, que recuperará 1,8 quilômetro da estrutura. A obra é uma importante intervenção na barreira de proteção do porto contra a força das marés altas, permitindo que as operações sejam realizadas com menor interferência de correntes marítimas e ondas. A terceira etapa finalizou o trecho de 940 metros que vinha sendo reforçado desde 2018, com a colocação de blocos de pedras que variaram de 300 quilos a 12 toneladas, totalizando o volume de 78.120 metros cúbicos. Teve custo de R\$ 68,1 milhões.

“A restauração do molhe é uma obra fundamental para garantir a segurança das operações. São intervenções importantes para o bom funcionamento das atividades portuárias, além de deixar Suape ainda mais preparado para os desafios impostos pelas mudanças climáticas”, explica a diretora de Infraestrutura do porto, Renata Loyo. O molhe passa pela primeira grande restauração desde a inauguração do porto, no dia 7 de novembro de 1978. Por causa da complexidade e abrangência da intervenção, o projeto foi dividido em três fases, englobando quatro áreas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/07/2024

JAN DE NUL FARÁ DRAGAGEM EMERGENCIAL EM RIO GRANDE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/07/2024 - 17:08



Divulgação Jan De Nul

Empresa mobilizou draga hopper 'Galileo Galilei', com 18 mil m³ de capacidade, para operação, com objetivo de dar suporte à Portos RS para mitigar problemas provenientes das cheias no Rio Grande do Sul

A draga Galileo Galilei, da Jan De Nul do Brasil, chegou ao Porto de Rio Grande (RS), no último sábado (29), para uma operação emergencial. Com capacidade de transportar até 18 mil metros cúbicos (m³) em sua cisterna, o equipamento do tipo Hopper deverá restabelecer as condições de navegação na região do porto, após assoreamento causado pelas fortes chuvas no Rio Grande do Sul. O Porto do Rio Grande mais de 30% do que é produzido no estado e exportado através de seu cais público e dos terminais privados são exportados.

A Jan De Nul informou que está se mobilizando para iniciar a dragagem, que tem previsão de duração de duas semanas, começando nesta quarta-feira (3), e contará com cerca de 50 colaboradores embarcados e na equipe de administração local. O gerente de contratos da Jan De Nul, Vinicius Delfim, disse que a campanha tem por objetivo devolver aos navios que escalam o Porto de Rio Grande a condição segura de navegação.

Delfim explicou que a draga removerá uma enorme quantidade de detritos e sedimentos que foram carregados pelas águas das chuvas através do curso natural da Lagoa dos Patos até o mar, e passaram a se depositar em uma taxa extraordinária na desembocadura do canal de acesso ao complexo portuário gaúcho. A ação dará suporte à autoridade portuária (Portos RS) para mitigar os problemas provenientes das cheias.

Com este equipamento, a Jan De Nul do Brasil já executou as obras de dragagem por implantação do Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo (TRSP), em Santos (SP), as obras de proteção/recuperação contra erosão costeira na Praia Central de Balneário Camboriú (SC) e Matinhos (PR).

Após concluída dragagem emergencial em Rio Grande, a draga Galileo Galilei seguirá para o cumprimento de outra obra privada em Salvador (BA). Segundo a Jan De Nul do Brasil, ainda em 2024, está prevista a mobilização de outras dragas dos tipos Backhoe, atendidas por batelões, assim como de outras do tipo Hopper para complementar os compromissos já assumidos pela empresa, de matriz belga.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/07/2024

INVESTIMENTO DE R\$ 147 MI VÃO PERMITIR CONCLUSÃO DE OBRAS E EXPANSÃO DO PORTO DE SUAPE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 02/07/2024 - 22:01



Recursos serão aplicados nas obras de conclusão do molhe e na dragagem do canal interno do complexo, que vai permitir operação de embarcações maiores

O presidente Lula e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinaram nesta terça-feira (2) termo de repasse para execução de obras no Porto de Suape, em Recife. O documento foi assinado na capital pernambucana durante lançamento de um pacote de melhorias locais. Na área portuária, o Governo Federal está destinando cerca de R\$ 147 milhões para execução da quarta e última etapa das obras de recuperação do molhe do Suape e para a dragagem do canal interno do porto.

Em três etapas anteriores, foram investidos mais de R\$ 610 milhões. A última fase da obra teve seu processo licitatório concluído e deverá ter início nas próximas semana. Os serviços estão previstos para serem concluídos em 2028. Os trabalhos vão ampliar a segurança das embarcações e facilitar o fluxo e a navegação em toda parte costeira do porto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2024

TCP RECEBE NOVOS NAVIOS MOVIDOS A GNL DA CMA CGM

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 02/07/2024 - 22:00



Navios de grande porte movidos a gás natural liquefeito (GNL) aumentam eficiência logística das exportações brasileiras para a Ásia

A TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá, recebeu na semana passada o navio porta-contêineres "CMA CGM Buzios", o primeiro de uma nova geração de seis embarcações prontas para usar biometano e e-metano como combustível. O navio possui aerodinâmica



aprimorada para atender o Brasil no serviço semanal SEAS2, que liga Paranaguá ao continente asiático.

Esses novos navios se destacam por sua capacidade e tecnologia sustentável, em linha com os princípios ESG.

O Grupo CMA CGM já implantou na rota os navios "CMA CGM Bahia", "Buzios", "Paraty", "São Paulo", "Belém" e em breve trará o "CMA CGM Amazônia". Estas embarcações têm as mesmas características: 336 metros de comprimento (LOA), 51 metros de largura (boca) e capacidade para transportar 13.264 TEUs.

Todos os navios dessa frota emitem 28% menos gases de efeito estufa se comparados aos porta-contêineres convencionais, graças ao sistema de recirculação de gases de escape (ICER), ao fato de serem atualmente movidos a gás natural liquefeito (GNL) e também "prontos para biometano e e-metano". Além da grande capacidade, as embarcações irmãs chamam a atenção pela cor verde e pelo windshield, estrutura que se estende acima da proa, melhorando a aerodinâmica e aumentando a eficiência energética em sua navegação.

"A operação destes navios com propulsão GNL está alinhada com nosso compromisso com a sustentabilidade e a inovação, contribuindo para um futuro mais verde e eficiente no setor de transporte marítimo e com objetivo da indústria como um todo de reduzir as emissões de dióxido de carbono, promovendo maior eficiência energética nas operações marítimas. Além disso, essa iniciativa atende a uma demanda cada vez mais importante para o mercado e para nossos clientes, que valorizam práticas sustentáveis e responsáveis." celebra Carolina Merkle Brown, gerente comercial de armadores da TCP.

"A chegada dos navios porta-contêineres movidos a GNL ao Brasil marca o início de uma nova era no setor de transporte marítimo brasileiro, um marco transformador que demonstra o compromisso do nosso grupo com o avanço das metas econômicas sustentáveis do país. Esse investimento não apenas demonstra nosso compromisso inabalável de superar as expectativas, mas, ao implantar esses navios de última geração projetados especificamente para as águas da América Latina, apoiamos ativamente os negócios e as iniciativas sustentáveis de nossos clientes. Com eles, poderemos atender a volumes adicionais e, ao mesmo tempo, reduzir significativamente a pegada ambiental das remessas de nossos clientes. Isso não apenas se alinha com seus objetivos de sustentabilidade, mas também desempenha um papel vital na promoção de um futuro mais limpo e sustentável para todos", disse Neusa Marcelino, CEO da CMA CGM Brasil.

Outro ponto de destaque para a atualização da frota está no aumento da capacidade de escoamento por Paranaguá: os porta-contêineres com 336 metros de comprimento da CMA CGM estão entre os maiores a atracar regularmente no terminal e superam o tamanho médio das embarcações operantes nesta rota anteriormente, que possuíam 299 metros de comprimento.

A TCP vem alcançando recordes consecutivos de produtividade e, em maio de 2024, atingiu a marca inédita de 136.201 TEUs movimentados em um único mês. A expectativa é de um ano com novas máximas: em 28 de abril, o Terminal realizou o feito de movimentar meio milhão de TEUs 42 dias mais cedo do que em 2023, ano em que os 500.000 TEUs foram registrados em 9 de junho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2024

PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL TEM AUMENTO EM MAIO

Da Redação OFFSHORE 02/07/2024 - 22:00



Crescimento na produção de petróleo foi de 3,9% na comparação com o mês anterior e a de gás natural, de 6,6%

A ANP divulgou nesta terça-feira (2) o Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural de maio de 2024, que traz

os dados consolidados da produção nacional. Nesse mês, houve aumento na produção de petróleo e na de gás natural, e também na produção do pré-sal.

A produção total (petróleo + gás natural) foi de 4,234 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d).

Com relação ao petróleo, foram extraídos 3,318 milhões de barris por dia (bbl/d), um crescimento de 3,9% na comparação com o mês anterior e de 3,6% em relação ao mesmo mês de 2023.

A produção de gás natural em maio foi de 145,63 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d). Houve aumento de 6,6% frente a abril de 2024 e de 0,8% na comparação com maio de 2023.

Pré-sal

A produção total (petróleo + gás natural) no pré-sal, em maio, foi de 3,314 milhões de boe/d e correspondeu a 78,3% da produção brasileira.

Esse número representa um aumento de 5% em relação ao mês anterior e de 3,7% na comparação com o mesmo mês de 2023. Foram produzidos 2,599 milhões de bbl/d de petróleo e 113,73 milhões de m³/d de gás natural por meio de 145 poços.

Aproveitamento do gás natural

Em maio, o aproveitamento de gás natural foi de 97,6%. Foram disponibilizados ao mercado 46,75 milhões de m³/d e a queima foi de 3,55 milhões de m³/d. Houve queda de 9,5% na queima, em relação ao mês anterior, e de 14,2% na comparação com maio de 2023.

Origem da produção

No mês, os campos marítimos produziram 97,5% do petróleo e 86,2% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 88,88% do total produzido. A produção teve origem em 6.549 poços, sendo 504 marítimos e 6.045 terrestres.

Campos e instalações

No mês de maio, o campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás, registrando 755,46 mil bbl/d de petróleo e 37,01 milhões de m³/d de gás natural. A instalação com maior produção de petróleo e gás natural foi a FPSO Guanabara, na jazida compartilhada de Mero, com 179.546 bbl/d de petróleo e 11,68 milhões de m³/d de gás.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2024

ENAUTA CANCELA AQUISIÇÃO DO FPSO 'CIDADE DE SANTOS'

Da Redação OFFSHORE 02/07/2024 - 21:59



Em comunicado por Fato Relevante, a Enauta Participações informa que notificou a Modec sobre a sua decisão de rescindir o contrato para aquisição do FPSO "Cidade de Santos".

O contrato, segundo a companhia, prevê o reembolso à Enauta de 50% do valor desembolsado na ocasião da sua assinatura, aproximadamente US\$ 3,6 milhões.

A Enauta está discutindo com a Petrobras os impactos dessa decisão sobre a aquisição dos campos de petróleo e gás de Uruguá e Tambaú e do duto de escoamento de gás natural desses campos até o campo de Mexilhão, onde se conecta ao ramal de Mexilhão da Rota 1.

Em nota, a Enauta pontua que manterá o mercado informado acerca do assunto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2024

PORTO DO ITAQUI RECEBE PETRÓLEO PELA PRIMEIRA VEZ EM 40 ANOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 02/07/2024 - 21:58



O Porto do Itaqui recebeu, após um período de 40 anos, uma carga de petróleo bruto, na sua primeira operação de transferência de petróleo de navio para navio (ship-to-ship).

Durante a operação, realizada no berço 106 pela Transpetro, foram transferidas 18 mil toneladas de petróleo do navio "Marlin" para o navio "Nave Atria". A operação aconteceu dias 29 e 30 de junho.

O navio "Marlin", carregado no terminal de Coari-AM com petróleo extraído dos campos de produção terrestre da bacia petrolífera de Urucu, no interior do Amazonas, transferiu a carga para o "Nave Atria". Este, por sua vez, seguiu com destino ao terminal de São Sebastião, em São Paulo, de onde o petróleo será distribuído para as refinarias da Petrobras na região.

O diretor de engenharia do Porto do Itaqui, Ricardo Miranda, destacou que "essa operação de STS reforça o potencial do Porto do Itaqui para operações de graneis líquidos. Estamos preparados para ampliar nossas atividades e contribuir ainda mais para o desenvolvimento econômico do país".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2024

A FM LOGISTIC REFORÇA O TIME COMERCIAL DO BRASIL COM A CHEGADA DE MARCELLO HELLMEISTER COMO GERENTE COMERCIAL

EXECUTIVOS 02/07/2024 - 21:58



A FM Logistic reforça o time comercial do Brasil com a chegada de Marcello Hellmeister como gerente comercial de novos negócios. Com mais de 35 anos de experiência na área de logística, Hellmeister acumula ampla expertise tendo atuado nas principais empresas do segmento de freight forwarder, terminais alfandegados e companhias de navegação. Nos últimos 10 anos, se especializou na área comercial voltada, especificamente, aos operadores logísticos, com destaque para o desenvolvimento de soluções customizadas.

Formado na Academia da Força Aérea, bem como em Comércio Exterior pela Universidade Paulista, com especialização em Planejamento Estratégico na Universidade de São Paulo (USP) e na Escola Superior de Guerra, conta ainda com mestrado em Técnicas de Negociação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

O executivo dará suporte à diretoria comercial da FM Logistic do Brasil com o foco em ampliar ainda mais o crescimento da empresa no mercado, conquistando novos negócios e clientes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2024

HIDROVIAS DO BRASIL RECEBE SINAL VERDE PARA CONTRATO DE USO TEMPORÁRIO EM VILA DO CONDE

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 02/07/2024 - 20:26

Decisão da Antaq ainda depende de autorização do MPor, no prazo de 90 dias, sobre a atualização do PDZ do porto organizado, administrado pela CDP



Arquivo/Divulgação

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizou a celebração de contrato de uso temporário entre a Companhia Docas do Pará (CDP) e a Hidrovias do Brasil. O processo está relacionado ao uso da área em espelho d'água denominada "APT2-VDC", localizada dentro da poligonal do porto organizado de Vila do Conde (PA). A decisão do colegiado, no entanto, está condicionada à aprovação prévia, no prazo de até 90 dias, pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), da versão atualizada do plano de desenvolvimento e zoneamento (PDZ) do Porto de Vila do Conde, adequando o uso da área ao regime de exploração requerido, conforme a resolução normativa 07/2016 da Antaq, que regula a exploração de áreas e instalações portuárias em portos organizados.

O contrato pleiteado é similar a outros dois já autorizados, de forma condicionada, às empresas Mega Logística e Louis Dreyfus Company, ambas para transbordo de granéis sólidos vegetais e minerais, em áreas com aproximadamente 85 mil metros quadrados (m²). No caso da Hidrovias, a solicitação abrange espelho d'água de 61,4 mil m², para os mesmos tipos de carga pretendidos pela Mega e pela LDC. O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, determinou que a Hidrovias, a autoridade portuária e o MPor sejam informados da decisão, que ocorreu na 567ª reunião ordinária da diretoria, na modalidade virtual, no final de junho e que foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (2). O relator do processo é o diretor Alber Vasconcelos.

Em seu relatório, Vasconcelos mencionou que, em 2023, uma nota técnica da gerência de portos organizados da superintendência de outorgas (GPO/SOG/Antaq) informou à CDP que uma análise preliminar verificou a necessidade de complementos, esclarecimentos e ajustes, concedendo-lhe o prazo de 15 dias para análise e manifestação da autoridade portuária. O relatório cita ainda que, em 2024, a Hidrovias pediu a retomada do processo autorizativo após a CDP solicitar à Antaq uma autorização, em caráter especial, a fim de possibilitar atividades portuárias de movimentação de cargas em áreas de fundeio nos portos de Santarém e Vila do Conde, no Pará, pelo prazo de 180 dias.

Em 2024, a área técnica da agência constatou a documentação apresentada pela Hidrovias do Brasil para obtenção de autorização para a celebração desse contrato de uso temporária atendia parcialmente às exigências do normativa da Antaq, com a ressalva quanto à necessidade de compatibilidade da exploração com o PDZ do porto organizado de Vila do Conde. No processo, a Secretaria Nacional de Portos (SNP/MPor) informou que a proposta de atualização do PDZ protocolada pela autoridade portuária passou por análise das setoriais técnicas da subpasta, que identificou a necessidade de ajustes no documento.

Vasconcelos também considerou que o contrato analisado faz parte do mesmo bloco de processos seletivos simplificados empreendidos pela CDP referentes às operações em espelho d'água nos portos sob sua tutela. Ele acrescentou que é preciso ter em vista o princípio da isonomia e os precedentes já julgados pela agência reguladora. "Entendo ser adequada a solução apresentada pela setorial de outorgas, no sentido de condicionar a celebração do contrato de uso temporário à aprovação prévia, pelo poder concedente, de versão atualizada do PDZ do Porto de Santarém, compatível com o projeto da CDP", manifestou o diretor-relator em seu voto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2024



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 054/2024
Página 72 de 72
Data: 03/07/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 03/07/2024